



Juventudes Negras e Empregabilidade



**PACTO DE PROMOÇÃO
DA EQUIDADE RACIAL**



**PACTO DE PROMOÇÃO
DA EQUIDADE RACIAL**

FUNDAÇÃO ITAÚ

PRESIDENTE

Eduardo Saron

GERENTE OBSERVATÓRIO

Carla Christine Chiamareli

OBSERVATÓRIO

Alan Pessoa Valadares
Ligia Dona de Souza
Guilherme Miranda Silva
Alisson Gomes dos Santos

GERENTE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E ESTRATÉGICA

Ana de Fátima Sousa

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E ESTRATÉGICA

Alan Albuquerque
Renato Corch
Fabiana Sousa
Ailson Taveira

PACTO DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL

DIRETOR EXECUTIVO

Gilberto Costa

GERENTE EXECUTIVO

Guibson Trindade

EQUIPE DE CONTEÚDO

Andre dos Santos Souza
Alexon Fernandes
Lucas Ramos

CRÉDITOS DA PUBLICAÇÃO

ANÁLISE DE DADOS

Andre dos Santos Souza

REDAÇÃO DE TEXTO

Andre dos Santos Souza
Alexon Fernandes

REVISÃO TÉCNICA

Lucas Ramos
Alan Pessoa Valadares
Ligia Dona de Souza
Guilherme Miranda Silva
Alisson Gomes dos Santos

REDAÇÃO DO RESUMO EXECUTIVO

Fabiana Pereira

REVISÃO

Alex Criado

DIAGRAMAÇÃO

IMO



Sumário

Expediente	3
Sumário	5
Agradecimentos	6
Apresentação	9
1. Introdução	15
2. Contextualização	18
2.1. Definição juventudes negras	19
2.2. Barreiras que afetam o ingresso dos jovens negros no mercado de trabalho	21
2.2.1. Juventudes Negras e Educação	21
2.2.2. Juventudes Negras e Empregabilidade	23
2.2.3. Juventudes Negras e Mobilidade Urbana	27
2.2.4. Juventudes Negras e Saúde	29
2.2.5. Juventudes Negras e Violência	32
3. Estatísticas das juventudes negras no mercado de trabalho e na educação	35
3.1. Aspectos gerais	36
3.2. Ensino médio e técnico	42
3.3. Ingressantes e matriculados no ensino superior	44
3.4 Concluintes e pós-graduandos	48
4. Metodologia do IEER _{JN}	52
5. Resultados do IEER _{JN}	55
5.1. Visão geral: principais tendências e achados do IEER _{JN}	56
5.2. Integração e evolução das mulheres jovens negras no mercado de trabalho	59
5.3. Disparidades regionais: como os estados brasileiros refletem os resultados	62
5.4. Representatividade racial nas profissões de nível superior: principais características	64
5.5. STEM no mercado de trabalho: trajetória e inserção profissional	66
6. Conclusão	68
7. Extra: Escuta Ativa	73

Agradecimentos ao grupo de trabalho pelas contribuições à pesquisa

O Grupo de Trabalho (GT) Juventudes Negras e Empregabilidade configurou-se como um espaço vivo de escuta, troca e formulação coletiva. Mais do que um fórum técnico, o GT se tornou um território de diálogo entre diferentes vozes — empresas, fundações, academia e sociedade civil — comprometidas com o enfrentamento das desigualdades raciais que marcam a trajetória das juventudes negras no mundo do trabalho. A iniciativa teve como eixo central a escuta ativa e a construção conjunta de estratégias capazes de tensionar as estruturas que historicamente limitam o acesso, a permanência e o reconhecimento profissional de jovens negras e negros no país.

As reflexões construídas ao longo dos encontros reafirmaram que a exclusão da juventude negra não é um efeito da falta de preparo individual, mas sim de processos estruturais e institucionais profundamente enraizados. A ideia de meritocracia, frequentemente evocada como critério de justiça, mostrou-se insuficiente para corrigir desigualdades históricas e, em muitos casos, atua como cortina para o racismo estrutural. Diante disso, o GT reforçou a urgência de políticas afirmativas efetivas, sustentadas por dados, metas claras e acompanhamento constante, que transcendam o discurso simbólico e provoquem transformações reais na cultura organizacional e nas práticas de gestão.

Um dos principais temas debatidos foi a dificuldade encontrada para se criar um índice público de equidade racial. Um índice que permitisse medir e acompanhar, de forma transparente, os avanços institucionais na inclusão e na representatividade. Enfatizou-se a necessidade de aprimorar o uso de dados desagregados





por raça, gênero e território, articulando tecnologia e transparência social por meio de plataformas digitais acessíveis. Esses instrumentos têm o potencial de transformar diagnósticos em ação. E também de subsidiar políticas públicas e estratégias de investimento social privado que dialoguem com a realidade e a diversidade das juventudes negras brasileiras.

As discussões evidenciaram que as barreiras de acesso e permanência da juventude negra no mercado de trabalho permanecem significativas. Observou-se que, mesmo quando ocorre a inserção, persistem desafios relacionados à estabilidade profissional, à ascensão nas carreiras e ao reconhecimento das competências desses jovens nos ambientes organizacionais. Ao confirmar que a maioria da população negra reside fora do Sudeste, em territórios marcados pela escassez de políticas públicas e pela limitação de oportunidades, os participantes reforçaram a importância de adaptar as políticas afirmativas às especificidades regionais, de modo a garantir maior efetividade e equidade. Destacou-se, ainda, a necessidade de valorizar lideranças locais como agentes de transformação. E também de fortalecer redes entre empresas, instituições de ensino, movimentos sociais e comunidades, como estratégia para potencializar iniciativas sustentáveis e ampliar as trajetórias profissionais de jovens negras e negros em todo o país.

Por fim, as contribuições do GT propõem formalizar compromissos públicos com a equidade racial, criar mecanismos permanentes de monitoramento e institucionalizar espaços contínuos de participação juvenil. O grupo recoloca o protagonismo das juventudes negras no centro do debate. Suas proposições não apenas ampliam a dimensão qualitativa deste estudo, mas também apontam para uma agenda de transformação que reconhece o diálogo como prática reparadora e a inclusão como horizonte de justiça e futuro.



Apresentação

O Brasil é um país de juventudes plurais. Entre elas, as **juventudes negras** representam a maioria da população jovem brasileira e constituem um dos maiores potenciais de transformação social, econômica e cultural do país. No entanto, também são o grupo mais impactado pelas desigualdades estruturais que ainda marcam o acesso à educação, à inclusão produtiva digna e à mobilidade social. Reconhecer e compreender essas disparidades é um passo essencial para a construção de um futuro mais justo e equitativo.

É com esse propósito que o **Pacto de Promoção da Equidade Racial**, em parceria com a **Fundação Itaú**, apresenta o estudo Juventudes Negras e Empregabilidade. A pesquisa analisa dados, contextos e tendências sobre a inserção das juventudes negras no mercado de trabalho brasileiro, oferecendo um panorama inédito que articula raça, gênero e território como eixos centrais da análise.

O estudo nasce do compromisso conjunto de nossas instituições com a geração de conhecimento que inspire políticas públicas, estratégias empresariais e investimentos sociais mais equitativos. Ao integrar as expertises do Pacto, com seu Índice ESG de Equidade Racial, e do Observatório da Fundação Itaú, a publicação amplia o olhar sobre os caminhos possíveis para a inclusão produtiva das juventudes negras, conectando evidências, práticas e recomendações.

Mais do que um levantamento estatístico, este trabalho é um convite à ação. **Ele demonstra que os jovens negros e negras têm produzido inovação, criatividade e liderança nos mais diversos territórios e setores da economia, ainda que enfrentem barreiras históricas e institucionais.** Superar essas barreiras exige articulação entre governos, empresas e sociedade civil, e o fortalecimento de alianças que unam justiça racial, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social.

Ao lançar este estudo, reafirmamos nossa convicção de que promover a equidade racial é condição indispensável para o desenvolvimento humano e econômico do Brasil. **As juventudes negras são protagonistas dessa transformação, e reconhecer sua potência é reconhecer o futuro que o país precisa construir.**



**PACTO DE PROMOÇÃO
DA EQUIDADE RACIAL**



Apresentação

Juventudes Negras e Empregabilidade

O estudo realizado pela Fundação Itaú, em parceria com o Pacto de Promoção da Equidade Racial, analisa a evolução da inserção das juventudes negras brasileiras no mercado de trabalho a partir de diferentes níveis de escolaridade, do ensino fundamental à pós-graduação.

Para isso, conta com a revisão bibliográfica e a análise documental de mais de 60 estudos, em uma abordagem qualitativa, complementada por um exame sobre dados secundários de fontes oficiais (Pnad Contínua, Censo Demográfico, Relação Anual de Informações Sociais (Rais), Censo Escolar e Censo da Educação Superior), e desenvolve o Índice ESG de Equidade Racial da Juventude Negra, IEER_{JN}. Baseado no Índice ESG de Equidade Racial (IEER), já elaborado pelo Pacto de Promoção da Equidade Racial a partir do estudo de Ransom e Sutch (2021), o IEER_{JN} mensura as desigualdades das juventudes negras no mercado de trabalho.

A ausência de coleta direta junto aos sujeitos da pesquisa e a escassez de dados desagregados por raça, gênero e território em bases públicas – o que pode restringir algumas análises – são as principais limitações do estudo. Ainda assim, a metodologia permite: identificar padrões relevantes; gerar recomendações; ve fomentar o debate sobre a inclusão de juventudes negras em políticas públicas, nas empresas e no campo do investimento social privado.

Barreiras para ingresso dos jovens negros no mercado de trabalho

O material descreve inicialmente as barreiras que afetam a inserção das juventudes negras no mercado de trabalho, em cinco áreas: educação, empregabilidade, mobilidade urbana, saúde e violência. Na educação, há barreiras históricas no ambiente escolar; evasão; questões da relação entre gênero, raça e educação; e falta de financiamento público para avançar e aperfeiçoar políticas afirmativas. Na empregabilidade, são expostos desafios como situação precária da escolaridade dos jovens negros, estereótipos, questões de gênero e de território.



Na mobilidade urbana, existem entraves como precariedade dos sistemas de transporte público, segregação socioespacial e violência institucionalizada. No campo da saúde, as barreiras passam pela falta de acesso pleno aos sistemas de saúde e proteção social, que causam prejuízos à saúde física e mental dos jovens negros. Com relação à violência, um obstáculo importante é a maior exposição das juventudes negras a diversas formas de violência, seja física ou simbólica, devido ao racismo.

Estatísticas das juventudes negras no mercado de trabalho e na educação

A seguir, o estudo analisa as estatísticas dos fatores que afetam as juventudes negras no mercado de trabalho a partir de diferentes níveis de escolaridade, com foco nas características do ensino médio e técnico, nos desafios de ingresso, permanência e conclusão dos jovens negros no ensino superior e na presença na pós-graduação. Os dados apresentados sobre condição de estudo e trabalho, informalidade, desemprego, taxa de ocupação e renda média dos trabalhadores são úteis para compreender a realidade socioeconômica desse grupo e embasar a análise que se seguirá.

As estatísticas mostram que o percentual de jovens negros que não trabalham e não estudam, a taxa de informalidade e a taxa de desemprego são maiores do que as dos brancos, ao passo que o nível de ocupação dos jovens negros e a renda média dos negros ocupados são menores do que os dos brancos. Os números também apontam que houve aumento significativo do percentual de negros ingressantes, matriculados e concluintes do ensino superior desde 2012, assim como no nível de pós-graduação, mas os brancos ainda são maioria em todos os níveis.

Metodologia de criação do IEER_{JN}

Na sequência, é apresentada a metodologia de criação do IEER_{JN}. O índice mensura o cenário racial das juventudes brasileiras no mercado de trabalho e avalia qual a distribuição de negros (pretos e pardos) nas profissões, por nível de escolaridade dos trabalhadores para diferentes amostras, identificando os níveis de segregação ocupacional segundo diferentes graus de escolaridade.

Na prática, o IEER_{JN} é um instrumento para o setor público, as empresas e o público geral identificarem o nível de desequilíbrio racial nos setores, regiões e profissões no Brasil. Esses achados indicam onde investir esforços para diminuir as desigualdades de profissionais jovens negros entre 15 e 29 anos. Trata-se de uma ferramenta matemática que auxilia, por exemplo, as instituições a planejarem, de forma gradual e estruturada, o aumento da presença de jovens negros em seus quadros.

Os resultados do IEER_{JN} foram calculados a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) entre 2012 e 2023, considerando cinco grupos de escolaridade: pós-graduação, graduação, ensino médio, fundamental e fundamental incompleto; além do resultado ponderado que é a média das cinco escolaridades. O IEER_{JN} calcula a distribuição racial das 627 famílias de profissões da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) de acordo com os níveis de escolaridade selecionados.





Principais achados do IEER_{JN}

Os resultados gerais do IEER_{JN} mostram que existe uma tendência de convergência para a equidade racial nos cinco níveis de escolaridade e no ponderado, acompanhada por uma redução progressiva da exclusão de negros em todos os níveis de escolaridade no mercado de trabalho.

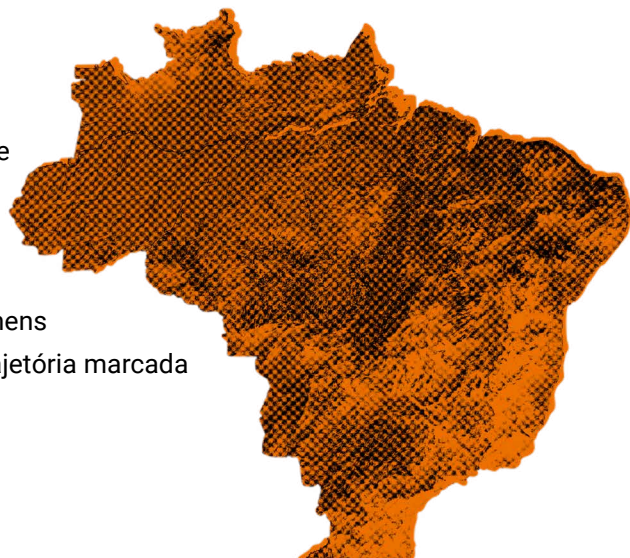
No entanto, a desigualdade racial persiste ao longo dos anos, tornando-se mais evidente conforme aumentam os níveis de escolaridade. Observa-se que os jovens trabalhadores negros com ensino fundamental incompleto ou completo estão mais próximos da equidade racial ao longo dos anos, ao passo que os trabalhadores de ensino superior completo e pós-graduação estão sempre posicionados abaixo das demais escolaridades, evidenciando a maior exclusão de negros nestes níveis de ensino.

O estudo aponta a persistência da segregação ocupacional sob a perspectiva racial, com pessoas negras predominantemente alocadas em cargos de baixa hierarquia e remuneração, geralmente associados a menores níveis de escolaridade. Por isso, é importante destacar que a educação é um fator importante na transformação da segregação ocupacional sob a perspectiva racial no Brasil, mas essa mudança não representa, necessariamente, uma alteração no status social dos jovens negros. A educação, isoladamente, não garante mobilidade social, já que a relação entre ambos não é direta. A mobilidade intergeracional no país ainda é baixa e depende de diversos fatores estruturais, como nível de escolaridade dos pais, acesso a bens essenciais, condições de moradia, mobilidade urbana e oportunidades educacionais.

Ao analisar os dados considerando o mercado formal e informal de trabalho, os resultados indicam maior presença de jovens negros em todos os níveis de escolaridade quando são incorporados os trabalhadores informais. No grupo com ensino fundamental incompleto e completo, os negros representam a maioria. Entre os trabalhadores com ensino médio, os indicadores mostram uma tendência de maior equilíbrio racial. Já no segmento de jovens com ensino superior, observa-se predominância branca ao longo de todo o período analisado, embora com sinais de progressiva melhora na representatividade negra. Esses resultados refletem o elevado nível de informalidade entre as juventudes negras, evidenciado pela predominância desse grupo em todos os níveis de escolaridade. Existe uma forte concentração de jovens negros entre os trabalhadores com menor escolaridade, que também ocupam os postos de trabalho com os menores salários.

Mulheres jovens negras no mercado de trabalho

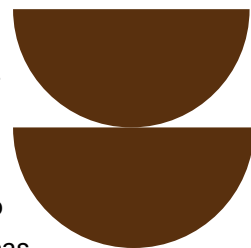
Na análise da intersecção entre raça e gênero, tem-se que as mulheres jovens negras ocupam a base da hierarquia dos salários, em relação a homens jovens brancos, mulheres jovens brancas e homens jovens negros. Os dados revelam uma trajetória marcada





pela exclusão histórica desse grupo em todos os recortes analisados, apesar de uma melhora gradual nos últimos anos.

Nos níveis de ensino fundamental incompleto e completo, as mulheres negras jovens estão sub-representadas. O que explica esse resultado é que os homens negros jovens representam a maioria entre os trabalhadores com esse nível de escolaridade e, ao mesmo tempo, a menor presença das mulheres jovens negras pode estar relacionada ao fato de muitas se encontrarem em ocupações informais ou em atividades não remuneradas, como trabalho doméstico, não captadas pelas estatísticas oficiais de emprego.



O indicador das mulheres negras jovens com ensino superior completo apresenta os melhores resultados em comparação aos demais níveis de escolaridade, além de revelar uma trajetória mais consistente de crescimento. No entanto, isso não significa que as mulheres negras jovens estejam em situação mais favorável porque, ao serem comparadas com os demais grupos, como homens brancos, mulheres brancas e homens negros, elas continuam com os piores indicadores de inserção no mercado formal. As mulheres negras estão mais presentes na pós-graduação do que os homens negros, mas essa maior participação não se traduz em posição mais vantajosa no mercado de trabalho, indicando que a escolarização não é suficiente para superar as barreiras estruturais enfrentadas por esse grupo.

Como os estados refletem os resultados

Na avaliação de como os jovens negros estão inseridos no mercado de trabalho em seus respectivos estados, o $IEER_{JN}$ aponta que estados das regiões Sudeste e Sul têm índices significativamente abaixo da equidade racial, enquanto as demais unidades federativas estão dentro da faixa considerada equilibrada e Norte e Nordeste têm maior presença de jovens negros no mercado formal de trabalho. Esses jovens estão mais presentes nos estados com menor renda média e taxa de ocupação e maiores taxas de informalidade e desemprego. Os resultados mostram que é essencial direcionar políticas públicas para melhorar oportunidades de trabalho no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Além disso, nos estados com maior presença de trabalhadores no setor formal em 2023, liderados por São Paulo, nota-se que os piores índices para os negros estão nessas unidades federativas com dominância branca nos trabalhadores formais. Em São Paulo, os jovens negros têm um cenário mais desfavorável no mercado de trabalho, ainda que estejam onde existem as melhores oportunidades, salários e perspectivas de carreira.

Representatividade racial nas profissões de nível superior

Entre os trabalhadores com curso superior atuando em ocupações de nível superior existe disparidade quanto à quantidade e os salários, com os negros possuindo menores indicadores em ambos. Já a análise da correlação entre salários e o $IEER_{JN}$ mostra que, quanto maior a remuneração nas profissões de nível superior, menor é a





presença de pessoas negras nessas ocupações, indicando que, apesar do aumento da representatividade da população no ensino superior e da sua maior inserção no mercado de trabalho nos anos recentes, a desigualdade salarial persiste, sobretudo nas carreiras de maior remuneração.

Levando-se em conta as ocupações de nível superior com os maiores salários em 2023 de ao menos 100 trabalhadores, há avanços nessas profissões, mas a desigualdade racial ainda é significativa com menos profissionais negros como pilotos de aeronaves, engenheiros químicos e defensores públicos, embora tenha havido um crescimento entre engenheiros de computação. Deve-se considerar que a implantação da política pública das cotas raciais contribuiu para elevar o número de pessoas negras em ocupações de nível superior.

STEM no mercado de trabalho

Por fim, os resultados também mostraram a inserção profissional em cursos das áreas conhecidas como STEM (Science, Technology, Engineering and Maths, ou Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática¹), que impulsionam o desenvolvimento científico e tecnológico dos países no mundo todo, pois estão ligadas a inovação e avanço. Há uma significativa desigualdade racial entre profissionais com formação de nível médio, superior e pós-graduação, o que evidencia a alta desigualdade nas profissões altamente valorizadas, de maior remuneração e com papel estratégico para o desenvolvimento do Brasil.

Conclusões

O estudo conclui que houve melhorias nos indicadores ao longo da última década, porém a desigualdade ainda persiste e deve ser mitigada com políticas, dos setores público e privado, a fim de aumentar a proporção de jovens negros em melhores posições no mercado de trabalho. Para isso, é fundamental o acesso a programas voltados às juventudes, como Lei do Estágio, Programa de Aprendizagem Profissional e Programa Primeiro Emprego. Tais programas necessitam, entretanto, de ações afirmativas voltadas especificamente para a equidade racial.

Devem ser propostas também iniciativas de inclusão de jovens negros no mercado de trabalho a partir de ações estratégicas de combate às desigualdades em programas de trainee e estágio. A proposta é utilizar os instrumentos legais como base, mas com o recorte racial como prioridade na formulação e na execução das políticas de contratação. Além disso, para as empresas garantirem não só o acesso, mas a permanência e o desenvolvimento dos jovens negros no ambiente corporativo outras ações complementares são necessárias, como oferta de cursos de inglês, programas de mentoria, orientação de carreira e seleção de turmas compostas majoritariamente por jovens negros.



¹Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática.



1.

Introdução

A juventude deve ser compreendida como uma categoria social e histórica, constituída por marcadores de classe, raça, território e gênero, e não apenas como uma fase geracional de transição da vida. Os jovens desempenham papéis importantes dentro da sociedade, assumindo posicionamentos relevantes nos debates públicos. As juventudes estão inseridas em diferentes espaços para a promoção de novos debates, discutindo temas diversos, desde a cultura à economia. Dessa forma, precisamos entender as juventudes em um contexto plural, considerando a diversidade de condições sociais e culturais dessa população.

No Brasil, a faixa etária dos jovens, entre 15 e 29 anos, é formada por 45,3 milhões de pessoas e representa 22,31% da população total (IBGE, 2022). As pessoas negras (pretas e pardas, conforme a definição do IBGE) representam 59,51% desse total, enquanto a população branca responde por 39,44%. Em 2022, houve um aumento de 5,92% da população jovem autodeclarada negra em relação a 2010, que correspondia a 53,59% do total. Apesar de sua expressiva presença demográfica, a juventude negra segue submetida a desigualdades persistentes, entre outras, nas dimensões educacional e profissional.

Nesse contexto, ao analisar indicadores educacionais e do mundo do trabalho para as juventudes negras, o que encontramos são disparidades persistentes: em 2019, 25,7% dos jovens negros não estavam estudando e trabalhando; esse percentual caiu para 21,1% em 2024. Entre os jovens brancos, a taxa passou de 17,7% para 14,4% no mesmo período (IBGE, 2025). Em 2024, os jovens negros apresentaram as maiores taxas de informalidade (48%) e desemprego (13%), mantendo a vulnerabilidade já evidenciada em 2012, quando as taxas eram de 49% e 15%, respectivamente (IBGE, 2024). No ensino superior, os jovens autodeclarados negros representavam 38% dos matriculados em 2023, em contraste com 44% entre os jovens autodeclarados brancos. Os dados refletem uma significativa evolução em relação a 2012, quando os valores eram de 13% e 23%, respectivamente (Inep, 2023).

A educação e a empregabilidade das juventudes negras no Brasil ainda são marcadas por desafios estruturais que



Apresentação



limitam o acesso a oportunidades qualificadas. A evasão escolar, impulsionada por diversos fatores, reduz as chances dos jovens negros de ingressarem no ensino superior e impacta diretamente em suas inserções no mercado de trabalho. Como consequência, muitos jovens negros enfrentam trajetórias profissionais instáveis, restritas a postos de trabalho com alta rotatividade, baixa remuneração e pouca perspectiva de mobilidade social.

As desigualdades raciais observadas nas juventudes brasileiras são também produzidas por um ciclo geracional de perpetuação da pobreza. A menor mobilidade intergeracional entre negros é explicada por fatores como renda mais baixa, menor acesso a bens públicos, histórico de escravidão e discriminação racial, expressa sobretudo na desigualdade salarial, mesmo com igual qualificação (França e Portella, 2023).

O estudo de Britto et al (2024) mostra que a mobilidade de renda no Brasil é significativamente mais baixa do que em países como os Estados Unidos. No Brasil, crianças não brancas nascidas em famílias de baixa renda têm maior chance de permanecer no grupo mais pobre em comparação às brancas. Além disso, as chances dessas crianças conseguirem ascender ao grupo mais rico são menores do que para as brancas. Entre os nascidos em famílias de alta renda, os não brancos enfrentam maior instabilidade, com maiores chances de cair para o grupo mais pobre em relação às crianças brancas. Portanto, as disparidades raciais desde a infância comprometem a mobilidade social no país, limitando oportunidades.

Logo, é necessário refletir e buscar soluções para enfrentar essa realidade. Um dos primeiros passos para formular uma agenda nessa direção é reconhecer o problema, estabelecer indicadores objetivos que possibilitem observar o grau dessas desigualdades e definir metas que permitam monitorar o avanço das transformações que se pretende alcançar.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar a inserção das juventudes negras no mercado de trabalho em diferentes níveis de escolaridade. Destaca-se o papel central da educação como vetor para alcançar a mobilidade social, ainda que isoladamente não seja capaz de proporcioná-la (Haveman e Smeeding, 2006). Diante disso, foi desenvolvido o Índice ESG de Equidade Racial da Juventude Negra ($IEER_{JN}$), baseado no Índice ESG de Equidade Racial (IEER) elaborado pelo Pacto de Promoção da Equidade Racial (2022a) para mensurar as desigualdades raciais das juventudes negras no mercado de trabalho. A métrica avalia a distribuição racial por nível de escolaridade dos trabalhadores, a partir da série histórica desde 2012, por diferentes perspectivas, destinadas a avaliar o cenário de empresas, setores, localidades, entre outros recortes.

O estudo adota uma abordagem qualitativa com base em revisão bibliográfica e documental, complementada por dados secundários provenientes de fontes oficiais, como a Pnad Contínua, o Censo Demográfico, a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), o Censo Escolar e o Censo da Educação Superior. A seleção das fontes considerou critérios de atualidade, relevância temática (juventudes negras, desigual-

2. Contextualização





dades, mercado de trabalho, educação, saúde e mobilidade) e reconhecimento acadêmico ou técnico. O estudo optou por trabalhos com recortes interseccionais de raça, gênero e território, de modo a refletir o contexto social das juventudes negras no Brasil.

É importante destacar que, por se tratar de uma pesquisa centrada em dados secundários e análises documentais, o estudo tem como limitação a ausência de coleta primária de informações junto aos sujeitos da pesquisa. Além disso, a disponibilidade limitada de dados desagregados por raça, gênero e território em algumas bases estatísticas públicas pode restringir a profundidade de certas análises. Ainda assim, a metodologia adotada permite identificar padrões relevantes, formular recomendações e ampliar o debate sobre a inclusão das juventudes negras nas políticas públicas e as estratégias de Investimento Social Privado (ISP).

Diante desse cenário, o estudo propõe incentivar o ISP de grandes empresas como estratégia para transformar a realidade dos jovens negros. Ao financiar programas de capacitação, mentorias e parcerias com instituições de ensino e empregabilidade, o setor privado fortalece a qualificação profissional e amplia o acesso desses jovens ao mercado de trabalho formal, especialmente em níveis mais altos de escolaridade e em posições de destaque.

Além disso, o estudo busca sensibilizar o governo e suas entidades sobre a importância de políticas de ações afirmativas direcionadas à inserção dos jovens negros no mercado de trabalho, em linha com o Plano Juventude Negra Viva, de 2024, que busca mitigar as vulnerabilidades sociais que afetam as juventudes negras. Tais iniciativas contribuem para reduzir desigualdades, impulsionar a inovação, promover a diversidade e fortalecer o desenvolvimento sustentável, criando um ambiente corporativo mais inclusivo. Este relatório analisa os desafios e propõe soluções concretas para a construção de um futuro mais equitativo.

O estudo é composto por seis seções, incluindo esta introdução. A segunda busca definir o termo “juventudes negras”, a partir de um panorama geral, bem como os principais desafios da inserção produtiva desses grupos no mercado de trabalho. Na terceira, são mobilizados dados sobre escolaridade, permeando aspectos gerais, ensino médio e técnico, ingressantes e matriculados no ensino superior, além de concluintes e pós-graduandos. A quarta seção apresenta a metodologia do IEER_{JN}¹, os critérios e abordagens utilizados para analisar os dados e interpretar os resultados. Na quinta, são discutidos os resultados do IEER_{JN}, aprofundando as principais tendências gerais identificadas, a posição das mulheres jovens negras no mercado de trabalho, as disparidades regionais, a representatividade racial nas profissões de nível superior e a inserção profissional em cursos STEM (Science, Technology, Engineering and Maths¹). A conclusão corresponde à sexta e última seção deste relatório.



¹Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática.



2.

Contextualização

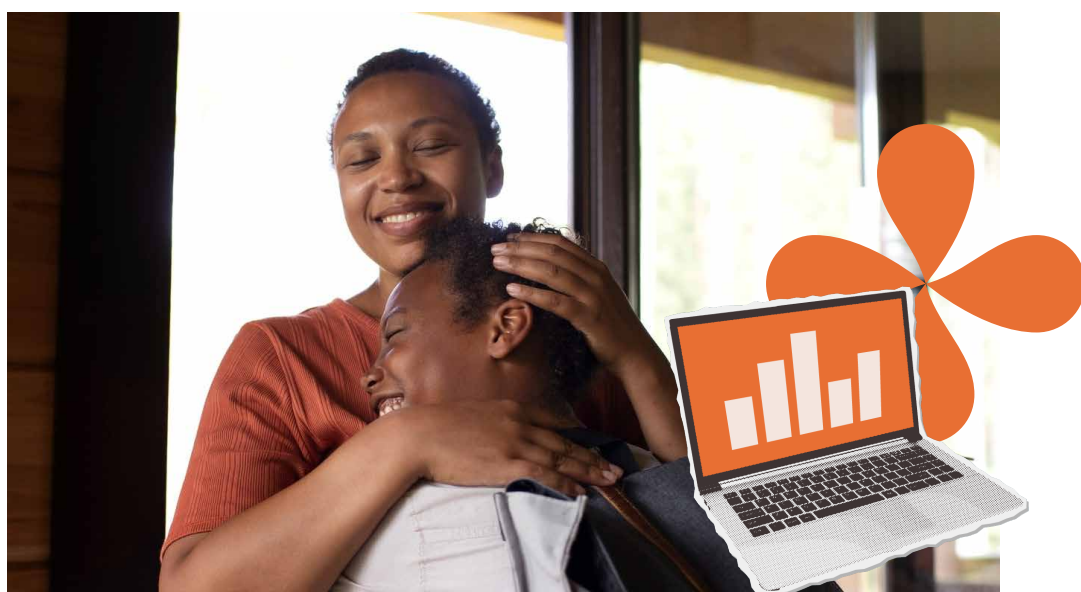
A presente seção tem como objetivo apresentar as discussões teóricas a respeito do conceito de juventudes negras, bem como os fatores que afetam a presença dos jovens negros no mercado de trabalho. Aspectos como escolaridade, saúde, violência e mobilidade foram trabalhados para a análise, com o intuito de aferir como impactam a trajetória profissional dos jovens negros e negras no Brasil.



2.1.

Definição juventudes negras

O conceito juventude é multifacetado e complexo, desafiando uma definição única. A presente seção tem o objetivo de discutir as concepções de juventude como categoria geracional (Pais, 1990), bem como social e histórica (Dayrell, 2003; Groppo, 2017). A conceituação de juventude é importante para o atual estudo, pois os jovens estão inseridos em distintos contextos sociais, enfrentando desafios de formas diferentes a depender da raça, gênero, classe social, religião, território e orientação sexual. Para compreender as experiências dos jovens negros, é fundamental reconhecê-los como indivíduos dinâmicos, cujas perspectivas de vida são moldadas por esses diversos fatores descritos anteriormente.



O conceito de juventude como uma categoria geracional é entendido como uma fase de transição da vida, da infância para a vida adulta, sendo interpretado ampla e universalmente a partir do recorte de idade (Pais, 1990). A interpretação dessa corrente entende que a juventude é marcada por características de cada época, em que são atribuídas características distintas para cada grupo etário. Nessa perspectiva, Pais (1990) aponta para as continuidades e descontinuidades de valores sociais e culturais, em que os jovens compartilham experiências semelhantes como indivíduos dentro de uma mesma geração, mas que são mutáveis a depender do momento histórico. Em resumo, a juventude definida como geracional é caracterizada como homogênea e como categoria etária (Barbosa, 2021). A maior crítica a esta corrente reside no fato de ela desconsiderar aspectos socioculturais e históricos (Pais, 1990).

A noção de juventude como uma categoria social considera a relevância das experiências particulares advindas dos diferentes contextos sociais (Groppo, 2017). Marcadores como raça, gênero, classe social, religião, território, orientação sexual ou até mesmo as intersecções entre eles acentuam as diferentes realidades vividas pelos jovens. São justamente essas múltiplas dimensões que tornam o conceito complexo (Groppo, 2017). Nesse sentido, os jovens estão inseridos nas estruturas das sociedades e são impactados, como toda a população, pelos efeitos macroeco-



1. Introdução

nômicos, climáticos e políticos. Logo, os jovens partilham dos aspectos em comum (Dayrell, 2003), mas enfrentam os desafios de maneira distinta a partir da circunstância de vida de cada indivíduo.

Por isso, a noção de juventude deve ser entendida como uma categoria social complexa e se faz necessário abordar o termo sempre no plural, ou seja, compreendendo que existem diferentes juventudes (Groppo, 2017), com o intuito de enfatizar que os jovens vivem de formas particulares. Desse modo, o estudo trabalha com o conceito de juventudes, abordando especificamente a experiência vivida pelas juventudes negras e suas interseções, principalmente em relação a gênero e território no mercado de trabalho, bem como o acesso à educação.

O termo “juventude negra”, assim como o “juventude”, não deve ser compreendido como um conjunto homogêneo. Isso significa dizer que os indivíduos dentro desse grupo experienciam e acessam os serviços de saúde, trabalho, transporte, moradia, educação, cultura e lazer de maneiras distintas. São diversos os marcadores sociais que perpassam a experiência individual, mas é a partir das experiências comuns e da intersecção entre os marcadores que podemos agrupar os indivíduos em categorias mais qualificadas e que consideram essa diversidade. Assim, faz sentido trabalhar com o termo em sua pluralidade: juventudes negras. Isso possibilita analisar com maior profundidade as desigualdades educacionais e a inserção desses jovens no mercado de trabalho.

A preocupação com os jovens negros não é recente. Lélia Gonzalez (1979) aponta para o problema do desemprego da população negra jovem, aprofundando as desigualdades sociais para esta população. Entre os obstáculos, temos a falta de oportunidades de empregos, a maior presença das mulheres jovens negras no trabalho doméstico e a dupla jornada de trabalho. O cenário descrito se alterou em questão de proporções, mas as desigualdades ainda se mostram latentes quando comparamos a realidade dos jovens negros com a experiência de jovens brancos.

As próximas seções deste tópico abordam os diversos desafios enfrentados pelas juventudes negras na empregabilidade e na educação, considerando aspectos como saúde, violência e mobilidade urbana. Em especial, este estudo reconhece na educação um fator essencial e estratégico para que a população negra tenha acesso a empregos de maior remuneração e melhores condições de trabalho e mobilidade social. Essas oportunidades podem promover uma melhor qualidade de vida para os jovens negros. Contudo, há ainda diversos fatores na sociedade brasileira que influenciam esse processo e podem dificultar a concretização desse objetivo.



3. Estatísticas das juventudes negras no mercado de trabalho e na educação





2.2.

Barreiras que afetam o ingresso dos jovens negros no mercado de trabalho

2.2.1.

Juventudes negras e educação

A relação entre juventudes negras e educação é um dos temas mais complexos do ponto de vista das desigualdades brasileiras. Entretanto, do ponto de vista estratégico, é uma das principais questões a ser enfrentadas, no sentido de garantir direitos e um futuro mais equitativo para o país, tanto em termos sociais quanto em termos econômicos. Ao longo da história brasileira, as juventudes negras foram excluídas das melhores oportunidades educacionais e isso fortaleceu um ciclo vicioso, que ainda hoje perpetua diferenças históricas entre negros e brancos no Brasil.

A presente seção apresenta estudos sobre os seguintes temas: as barreiras históricas enfrentadas por jovens negros no ambiente escolar; a evasão escolar; a relação entre gênero, raça e educação; e a falta de financiamento público para avançar e aprofundar as políticas afirmativas no ensino.

A partir de uma análise qualitativa dos fatores que contribuem para o fracasso escolar de jovens negros no Brasil, Jesus (2018) aponta que os processos racistas, associados às condições socioeconômicas, moldam trajetórias educacionais marcadas por evasão, repetência e baixa autoestima. Destaca-se a atuação persistente de mecanismos simbólicos de opressão, como a estereotipação dos corpos negros, o silenciamento das violências raciais e a invisibilização das identidades negras nos currículos escolares. Esses fatores afetam a subjetividade, a autoestima e as expectativas de futuro desses estudantes, que muitas vezes são ignorados pelas instituições escolares.

Jesus (2018) aponta como barreiras estruturais a racialização negativa, que associa estudantes negros à indisciplina ou inferioridade intelectual, o silenciamento institucional diante do racismo e a ausência de referências positivas sobre a história e cultura negras nos conteúdos escolares. Esses elementos articulados produzem um ciclo de desigualdade escolar e reforçam a urgência de ações afirmativas e transformações estruturais no sistema educacional.

Em outra perspectiva, Silva e Martins (2020) analisam criticamente como a escola lida com a identidade da juventude negra, apontando como as práticas educacionais frequentemente reforçam estereótipos e desigualdades raciais ao tratar os jovens de forma homogênea, sem considerar as suas subjetividades. A noção de juventude negra como um conceito único é rejeitada, dando lugar ao entendimento da pluralidade das experiências vividas pelos jovens negros, sobretudo impactadas por contextos sociais, históricos e culturais diversos. Além disso, a presença do racismo no ambiente escolar é destacada, principalmente na reprodução de estereótipos e na ausência de representatividade positiva.

Outro aspecto abordado pelas autoras é a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira na estrutura curricular da educação bási-

ca, mas que ainda enfrenta dificuldades em sua implementação. Isso dificulta que os educadores adotem práticas verdadeiramente antirracistas. Além disso, Silva e Martins (2020) criticam a forma como, no ambiente escolar, os jovens negros são associados a narrativas de violência, indisciplina e fracasso, o que contribui para sua exclusão simbólica e para o silenciamento de suas vozes. Nesse sentido, é necessário um modelo educacional que valorize as expressões culturais negras como parte legítima do cotidiano escolar e promova espaços em que os jovens negros possam se reconhecer positivamente, superando estigmas historicamente impostos.

Os desafios enfrentados pelas juventudes negras no campo da educação no Brasil permanecem significativos, apesar dos avanços nos índices de escolarização impulsionados por políticas públicas, como o sistema de cotas. Silva (2021) mostra que ainda persistem profundas disparidades raciais no ensino médio, refletidas em maiores taxas de evasão, reprovação e abandono, que comprometem o acesso dos jovens negros ao ensino superior.

As desigualdades são manifestadas na precariedade das escolas públicas, no acesso desigual a instituições de qualidade e na discriminação cotidiana, dificultando a permanência e conclusão dos estudos dos jovens negros. Mesmo com a implantação de ações afirmativas para o ingresso ao ensino superior, as barreiras continuam demonstrando a necessidade de um compromisso efetivo do Estado e das instituições educacionais com a equidade racial, a valorização das identidades negras e a construção de uma educação antirracista. Esse compromisso deve ir além da mobilidade individual, atuando como instrumento coletivo de reparação histórica e promoção da equidade.

Sob a perspectiva de gênero e raça, as mulheres negras figuram entre as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados (Camarano et al., 2025) e enfrentam maior vulnerabilidade à gravidez precoce (Costa e Freitas, 2021). Estes fatores contribuem diretamente para limitar o acesso e a permanência de jovens negros no sistema educacional, perpetuando ciclos de desigualdades.

No contexto do acesso ao ensino superior, Queiroz e Santos (2016) analisam dados da Universidade Federal da Bahia (UFBA) para investigar a presença de mulheres negras na graduação. Os resultados indicam um crescimento sensível das matrículas de jovens negras nos cursos universitários, mas este avanço ocorre majoritariamente em cursos de menor prestígio social. Ou seja, aqueles para os quais as oportunidades de trabalho são menos atraentes, mesmo em áreas tradicionalmente femininas, como odontologia e psicologia.

De outra forma, Souza (2022) apresenta uma análise abrangente dos espaços sociais ocupados por jovens homens negros no sistema educacional brasileiro, evidenciando a posição marginalizada que esse grupo ocupa na base da pirâmide educacional. Eles enfrentam obstáculos estruturais que dificultam o acesso, a permanência e o sucesso desde a educação básica até a pós-graduação.





1. Introdução

O estudo evidencia que jovens homens negros são os que mais abandonam a escola, menos ingressam e concluem o ensino superior, e estão entre os mais afetados pela violência, o que compromete profundamente sua inserção social. O autor também aponta a escassez de ações afirmativas voltadas especificamente para esse grupo, cuja invisibilidade se deve, em parte, à associação automática entre masculinidade e privilégio, bem como ao estigma que vincula homens negros à violência e ao desinteresse pela educação.

Em relação aos avanços e desafios da política de cotas raciais no Brasil, Silvério et al. (2022) destacam a ausência de um plano estruturado de financiamento que assegure sua sustentabilidade a longo prazo, mesmo diante dos progressos da democratização do acesso ao ensino superior. O artigo apresenta implicações jurídicas e estruturais, mostrando que a eficácia das ações afirmativas depende tanto da sua legitimação política quanto da garantia de recursos estáveis para sua execução.

Por último, Alves, Silva e Bezerra (2024) analisam criticamente as barreiras históricas, estruturais e institucionais enfrentadas pela juventude negra brasileira no acesso, permanência e êxito nas etapas do ensino médio, superior e na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O estudo aponta que, apesar dos avanços nas políticas afirmativas, ainda persistem altos índices de evasão, analfabetismo e não conclusão da educação básica entre jovens negros, sobretudo entre os homens. Esta situação é agravada pela ausência de representatividade, currículos excludentes e pela falta de políticas de suporte adequadas.

Logo, os autores apontam que a herança escravocrata exerce influência tanto no sistema educacional quanto no mercado de trabalho. E ressaltam a postura historicamente omissa por parte do Estado diante da exclusão racial. Isso reforça a urgência da implantação de políticas educacionais reparadoras que valorizem a cultura negra e promovam o reconhecimento identitário, conforme dispõe a Lei 10.639/03. Ademais, a educação profissional e superior, quando alinhadas a essas políticas, constituem um importante instrumento para promover a mobilidade social e a consolidação da justiça racial no Brasil.

2.2.2.

Juventudes Negras e Empregabilidade

A relação entre raça e mercado de trabalho é uma das evidências das desigualdades históricas no Brasil. Os jovens negros estão em uma situação bastante vulnerável, pois nesta fase da vida os questionamentos sobre o futuro da trajetória profissional se tornam ainda mais delicados, dada a situação precária de escolaridade da maioria deles no Brasil. Ademais, os preconceitos enfrentados por esses jovens no mercado de trabalho se manifestam nos estereótipos, nas questões de gênero e de território. Nesta direção, são apresentados estudos com o objetivo de levantar os grandes desafios para alcançar maior equidade racial no mercado de trabalho, bem como mapear as oportunidades para melhorar a empregabilidade de jovens negros no país.

A pesquisa de Picanço (2015) investiga a interseção entre juventude, raça e condição socioeconômica no acesso ao ensino superior no Brasil. O estudo dialoga com





1. Introdução

3. Estatísticas das juventudes negras no mercado de trabalho e na educação



teorias da estratificação educacional e contrapõe a lógica meritocrática às abordagens da reprodução social e da escolha racional. Demonstra que, mesmo com a expansão universitária e as políticas públicas, persistem mecanismos de manutenção das desigualdades de classe e cor.

Adicionalmente, a autora destaca que jovens negros pobres enfrentam maiores dificuldades para conciliar estudo e trabalho, sofrem com a desinformação sobre políticas públicas e carecem de suporte institucional. Tais fatores comprometem seu desempenho acadêmico e dificultam sua ascensão educacional. Além disso, a defasagem no percurso escolar limita o acesso a empregos qualificados, enquanto a ausência de políticas de orientação vocacional e de permanência reforça o distanciamento entre ensino médio e universidade. Mesmo entre os que ingressam no ensino superior, há estigmas em torno das cotas e a atuação do racismo estrutural no mercado de trabalho.

Por fim, a autora conclui que a superação dessas barreiras exige o reconhecimento da interdependência entre raça e classe como eixo central das desigualdades, demandando políticas intersetoriais robustas que articulem acesso, permanência e inclusão efetiva da juventude negra na educação superior e nas oportunidades profissionais.

De outra maneira, Neri (2019) analisa os efeitos da recessão econômica (2014–2019) sobre a população jovem brasileira. O estudo evidencia que indivíduos entre 15 e 29 anos foram os mais prejudicados, com perdas de rendimento até sete vezes superiores à média nacional. E entre os jovens mais atingidos estão os negros com baixa escolaridade residentes nas regiões Norte e Nordeste.

O trabalho aponta o agravamento da desigualdade, a expansão do grupo dos que não trabalham e não estudam, que passou de 23,4% para 26,2% no período. Ademais, o estudo aponta para a urgência de políticas integradas que promovam a inclusão educacional, o acesso digno ao mercado de trabalho e ações afirmativas que enfrentem de forma coordenada as desigualdades interseccionais de raça, idade, localidade e classe social.

A pesquisa de Silva, Faria e Teixeira (2021) examina a influência da raça na inserção no trabalho formal no Brasil. Para isso, o estudo aponta que mesmo após controlar por escolaridade, experiência e renda regional, pretos e pardos enfrentam desvantagens significativas no mercado de trabalho. A pesquisa destaca como obstáculos centrais a atuação de mecanismos de exclusão direta e indireta, desde o acesso desigual à educação, a existência de critérios subjetivos utilizados por empregadores, a menor escolarização média decorrente de um sistema educacional desigual e a concentração da população negra em regiões com menor dinamismo econômico.

Além disso, os autores apontam que, comparados a seus pares brancos, jovens negros com qualificação e trajetória profissional semelhantes têm menor probabilidade de conquistar posições formais. A disparidade se intensifica nas





interseções com o gênero, impactando mais as mulheres negras. O estudo defende políticas públicas que enfrentem simultaneamente a informalidade e o racismo estrutural, promovendo a ampliação de oportunidades e a adoção de ações reparatórias.

Sob outra perspectiva, Silva (2024) estuda como o racismo limita a inserção da população negra no mercado formal, destacando que, embora esse grupo represente a maior parcela da força de trabalho no Brasil, ele permanece sub-representado em cargos de liderança, refletindo as desigualdades históricas e persistentes. O trabalho aponta que o fim da escravidão não rompeu com os mecanismos de exclusão racial, cujos efeitos ainda se fazem presentes nas oportunidades profissionais. E revela que, mesmo com níveis de escolaridade semelhantes, as pessoas negras recebem salários menores, enfrentam taxas mais altas de desemprego, informalidade e subutilização.

As disparidades não se explicam somente por mérito individual, mas pela reprodução sistêmica do racismo nas práticas de seleção e promoção, incluindo o racismo institucional e velado, que naturaliza critérios supostamente neutros como o mérito. A adoção de ações afirmativas, como cotas raciais e programas de inclusão no setor privado, é essencial para reduzir as desigualdades. Entretanto, tais ações devem estar articuladas a políticas estruturantes com financiamento adequado, monitoramento e formação antirracista, garantindo transformações reais e sustentáveis no mundo do trabalho.

Cavalcante, Justo e Alves (2024) investigam os impactos da pandemia de Covid-19 sobre as desigualdades raciais no mercado de trabalho, com foco na população negra do Nordeste. O estudo revela que a crise sanitária intensificou vulnerabilidades históricas, como a precarização, a informalidade e a exclusão digital, especialmente em um contexto de ausência de políticas públicas eficazes. Os resultados apontam que jovens negros enfrentaram desvantagens significativas, como baixa presença em setores que permitiram o trabalho remoto – o que os expôs a maiores riscos e à perda de renda –, concentração em atividades informais sem proteção social, escolarização média mais baixa, sobretudo entre homens.

Além disso, constata-se também a perpetuação de práticas discriminatórias que dificultam o acesso a cargos qualificados, mesmo entre os que possuem formação compatível. Logo, é urgente adotar medidas estruturantes voltadas à inclusão digital, à valorização da educação e à promoção da formalização, com foco na população negra, como forma de conter o agravamento das desigualdades sociais.

Por outro ângulo, a pesquisa do Banco Mundial (2022) examina os fatores estruturais que dificultam a plena inserção de jovens negros brasileiros no mercado formal e propõe estratégias para enfrentar esse cenário de desigualdade persistente. O estudo mostra que, apesar de avanços educacionais, os jovens negros ainda são os mais vulneráveis do ponto de vista econômico. Eles enfrentam altos índices de desemprego, subocupação e informalidade, além de receberem menores salários em comparação com brancos com escolaridade equivalente.

Entre os principais entraves apontados estão a baixa qualidade do ensino nas periferias, a ausência de redes de apoio e orientação profissional, a discriminação nos processos seletivos e ambientes corporativos, e o acesso limitado a oportunidades



1. Introdução

de qualificação e inserção no primeiro emprego. Para reverter esse quadro, o Banco Mundial defende políticas intersetoriais centradas na equidade racial, incluindo ações afirmativas no setor privado, programas de mentoria e patrocínio, expansão da aprendizagem profissional e mecanismos de avaliação de impacto. O documento ainda destaca a necessidade de articular inclusão produtiva, proteção social e enfrentamento do racismo institucional como pilares para garantir uma integração justa, estável e duradoura dos jovens negros no mundo do trabalho.

Em uma perspectiva da posição das jovens mulheres negras no mercado de trabalho, o projeto Mude com Elas elaborou um relatório (Ação Educativa e Terre des Hommes, 2022) a partir de dados quantitativos e qualitativos de jovens negras da Região Metropolitana de São Paulo. O estudo revela um cenário de exclusão sistemática alimentado por racismo estrutural, desigualdade de gênero, classe e território. O relatório aponta que, em 2021, o desemprego entre as jovens negras chegou a 31,3%, com um terço delas procurando trabalho há mais de dois anos, o maior índice do país. Além disso, a pesquisa revela uma taxa alarmante de informalidade (46,1%), remuneração inferior (ganhando apenas 46,6% do que homens não negros) e sobrecarga com trabalho doméstico em casa não remunerado (89,3%), o que limita o tempo e a autonomia para investir em qualificação.

A respeito das políticas públicas voltadas para a inclusão de jovens no mercado de trabalho brasileiro, o país possui programas do Governo Federal e dos governos estaduais. Alguns programas merecem destaque, como a Lei de Estágio (Lei 11.788/08), que estabelece as diretrizes para a realização de estágios por estudantes de diferentes níveis de ensino, como educação superior, ensino médio, educação profissional e tecnológica de nível médio e educação especial. Seu principal objetivo é garantir que o estágio seja uma atividade de caráter educativo, supervisionada e integrada ao projeto pedagógico do curso, funcionando como uma ponte entre a formação acadêmica e a prática profissional.

Outro programa é o Jovem Aprendiz, iniciativa do Governo Federal, criado para facilitar o ingresso de jovens no mercado de trabalho, sem que isso comprometa sua formação escolar. Estabelecido pela Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/00) e regulamentado pelo Decreto 5.598/05, o programa obriga empresas de médio e grande porte a contratarem jovens entre 14 e 24 anos como aprendizes, com cotas que variam de 5% a 15% do total de funcionários. O principal objetivo do programa é oferecer uma formação técnica e profissional, que combine atividades práticas na empresa com formação teórica em instituições qualificadas. O jovem aprendiz é contratado com carteira assinada e recebe direitos trabalhistas, como vale-transporte, férias e FGTS.

Destaque também para o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE), criado pelo Governo Federal (Lei 10.748/03) com o objetivo de facilitar o ingresso de jovens no mercado de trabalho, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. A proposta central do programa é oferecer oportunidades de emprego formal para jovens entre 16 e 24 anos que estejam desempregados, nunca tenham tido vínculo empregatício anterior e pertençam a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. O PNPE funciona como uma

3. Estatísticas das juventudes negras no mercado de trabalho e na educação

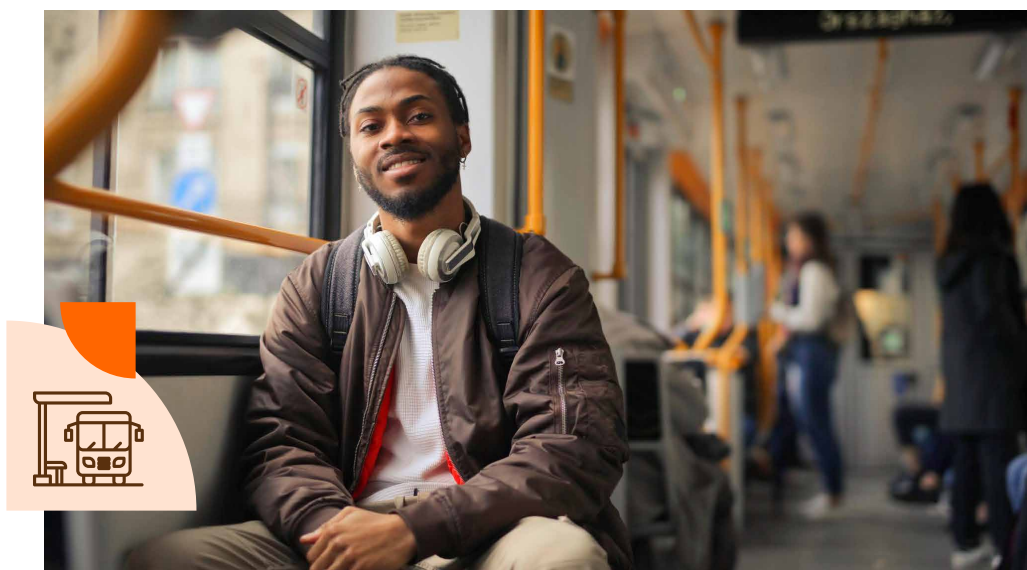




1. Introdução

ponte entre esses jovens e empresas dispostas a contratá-los, oferecendo incentivos fiscais e subsídios às organizações que aderem ao programa.

Desse modo, é possível afirmar que atualmente existem diversos programas voltados à inserção de jovens no mercado de trabalho. No entanto, os programas como a Lei do Estágio, o Jovem Aprendiz e o Programa Primeiro Emprego carecem de uma abordagem institucional específica voltada para a equidade racial. Portanto, conforme os estudos citados destacam, as políticas públicas necessitam de uma perspectiva que reconheça e ajude a superar as barreiras adicionais enfrentadas por jovens negros no acesso ao mercado de trabalho.



2.2.3.

Juventudes negras e mobilidade urbana

A mobilidade urbana, enquanto dimensão estruturante do direito à cidade, revela profundas desigualdades quando analisada a partir dos marcadores sociais de raça, classe e território. No contexto brasileiro, as juventudes negras que residem em periferias enfrentam obstáculos cotidianos para acessar oportunidades fundamentais, como educação, trabalho e cultura. Isso se dá em razão da precariedade dos sistemas de transporte público, da segregação socioespacial e da violência institucionalizada. Tais entraves não apenas limitam o deslocamento físico, mas também produzem efeitos simbólicos e estruturais na forma como esses jovens vivenciam e pertencem aos espaços urbanos.

Os estudos apresentados nesta seção apontam que as desigualdades não decorrem de fenômenos isolados, mas sim de políticas públicas historicamente excludentes e de um modelo de desenvolvimento urbano que privilegia setores sociais já beneficiados por infraestrutura e serviços. A relação entre juventudes negras e mobilidade urbana no Brasil revela como as dinâmicas de exclusão se manifestam no cotidiano, afetando diretamente os processos de escolarização, a inserção laboral e construção de perspectivas futuras. É fundamental compreender os mecanismos que produzem uma espécie de segregação socioespacial nas cidades brasileiras e suas implicações sobre os direitos da juventude.

3. Estatísticas das juventudes negras no mercado de trabalho e na educação





1. Introdução

O estudo de Gomes (2020) analisa como jovens negros das periferias são impactados por um sistema de mobilidade urbana que, em vez de promover inclusão, reforça mecanismos de exclusão e controle social, restringindo seu acesso a espaços simbólicos das cidades. Desse modo, esses jovens são classificados como “estrangeiros locais” e privados do pleno direito de uso urbano por barreiras raciais, geográficas e narrativas que legitimam sua marginalização.

Entre as principais barreiras apontadas se destaca o racismo presente nas políticas de transporte e segurança, que criminaliza os deslocamentos da juventude negra e compromete sua cidadania. Além disso, o estudo defende a necessidade de repensar o urbanismo e implantar diretrizes de mobilidade centradas na equidade racial e no direito universal à cidade, demonstrando que a busca por justiça social também se manifesta na disputa por espaços e dinâmicas urbanas.

Sob outro enfoque, Nunes e Silva (2020) analisam as políticas urbanas brasileiras e apontam como elas negligenciam as intersecções entre raça, gênero e deslocamento no espaço urbano, especialmente no caso de jovens mulheres negras e periféricas. Embora as políticas pretendam assegurar o direito à cidade, elas são formuladas por uma lógica que desconsidera as vivências marcadas por insegurança, múltiplas trajetórias e vulnerabilidades. O estudo destaca a necessidade de reformular os paradigmas da mobilidade urbana, incorporando as vivências das juventudes negras em diagnósticos e soluções.

A pesquisa de Lage e Cota (2021) propõe analisar o planejamento urbano a partir das experiências de jovens negros moradores das periferias de São João del Rei em Minas Gerais, revelando que sua relação com a cidade é atravessada por exclusões, violência institucional e insegurança. Os autores argumentam que o uso dos espaços públicos por essa população é severamente limitado, seja pela ausência de infraestrutura ou pelas abordagens policiais discriminatórias, configurando uma mobilidade restrita e racializada. Ainda assim, o estudo destaca práticas culturais, como o hip-hop, como formas legítimas de resistência e participação cidadã, sinalizando a potência dessas expressões como reivindicação por pertencimento e visibilidade.

A precariedade do transporte coletivo e as barreiras simbólicas e materiais enfrentadas por esses jovens reforçam a segregação socioespacial. Os autores denunciam a vigilância exercida por forças de segurança como elemento central no controle de sua circulação. Por fim, destacam que a superação do racismo estrutural é condição indispensável para ampliar a mobilidade, garantir o acesso a direitos e promover uma cidadania plena, tendo o “direito à cidade” como horizonte político para a atuação transformadora das juventudes negras.

De outra forma, Reis e Veas (2025) analisam a mobilidade na Região Metropolitana de São Paulo sob a ótica das desigualdades sociais e territoriais. O estudo aponta que as condições de deslocamento no transporte público das camadas mais vulneráveis são marcadas por precariedade e falta de infraestrutura. O acesso desigual à cidade é condicionado por fatores como renda, raça, gênero e localização periférica, sendo que a juventude negra está entre os grupos mais afetados, com longos trajetos, exposição à violência e restrições ao trabalho, estudo e lazer.

²⁰O programa foi lançado pelo Governo Federal, em conjunto com órgãos como a Sae/PR, o CDES e o Ipea, para desenvolver propostas voltadas à valorização do transporte coletivo e não motorizado. As ações se concentraram em quatro eixos: desoneração de insumos; financiamento da operação do transporte público urbano; aprimoramento da governança e gestão, com foco em fundos e modelos de remuneração; e planejamento urbano, priorizando a mobilidade ativa e a integração entre transporte e uso do solo.

3. Estatísticas das juventudes negras no mercado de trabalho e na educação





1. Introdução

3. Estatísticas das juventudes negras no mercado de trabalho e na educação



Dessa forma, a pesquisa propõe compreender a mobilidade não apenas como questão técnica, mas como elemento central de transformação social. As políticas voltadas à equidade territorial devem tratar o deslocamento como instrumento de justiça, priorizando investimentos nas periferias e reconhecendo as especificidades de grupos historicamente excluídos. A omissão do poder público contribui para perpetuar o ciclo de desigualdades e negar à juventude negra o pleno direito à cidade.

O estudo de Carvalho et. al. (2025) apresenta diagnósticos e propostas elaboradas pelo Ipea com o intuito de reformular o sistema de mobilidade urbana no país, especialmente após as manifestações de 2013, quando o transporte público emergiu como uma das principais pautas sociais. A partir desse marco, o instituto estruturou suas ações em quatro eixos: desoneração, financiamento, governança e planejamento; com foco na valorização do transporte coletivo e não motorizado, além da concepção do Transporte Integrado Social (TIS), voltado à inclusão de usuários do Cadastro Único por meio de subsídios e modernização tecnológica.

Embora o artigo não trate diretamente da juventude periférica, as propostas permitem compreender os impactos potenciais sobre este grupo, cuja mobilidade cotidiana é marcada por longos trajetos, custo elevado e infraestrutura deficiente, limitando o acesso a oportunidades e direitos. Logo, caso as políticas sejam adotadas com enfoque interseccional, elas poderão contribuir para enfrentar desigualdades raciais, territoriais e de classe. No entanto, os obstáculos persistem na execução de diretrizes como o Pacto da Mobilidade², na resistência em priorizar o transporte coletivo e na falta de uma política nacional comprometida com a equidade no direito à mobilidade.

Portando, os trabalhos discutidos mostram que a precariedade do transporte público, a distância entre periferias e centros e a falta de políticas intersetoriais dificultam o acesso das juventudes negras à educação formal e ao mercado de trabalho formal. Assim, a mobilidade urbana se configura como um espelho das desigualdades raciais e sociais brasileiras. Ao mesmo tempo, a mobilidade também é um campo estratégico de transformação, sobretudo quando guiada pela equidade e justiça racial.

2.2.4.

Juventudes negras e saúde

A exclusão histórica da população negra – e consequentemente de sua juventude – do pleno acesso aos sistemas de saúde, educação e proteção social resulta em graves prejuízos à saúde física e mental dos jovens negros, afetando seu desempenho escolar e a inserção profissional. Tais impactos se expressam tanto na invisibilização das demandas específicas dessa juventude nos serviços de atenção básica, como na invalidação das práticas e saberes tradicionais de cuidado das comunidades negras.

Assim, compreender as relações entre juventudes negras e saúde exige uma abordagem interseccional e crítica, capaz de revelar os efeitos dessas conexões nos indicadores de educação e empregabilidade. A seguir são apresentados estudos que abordam essas dimensões históricas e estruturais e reconhecem o racismo como



1. Introdução



um fenômeno determinante nos processos de adoecimento e nas desigualdades que atravessam esse grupo social.

Reis, Malta e Furtado (2018), apontam os principais entraves: de um lado, a baixa atividade física e a alimentação inadequada elevam o risco de doenças crônicas; de outro, a violência crescente afeta trajetos e escolas, sobretudo entre os jovens negros. Esses fatores exigem ações governamentais voltadas às juventudes brasileiras, com base em dados das edições de 2009, 2012 e 2015 da Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE).

Este estudo aponta para avanços pontuais, como a leve redução no consumo regular de álcool, mas alerta para o agravamento de comportamentos de risco, como a ampliação do uso de drogas

e a elevação dos índices de violência, incluindo o envolvimento em conflitos com armas. A supervisão familiar é destacada como elemento protetivo frente ao uso de substâncias ilícitas, enquanto indicadores como a prática insuficiente de atividade física e a queda no uso de preservativos entre adolescentes preocupam. Além disso, a pesquisa evidencia a baixa utilização de serviços de saúde, os padrões alimentares inadequados e a ausência de respostas eficazes por parte das políticas públicas.

De outra forma, Santos (2024) examina as múltiplas vulnerabilidades que incidem sobre a juventude negra no Brasil, destacando como o racismo institucional compromete a constituição subjetiva desses jovens e agrava seu sofrimento psíquico. Isso deixa os jovens negros desassistidos diante das consequências da violência simbólica, do estigma, da hipervigilância policial, das condições precárias de moradia e da falta de perspectivas. Esses elementos afetam a concentração, a motivação e a permanência em contextos educacionais que desvalorizam suas identidades, impactando diretamente a vida escolar e a inserção profissional desses jovens.

A escassez de redes de suporte psicossocial e pedagógico amplia os obstáculos à escolarização e limita possibilidades de acesso ao trabalho formal. Ao compreender

3. Estatísticas das juventudes negras no mercado de trabalho e na educação





a saúde como um processo de produção de subjetividades, o artigo propõe uma revisão das políticas educacionais e laborais, reivindicando práticas que reconheçam os efeitos do racismo na formação emocional, cognitiva e profissional da juventude negra. Neste sentido, o estudo aponta para a necessidade de políticas públicas sensíveis às especificidades da juventude negra, com a saúde mental como dimensão estruturante da equidade educacional e do trabalho.

A respeito dos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a população negra brasileira, Santos et al. (2020) analisam os impactos desiguais da pandemia sobre a população negra brasileira e destacam como o racismo estrutural amplifica vulnerabilidades e restringe o acesso a cuidados em saúde. O estudo aponta que as pessoas negras estão mais expostas à informalidade, à precariedade habitacional e à baixa cobertura de políticas públicas e enfrentam riscos maiores de contaminação e mortalidade.

Ademais, a pesquisa reforça que o racismo deve ser reconhecido como um determinante social da saúde e que a limitada implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) compromete a resposta às necessidades desse grupo durante emergências sanitárias. A ausência de dados desagregados por raça/cor e a fragilidade das ações afirmativas contribuem para a invisibilidade da juventude negra nas estatísticas e nas políticas públicas. Entre os desafios apontados, estão a subnotificação de informações raciais, a persistência do racismo institucional nos serviços de saúde, a descontinuidade de programas voltados à equidade e a urgência de articular o conhecimento acadêmico com as experiências dos movimentos sociais negros para promover uma resposta à crise pautada pela justiça racial.

De maneira específica, Barbosa, Silva e Sousa (2021) analisam a experiência do projeto “ECOS: consciência, cor e saúde” em uma UBS do Distrito Federal. O projeto promoveu um diálogo entre profissionais e usuários do SUS para qualificar a atenção primária por meio do reconhecimento dos efeitos do racismo nas condições de saúde. A iniciativa evidenciou que o racismo, como forma de violência estrutural, compromete o bem-estar físico e emocional da juventude negra, acentuando desigualdades nos indicadores de saúde.

Com base na PNSIPN, é apontada a necessidade de capacitar profissionais para lidar com a temática racial, pois os jovens negros são desproporcionalmente os mais afetados por homicídios, repressão policial e exclusão dos serviços, o que gera desconfiança e abandono dos espaços institucionais por parte deles. Desse modo, defende-se a inserção da abordagem étnico-racial na formação em saúde, destacando o potencial de práticas educativas e afirmativas no enfrentamento das iniquidades.

Sob outra perspectiva, Costa e Balieiro (2023) propõem uma reflexão crítica sobre os efeitos desiguais da crise climática, enfatizando como os jovens negros em territórios marginalizados são os mais impactados por eventos climáticos extremos. Sobretudo as mulheres negras que são jovens e periféricas enfrentam riscos agravados à saúde física, ao bem-estar mental e ao direito básico à sobrevivência. A pesquisa argumenta que as políticas ambientais precisam priorizar crianças e adolescentes negros, pois o maior desafio é a exclusão desses grupos dos espaços de decisão sobre clima, o que torna urgente a construção de respostas que combinem justiça ambiental, equidade racial, territorialidade e perspectiva decolonial.



2.2.5.

Juventudes negras e violência

No Brasil, diferentes estudos apontam uma maior exposição das juventudes negras à diversas formas de violência. As consequências, além de físicas, envolvem também dimensões psicológicas, educacionais e, portanto, econômicas, haja vista que menores índices educacionais geram menores possibilidades de acesso aos melhores postos de trabalho e a maiores remunerações.

Do ponto de vista da literatura acadêmica, há uma vasta produção de artigos abordando a relação entre juventudes negras e violência urbana, tanto sobre a abordagem policial, quanto dos aspectos simbólicos dessa violência, como aqueles relacionados ao preconceito. Logo, nessa seção são apresentados estudos que analisam a relação entre ambos os temas.

Gomes e Laborne (2018) pesquisam a persistente violência contra a juventude negra brasileira, demonstrando como o Estado brasileiro nega sistematicamente o direito à vida dessa população. O estudo mostra que, apesar da ampliação das políticas sociais entre 2002 e 2015, a taxa de homicídios entre jovens negros cresceu 18,2%, enquanto a de não negros caiu 12,2%. Esses dados revelam que os avanços em bem-estar não romperam com a lógica racializada da violência. Assim, as autoras apontam que o racismo se expressa na letalidade direta, na omissão institucional e na fragilidade das políticas públicas.

A pesquisa evidencia que os corpos negros, sobretudo masculinos e periféricos, são tratados como descartáveis, legitimando práticas de extermínio naturalizadas pela sociedade e pelo modelo econômico dominante. Ademais, denuncia a invisibilidade das jovens mulheres negras, que enfrentam risco de assassinato mais que duas vezes superior ao das mulheres brancas, segundo dados do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência de 2017. A análise ressalta que o racismo não é um fator secundário, mas sim a base estrutural que sustenta a violência contra essa juventude. Diante disso, são necessárias ações urgentes do Estado, da sociedade e do sistema educacional para reverter esses indicadores negativos contra a população negra jovem.

De sua parte, Sinhoretto e Moraes (2018) analisam como a juventude negra é desproporcionalmente afetada por práticas de violência policial, encarceramento em massa e letalidade estatal no Brasil. Os jovens negros, especialmente os homens, enfren-



tam um risco de homicídio até duas vezes e meia superior ao dos jovens brancos, alcançando índices até 11 vezes maiores em estados como Pernambuco e Paraíba (Sinhoretto e Moraes, 2018).

Nesse sentido, essas mortes são entendidas como produto de uma política de segurança seletiva, estruturada na filtragem racial e legitimada pelo discurso de combate às drogas. O estudo também examina como o movimento negro tem utilizado esses dados para denunciar o genocídio contra a juventude negra, enfrentando a resistência institucional no diálogo com o poder público. Diante desse cenário, diferentes iniciativas estão sendo adotadas, como o Plano Juventude Negra Viva (P_{JN}V), que tem como objetivo reduzir as vulnerabilidades que impactam a juventude negra brasileira e a violência letal oriunda do racismo estrutural.

Anunciação, Trad e Ferreira (2020) pesquisam as diferentes vivências de jovens negros entre 15 e 29 anos, residentes em áreas periféricas de Salvador, Recife e Fortaleza. O estudo destaca como as abordagens policiais se configuram como práticas recorrentes de discriminação e coerção. Os resultados revelam que características como aparência física, forma de vestir, local de moradia e comportamento são critérios utilizados para justificar intervenções violentas, dirigidas principalmente a homens negros de pele retinta. Essa seletividade, longe de ser exceção, expressa um sistema de controle enraizado no racismo institucional. Os relatos dos jovens entrevistados mostram que as ações policiais ocorrem mesmo em situações cotidianas, como o trajeto escolar, e que a formação dos agentes contribui para perpetuar práticas discriminatórias.

Assim, a atuação do Estado, segundo os jovens, não representa proteção, mas sim uma fonte de insegurança e estigmatização, limitando direitos básicos como circulação e dignidade. A pesquisa conclui a urgente necessidade de políticas públicas capazes de enfrentar a violência institucionalizada que marca a relação entre juventude negra e segurança pública no Brasil.

Em outra pesquisa dos mesmos autores, Silva, Anunciação e Trad (2024) analisam como as juventudes negras de Recife e Fortaleza enfrentam diferentes expressões de violência estruturada e simbólica em suas vidas diárias, como as ações policiais no trajeto escolar, que não significam proteção, mas sim uma fonte de insegurança e estigmatização. A pesquisa revela que as trajetórias desses jovens negros são marcadas por exclusões sistemáticas, que vão além da repressão policial, e envolvem estigmatização social, abandono institucional e desvalorização em ambientes escolares e públicos.

Logo, o racismo estrutural e institucional são os principais vetores de marginalização, restringindo projetos de vida e a construção de pertencimento. Entre os principais efeitos relatados estão as abordagens discriminatórias, o abandono escolar por razões econômicas e o sofrimento emocional provocado pela insegurança constante. Em contextos de forte segregação urbana, a ausência de políticas eficazes acentua essas vulnerabilidades e compromete o direito à cidadania. Por fim, defende-se a formulação de estratégias públicas que considerem simultaneamente raça, classe,



1. Introdução

território e juventude, promovendo reconhecimento, inclusão e justiça social real para essa população.

Por fim, Leite (2024) propõe uma análise das múltiplas formas de violência que incidem sobre jovens negros. Analisando dados de assassinatos de jovens entre 2009 e 2019, em sua maioria de homens negros, o estudo mostra como essa juventude é submetida a um sistema que normaliza a exclusão e legitima a violência. A análise revela que o ciclo de desumanização vai além da violência direta e alcança a educação e o mercado de trabalho.

Logo, fatores como evasão escolar, acesso limitado ao ensino superior e subemprego não decorrem apenas de desigualdades materiais, mas da reprodução simbólica de estigmas e de violências. Nesse sentido, romper esse ciclo exige não apenas políticas afirmativas, mas também uma reconfiguração dos significados atribuídos à juventude negra nos espaços sociais, escolares e profissionais. Além disso, é necessário reconhecer a juventude negra como protagonista e não apenas como beneficiária, no intuito de construir políticas públicas participativas, nas quais sejam consideradas as perspectivas desses jovens na definição de metas e estratégias de combate à violência.



3. Estatísticas das juventudes negras no mercado de trabalho e na educação





3.

Estatísticas das juventudes negras no mercado de trabalho e na educação

Esta seção busca analisar as estatísticas de fatores que afetam as juventudes negras no mercado de trabalho a partir de diferentes perspectivas. Serão analisados os níveis de escolaridade, as características presentes no ensino médio regular e técnico, a evolução dos indicadores, além de desafios no ensino superior por ingresso, matrícula, conclusão e presença na pós-graduação.



3.1.

Aspectos gerais

Diversos fatores impactam a inserção dos jovens negros no mercado de trabalho, conforme discutido anteriormente. Nesse contexto, a análise de estatísticas sobre condição de estudo e trabalho, informalidade, desemprego, taxa de ocupação e renda média dos trabalhadores é fundamental para compreender a realidade socioeconômica desse grupo no país. Esses dados fornecem insumos essenciais para interpretar em maior nível de detalhe as seguintes seções do estudo.

Gráfico 1- Situação de ocupação e condição de estudo por cor raça (15 a 29 anos) – 2023

Fonte: Pnad Contínua, 2º Trimestre, 2023.

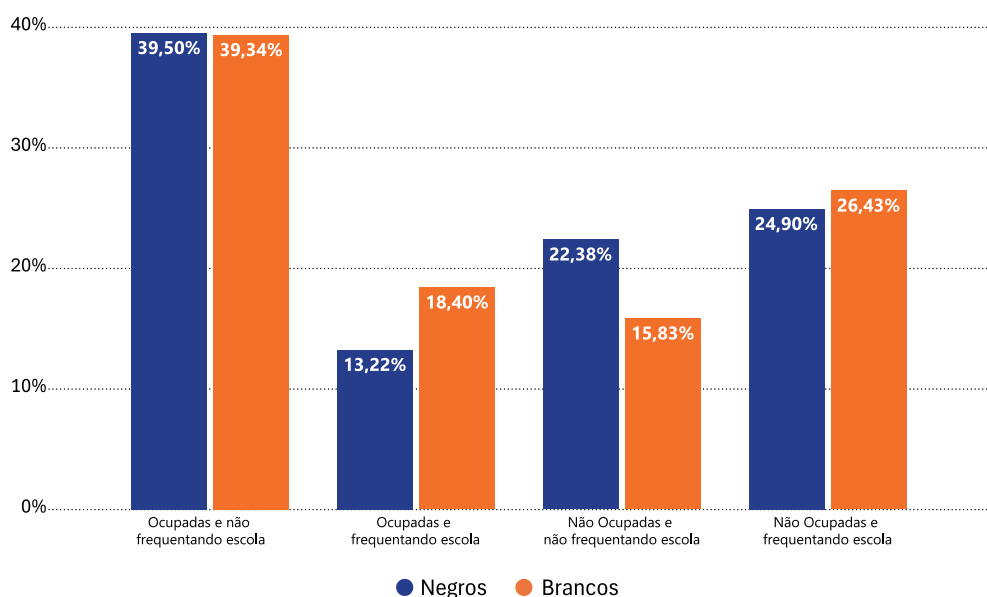
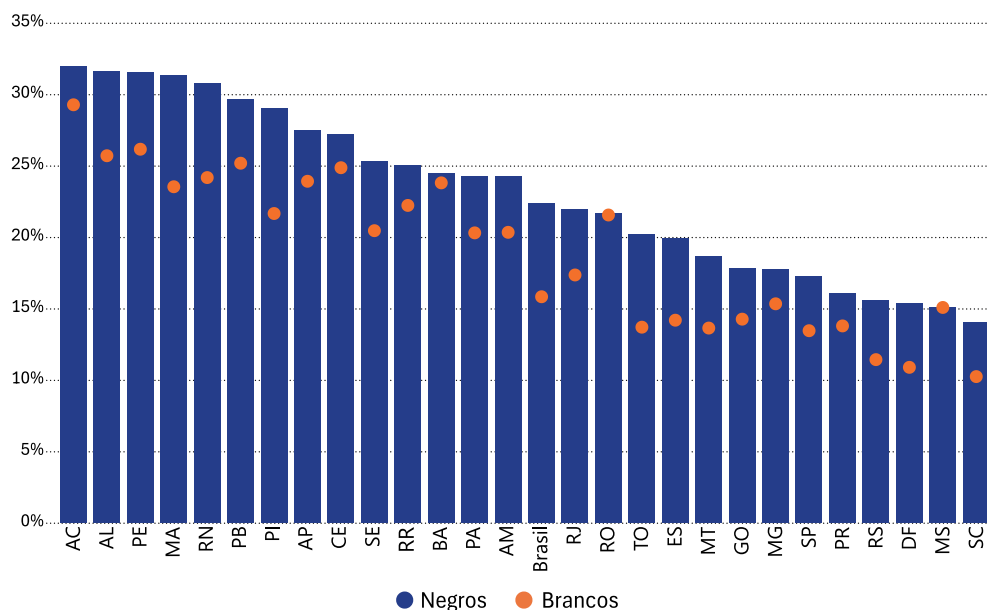


Gráfico 2- Não ocupados e não frequentando escola por raça e estado (15 a 29 anos) – 2023.

Fonte: PNAD Contínua, 2º Trimestre, 2023.





2. Contextualização

O percentual de jovens negros entre 15 e 29 que não trabalham e não estudam (22%) é maior frente aos jovens brancos (16%). No entanto, entre os que trabalham sem estudar, estudam e não trabalham ou conciliam trabalho e estudo, os jovens negros apresentam as menores proporções em comparação aos brancos. As regiões Nordeste e Norte concentram as maiores proporções de jovens que não trabalham e não estudam, com taxas mais elevadas na juventude negra em todos os estados, com a maior diferença entre negros e brancos no Maranhão.

As mulheres constituem a maior parte deste grupo, especialmente as jovens negras. Este dado pode estar relacionado ao trabalho doméstico não remunerado, como afazeres de casa e cuidado de familiares, bem como à gravidez precoce (Rocha e Rezende, 2023). Essa realidade é influenciada, sobretudo, por aspectos históricos como a atribuição exclusiva do cuidado às mulheres sob as óticas de “obrigação” e “ajuda”.

A transição da faixa etária de 15 a 17 para 18 a 24 anos acentua o percentual dos jovens que não trabalham e não estudam e a disparidade entre jovens negros e brancos. Entre os jovens negros, essa condição ocorre muitas vezes para que outros familiares possam exercer atividades remuneradas fora do domicílio. Há também outras dificuldades, como o ingresso e a permanência no ensino superior, a falta de recursos para a mobilidade urbana e o preconceito por serem alunos cotistas, bolsistas e moradores da periferia (Rocha e Rezende, 2021). A inatividade prolongada e a falta de escolarização técnica ou superior prejudicam o desenvolvimento profissional desses jovens, aumentando suas chances de ocupar postos de baixa qualificação no mercado de trabalho (Rocha e Rezende, 2023).

Gráfico 3– Taxa de informalidade por raça e estado (15 a 29 anos) – 2024.

Fonte: Pnad Contínua, 2º Trimestre, 2024.

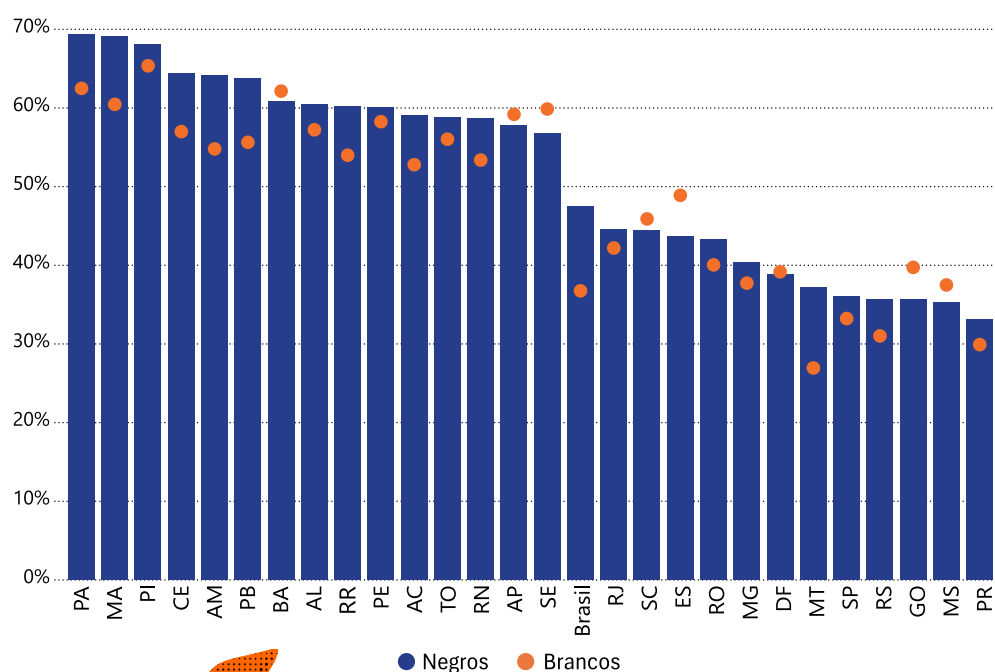
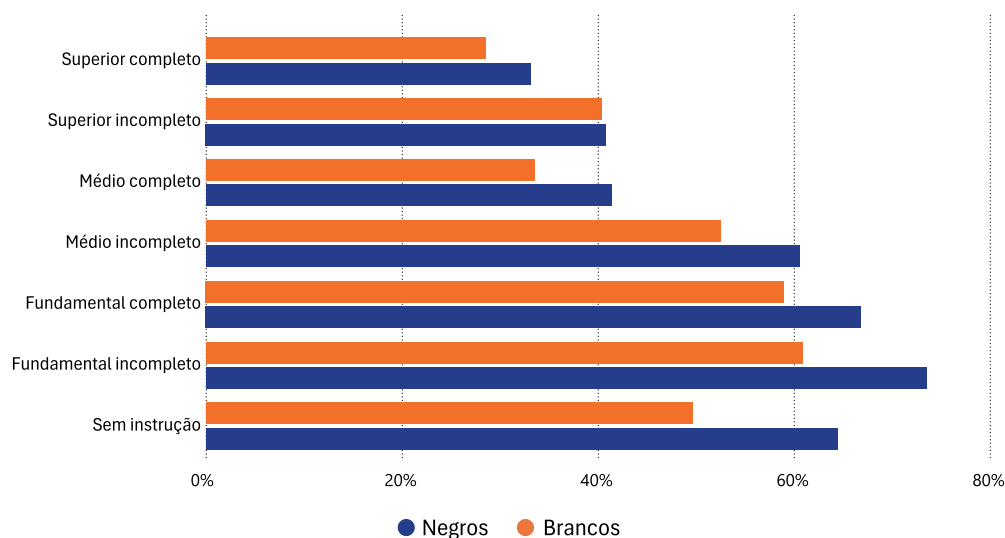
4. Metodologia do IEER_{JN}



Gráfico 4– Taxa de informalidade por raça e escolaridade (15 a 29 anos) – 2024.

Fonte: Pnad Contínua, 2º Trimestre, 2024.



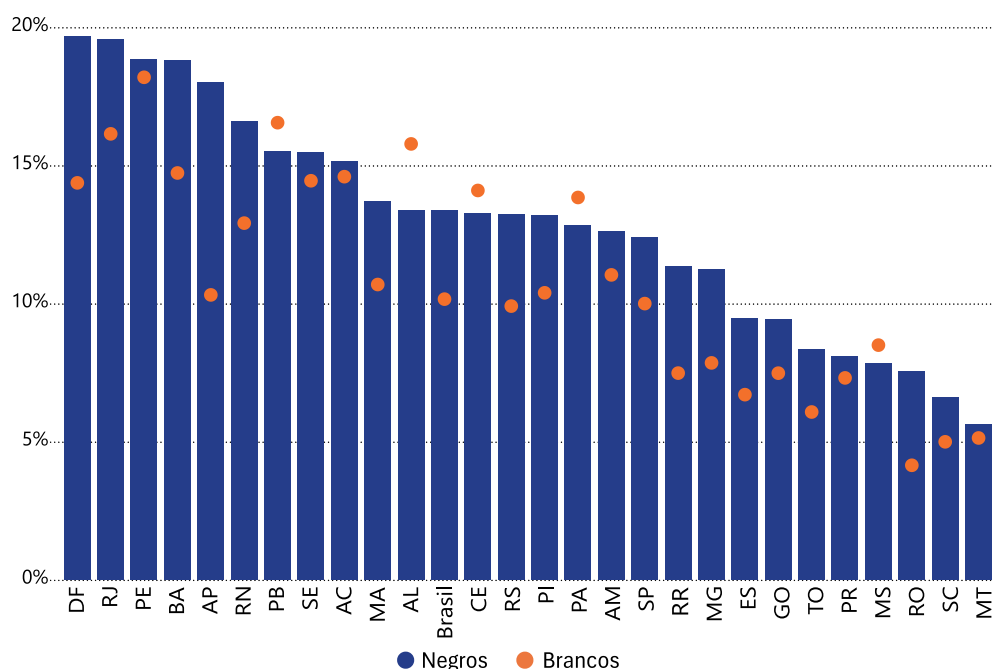
A taxa de informalidade das juventudes negras (48%) é amplamente superior em relação às juventudes brancas (37%) na média nacional. O trabalho informal no Brasil é marcado por empregos precarizados, instáveis e de baixa remuneração, com as jovens negras sendo as mais afetadas (Santos e Scopinho, 2011). A diferença por cor/raça entre os trabalhadores informais brasileiros é uma característica estrutural, sendo historicamente desfavorável à população negra. Em 2012, a taxa de informalidade entre os jovens negros era de 48%, enquanto entre os brancos era de 34%, representando uma importante fonte de desigualdade (IBGE, 2024).

Os efeitos do maior nível de informalidade implicam aumento da população sem acesso aos mecanismos de proteção social, como aposentadoria, licenças remuneradas e seguro desemprego (IBGE, 2024). Os estados das regiões Nordeste e Norte, com exceção de Rondônia, possuem as maiores taxas de informalidade do país, na qual os negros são a maioria. Mas a maior diferença entre negros e brancos se encontra no estado do Mato Grosso. Em relação ao nível de escolaridade, temos que a informalidade entre os negros é maior em todos os níveis, com a diferença diminuindo relativamente quanto maior a escolaridade. A informalidade na juventude afeta negativamente os jovens em futuras ocupações e no nível de rendimento dessas pessoas enquanto adultas (Cacciamali e Tatei, 2017).

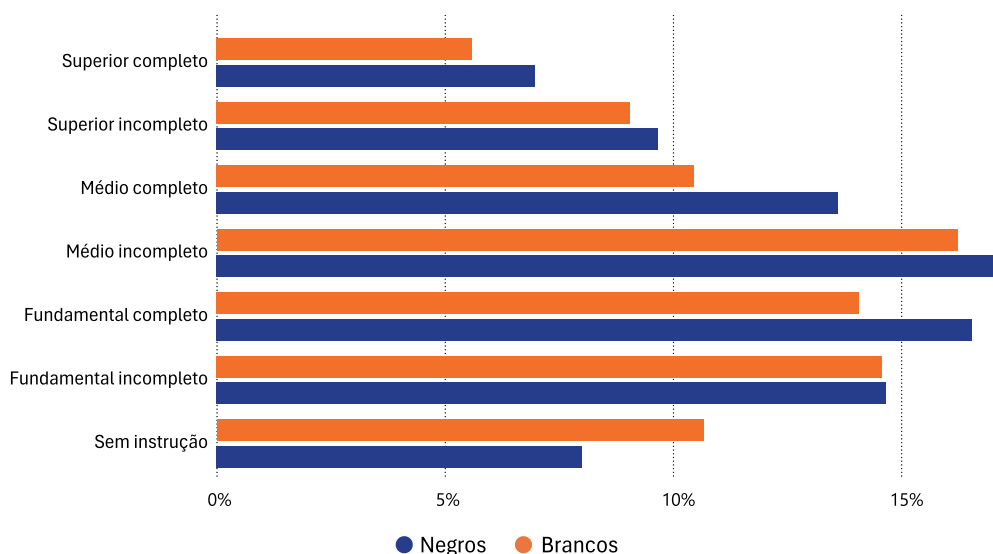


**Gráfico 5– Taxa de desemprego por raça e estado (15 a 29 anos) – 2024.**

Fonte: Pnad Contínua, 2º Trimestre, 2024.

**Gráfico 6– Taxa de desemprego por raça e escolaridade (15 a 29 anos) – 2024.**

Fonte: Pnad Contínua, 2º Trimestre, 2024.



A taxa de desemprego dos jovens negros (13%) é superior à taxa dos jovens brancos (10%). As jovens negras estão representadas no maior grupo das desempregadas. O motivo pode estar associado a fatores discutidos anteriormente ligados ao trabalho doméstico não remunerado e aos cuidados de familiares, tarefas historicamente vinculadas às mulheres.

A alta taxa de desocupação entre os jovens negros afeta negativamente a busca por empregos, uma vez que muitas oportunidades exigem experiências prévias. A frustração relacionada à dificuldade em conseguir um emprego gera sentimentos de incapacidade, traz sofrimento psicológico e coloca em risco a saúde mental (Santos e Scopinho, 2011). O Distrito Federal e o Rio de Janeiro possuem as maiores taxas





de desemprego entre os jovens negros, seguidos pelos estados do Norte e Nordeste. A maior diferença entre negros e brancos está no estado do Amapá.

Em relação à intersecção entre desemprego e escolaridade, as juventudes brancas sem instrução possuem uma taxa de desemprego superior a negra, mas em todos os outros níveis de escolaridade, os jovens negros enfrentam maior nível de desemprego. O que pode indicar que os jovens negros, mesmo alcançando maiores níveis de escolaridades, possuem barreiras adicionais, como discriminação racial nos processos seletivos e falta de redes de contatos, que dificultam o acesso ao mercado de trabalho.

Gráfico 7– Nível de ocupação por raça e estado (15 a 29 anos) – 2024.

Fonte: Pnad Contínua, 2º Trimestre, 2024.

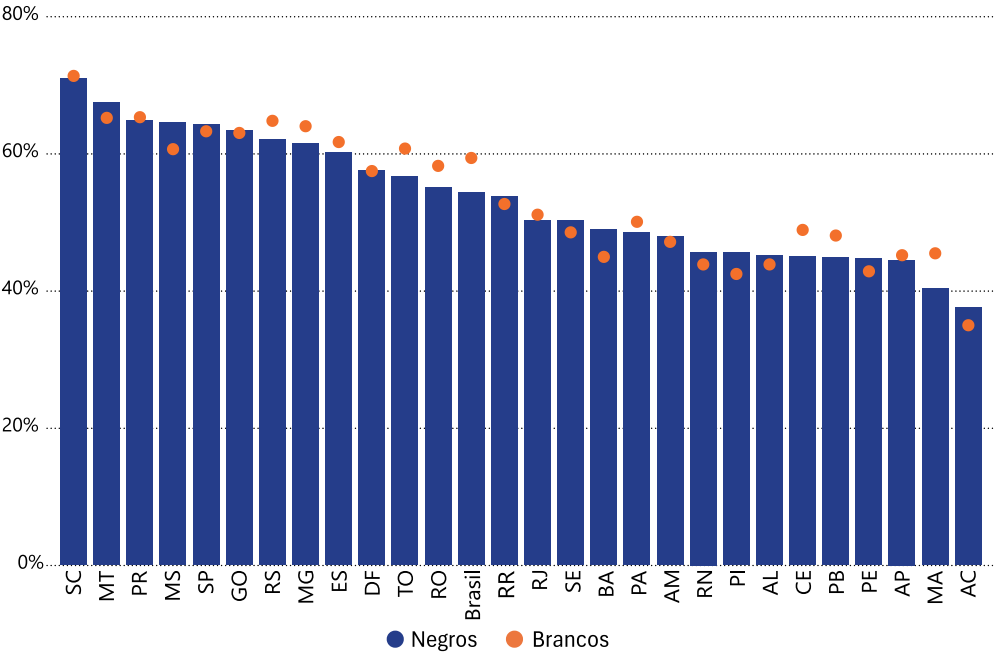
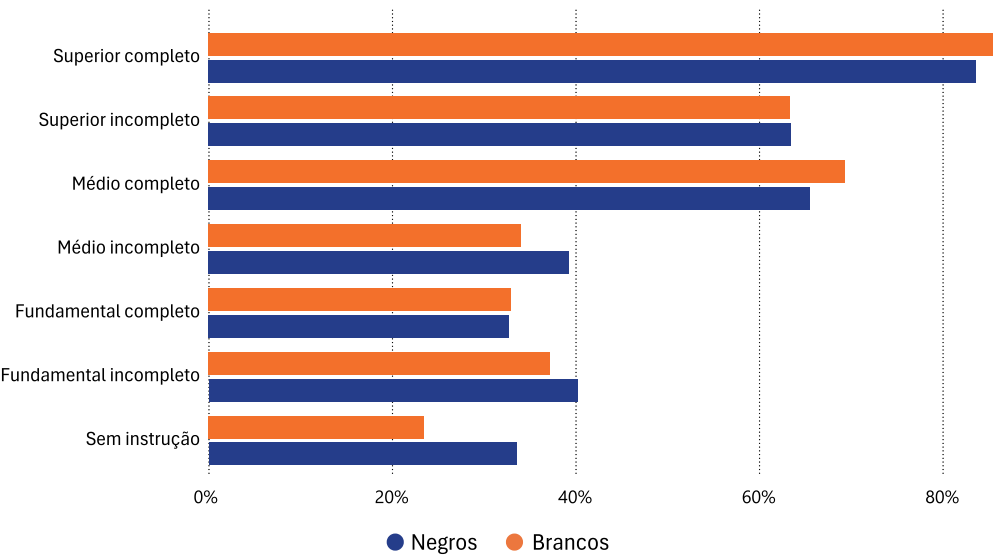


Gráfico 8– Nível de ocupação por raça e escolaridade (15 a 29 anos) – 2024.

Fonte: Pnad Contínua, 2º Trimestre, 2024.





2. Contextualização

Os jovens brancos possuem maior nível de ocupação (59%) em relação aos jovens negros (54%). O estado de Santa Catarina possui o maior nível de ocupação entre os jovens negros e brancos, seguido pelos estados do Mato Grosso, Paraná e Mato Grosso do Sul. A maior diferença entre brancos e negros está no estado do Maranhão, onde os brancos possuem 5% a mais no nível de ocupação. A escolaridade e o nível de ocupação nos revelam que as juventudes negras se encontram mais ocupadas do que as juventudes brancas em menores níveis de escolaridade alcançada, como o médio ou fundamental incompleto. No entanto, esses valores começam a se inverter a partir do ensino médio e no ensino superior completo.

Gráfico 9– Renda média dos ocupados por raça e estado (15 a 29 anos) – 2024.

Fonte: Pnad Contínua, 2º Trimestre, 2024.

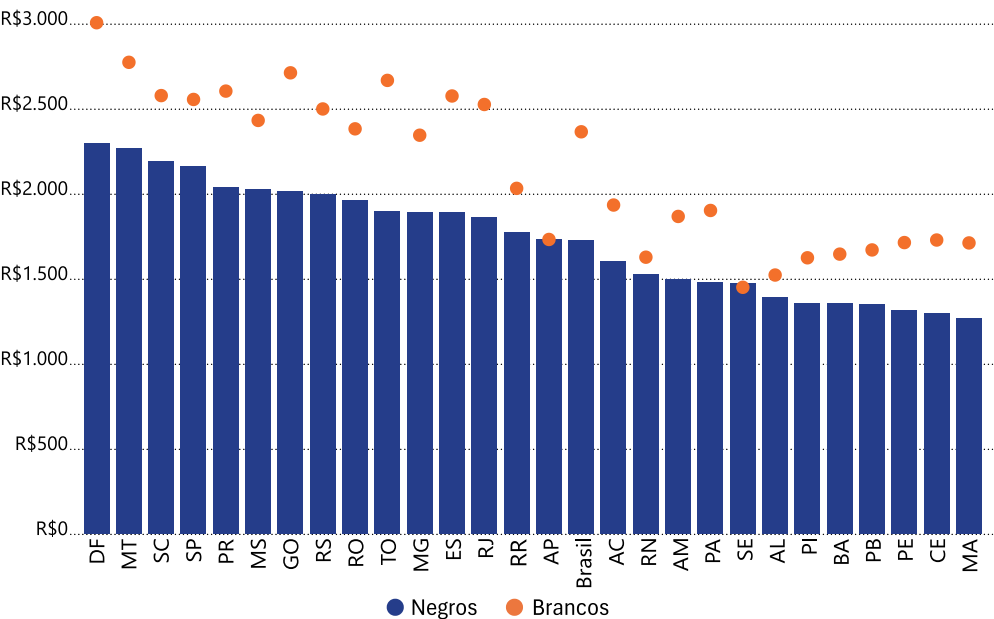


Gráfico 10– Renda média dos ocupados por raça e escolaridade (15 a 29 anos) – 2024.

Fonte: Pnad Contínua, 2º Trimestre, 2024.

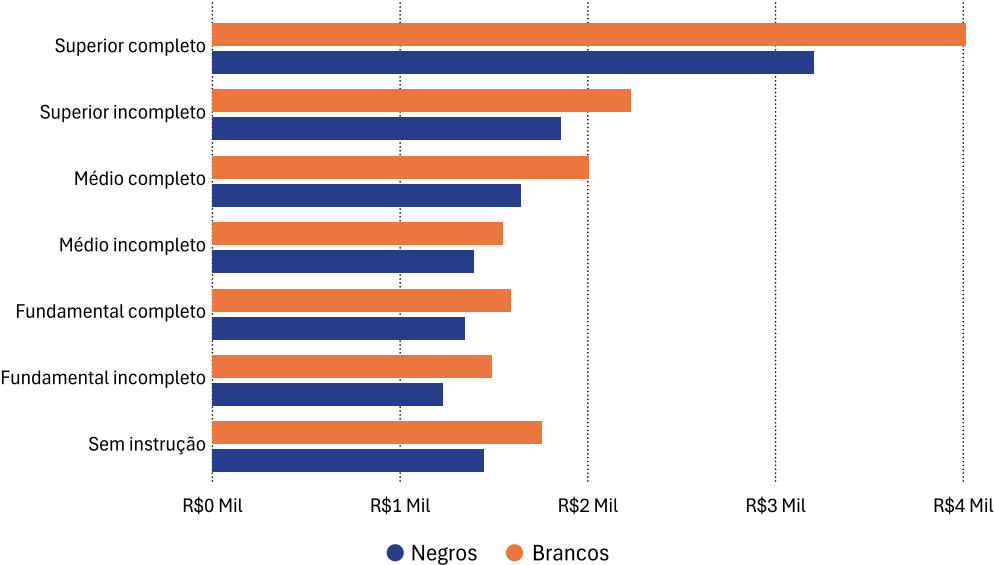


Gráfico 10
No grupo "Sem instrução", foi excluído um valor atípico de renda igual a R\$50.000, por distorcer a média e comprometer a representatividade da amostra, a fim de assegurar maior precisão na interpretação dos dados.



4. Metodologia do IEER_{JN}



Outro indicador que ilustra as desigualdades é a renda média. Os jovens brancos (R\$ 2.365) ocupados ganham, em média, 37% a mais que os jovens negros (R\$ 1.727). A menor remuneração para os jovens negros está diretamente ligada aos outros fatores apresentados anteriormente. A maior presença dos negros entre os que não trabalham e não estudam, informais e desempregados são elementos que implicam em baixa remuneração para esse grupo.

O Distrito Federal tem a maior renda média entre os jovens ocupados, seguido pelos estados das regiões Centro-oeste, Sudeste e Sul, com destaque para Rondônia e Tocantins. Entretanto, a maior desigualdade salarial entre os jovens brancos e negros ocorre no estado do Tocantins. Em relação à escolaridade e à renda média dos ocupados, a diferença é considerável em todos os níveis de escolaridade observados, sendo que as maiores diferenças estão entre os sem instrução e os com ensino superior completo.

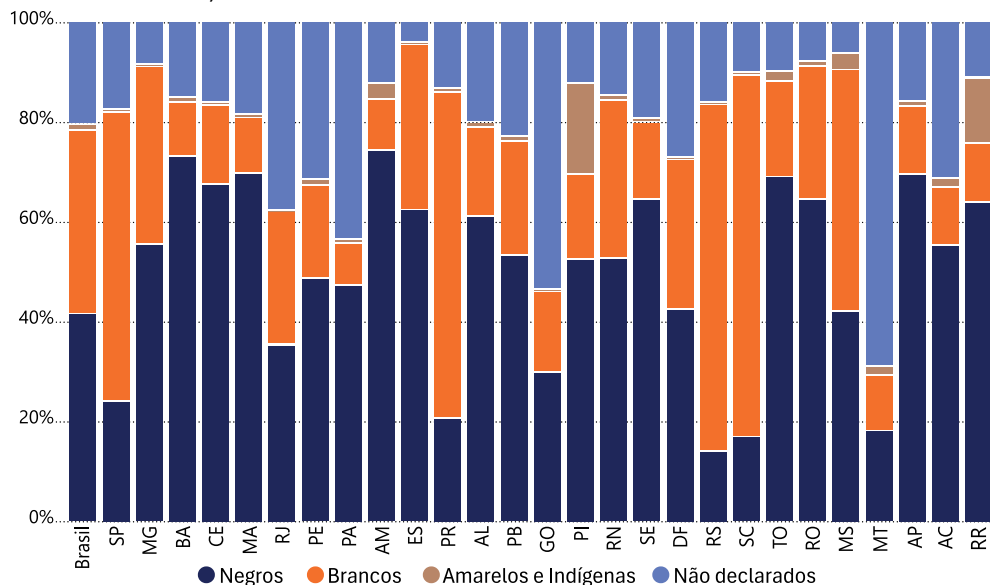
3.2.

Ensino médio e técnico

O ensino médio brasileiro passou por uma forte expansão durante as últimas duas décadas devido à obrigatoriedade da matrícula escolar entre 4 e 17 anos de idade, conforme Emenda Constitucional 59 de 2009. Contudo, essa legislação não eliminou as dificuldades relacionadas à permanência e ao ingresso no ensino superior ou técnico. Além disso, a pandemia de Covid-19, em 2020, intensificou as desigualdades raciais já presentes no ensino médio. Entre os jovens negros, houve um aumento significativo na evasão escolar e na distorção idade-série, o que agravou indicadores educacionais, como o desempenho inferior no Enem e os baixos níveis de proficiência em língua portuguesa e matemática (Perini e Cipriani, 2021).

Gráfico 11 – Distribuição de matrículas no ensino médio (integrado e não integrado ao ensino técnico) por raça e estado (15 a 17 anos) – 2023.

Fonte: Censo Escolar, 2023.



Os dados de matrículas do ensino médio são marcados por relativo equilíbrio entre negros e brancos para a idade de 15 a 17 anos, que representa a idade adequada

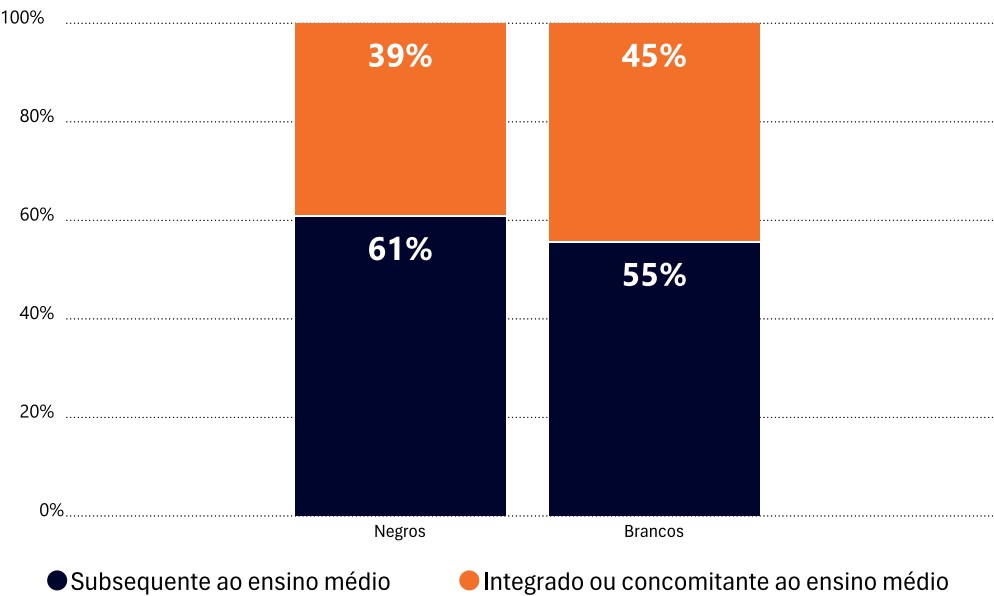




para esta etapa do. A média nacional apresenta uma taxa de aproximadamente 40% de matrículas dos jovens negros, tanto no ensino médio normal, integrado ou não ao ensino técnico, em comparação com aproximadamente 38% dos jovens brancos. A presença dos grupos raciais nos estados pode ser condicionada principalmente pela distribuição racial já existente neles. A quantidade de não declarados apontada nos dados do Censo Escolar indica a necessidade de políticas públicas para aumentar a declaração racial nas instituições de ensino, ainda que esses dados não sejam muito distantes do que aparece na Pnad Contínua (Fundação Itaú, 2024). A taxa de não declarados é de 21% em nível nacional, e outros estados como Goiás e Mato Grosso apresentam taxas amplamente superiores, 54% e 69% respectivamente.

Gráfico 12- Distribuição por raça e modalidade nos cursos técnicos, 2023.

Fonte: Pnad Contínua, 2º Trimestre, 2023.



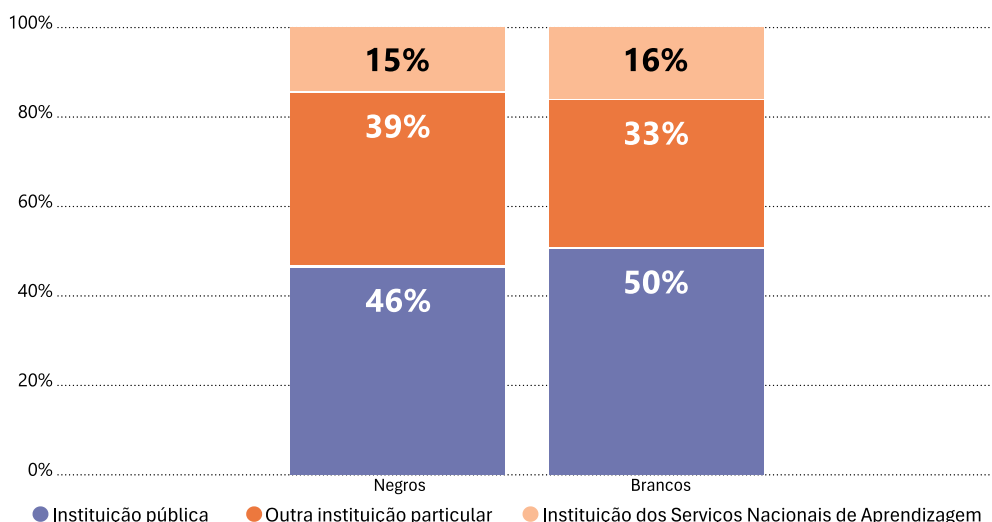
A disparidade de raça se mostra presente na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com menor presença de negros, sendo maiores que os desequilíbrios por gênero (Fundação Itaú, 2024). Os negros de 14 anos ou mais que frequentam curso técnico estão mais presentes na modalidade subsequente ao ensino médio do que na concomitantemente. Essa relação se inverte com os brancos, pois estes estão mais presentes no curso integrado ao ensino médio do que no subsequente.

A menor presença dos negros em ensino integrado pode revelar uma maior dificuldade de acesso e conciliação do ensino técnico durante o ensino médio, seja por necessidade de trabalho ou pelo cuidado de familiares (Abramo, Venturi e Corrochano, 2021). Entre os jovens que precisam conciliar múltiplas atividades durante o ensino médio, o ensino técnico subsequente pode representar uma alternativa mais viável do que o ensino superior.



**Gráfico 13- Distribuição por raça e instituição em cursos técnicos, 2023.**

Fonte: Pnad Contínua, 2º Trimestre, 2023.



De forma mais aprofundada, a distribuição racial nas instituições públicas ou privadas de cursos técnicos aponta para mais desigualdades. Tanto negros quanto brancos estão mais presentes nos cursos técnicos de instituições públicas, com 46% dos estudantes negros matriculados e 50% dos brancos. Já nas instituições particulares, 39% dos jovens negros frequentam os cursos, enquanto entre os brancos esse número é de 33%.

Nas instituições dos serviços nacionais de aprendizagem (Sistema S), responsáveis por oferecer formação técnico-profissional em diversas áreas, estão matriculados 15% do total dos estudantes negros e 16% dos estudantes brancos. Esse segmento representa a menor participação entre os diferentes tipos de instituições analisadas. Os dados revelam que comparativamente com os brancos, negros estão mais presentes nas instituições privadas, que possuem menos barreiras no acesso, considerando que muitas vezes não exigem provas de admissão, ao contrário das instituições públicas.

3.3.

Ingressantes e matriculados no ensino superior

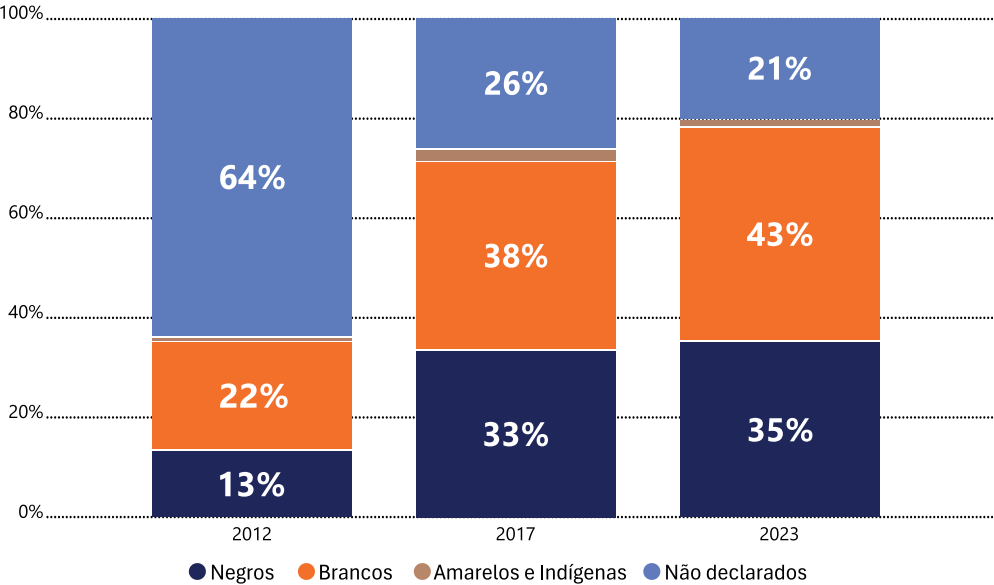
O ingresso no ensino superior representa para os jovens um importante fator para a entrada no mercado de trabalho. As faculdades e universidades brasileiras passaram por diferentes transformações nas últimas décadas. A criação em 1998 do Enem, do Programa de Financiamento Estudantil (Fies) em 1999, do Programa Universidade para Todos (ProUni) em 2004 e da política de ações afirmativas no setor público com a Lei de Cotas (Lei 12.711/12) em 2012, imprimiram significativas mudanças no ensino superior público e privado. Entre os ingressantes neste nível do ensino, é possível verificar mudanças importantes na distribuição entre os diferentes grupos raciais no período de 2012, 2017 e 2023.





Gráfico 14(a) – Ingressantes por raça - ensino superior (público e privado).

Fonte: Censo da Educação Superior, 2012 a 2023.

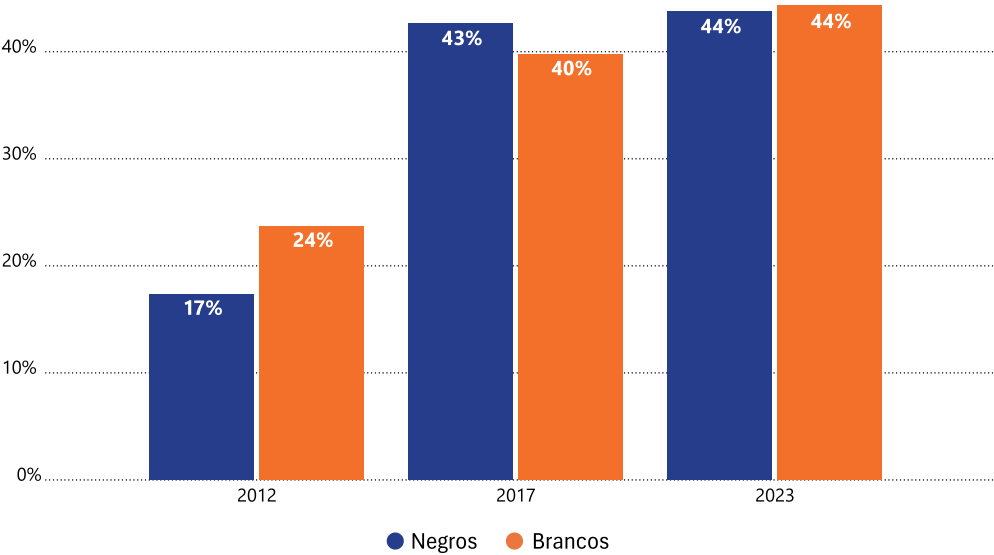


O percentual de autodeclarados negros subiu de 13% em 2012 para 35% em 2023, enquanto a proporção de autodeclarados brancos também aumentou de 22% para 43% no mesmo período. Já o grupo de não declarados apresentou uma redução significativa, passando de 64% em 2012 para 21% em 2023. Esses números podem evidenciar uma maior identificação racial ao longo do período.

Apesar do avanço da expansão das matrículas dos negros no ensino superior, as barreiras de ingresso ainda persistem. Em linha com os fatores abordados anteriormente, estão a desigualdade de renda, a dificuldade em arcar com mensalidades do ensino superior, a exposição ao preconceito racial e a falta de recursos para mobilidade urbana até a universidade. Ademais, o background familiar, como a escolaridade e condição socioeconômica dos pais são fatores de grande relevância para o ingresso no ensino superior (Costa e Picanço, 2020).

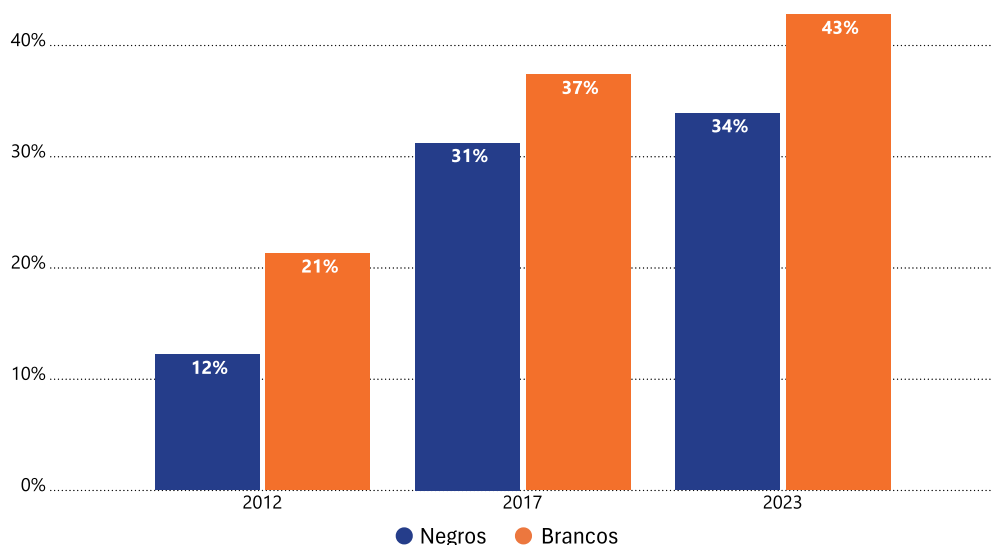
Gráfico 14(b) – Ingressantes por raça - ensino superior (público).

Fonte: Censo da Educação Superior, 2012 a 2023.



**Gráfico 14(c) – Ingressantes por raça - ensino superior (privado).**

Fonte: Censo da Educação Superior, 2012 a 2023.



No período analisado, o ingresso no ensino superior público e privado não ocorreram da mesma forma. Nas universidades e faculdades públicas houve um aumento significativo de pessoas autodeclaradas negras entre 2012 e 2023. Em 2012, apenas 17% dos ingressantes eram autodeclarados negros, subindo para 44% em 2023. A proporção de autodeclarados brancos, que era de 24% em 2012, também alcançou 44% em 2023, indicando a convergência nas taxas de ingresso entre autodeclarados negros e autodeclarados brancos ao longo dos anos.

A implementação das cotas raciais nas universidades públicas explica o aumento dos autodeclarados negros no ensino superior público (Guimarães e Zelaya, 2021). Pode-se afirmar que as cotas foram bem-sucedidas e marcaram uma mudança nas estruturas das universidades em menos de duas décadas (Campos e Lima, 2025). Além disso, o mito acerca da piora da qualidade do ensino por conta das cotas foi derrubado, visto que os cotistas possuem desempenho superior ou igual aos não cotistas (Galhardo et al, 2020; Pinheiro et al, 2021).

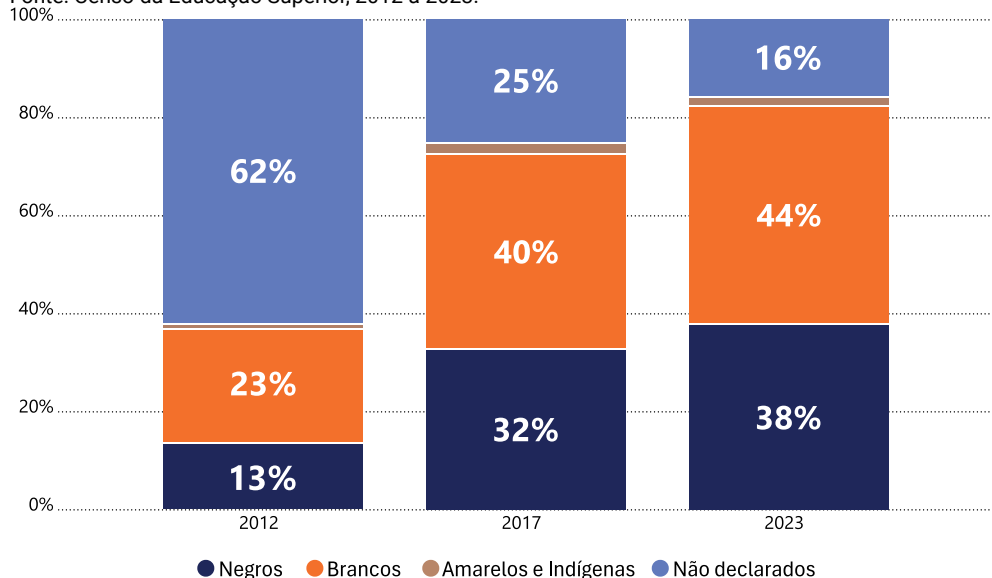
Já o aumento da porcentagem de ingressantes autodeclarados negros no ensino superior privado não acompanhou a taxa dos ingressantes autodeclarados brancos, passando de 12% em 2012 para 34% em 2023, enquanto a porcentagem de ingressantes autodeclarados brancos cresceu de 21%, em 2012, para 43% em 2023. Isso representa a manutenção de desequilíbrio racial ao longo dos anos, pois em 2017 a diferença entre esses dois grupos foi menor do que em 2023. A expansão do ensino superior privado foi motivada sobretudo pelos programas ProUni e Fies a partir dos incentivos governamentais realizados (Chaves e Amaral, 2016) mas ainda não foi suficiente para garantir uma equidade racial nessas instituições.

Os desafios para o ingresso no ensino superior público e privado são distintos para a população negra. No caso das universidades públicas, o vestibular e a necessidade de realizar cursos preparatórios representam barreiras relevantes. Já no ensino privado, a exigência de pagamento de mensalidades, a necessidade de conquistar bolsas de estudo ou mesmo a insegurança de assumir um financiamento estudantil se tornam obstáculos para muitos estudantes. Ao olhar para os matriculados no ensino superior, existe a mesma tendência observada entre os ingressantes.



**Gráfico 15(a) – Matriculados por raça - ensino superior (público e privado).**

Fonte: Censo da Educação Superior, 2012 a 2023.



Entre os matriculados no ensino superior, temos que a proporção de autodeclarados negros cresceu de 13%, em 2012, para 38% em 2023. No mesmo período, a proporção de autodeclarados brancos aumentou de 23% para 44%. O grupo de não declarados apresentou uma queda acentuada, passando de 62%, em 2012, para 16% em 2023, revelando maior identificação racial. Os dados refletem o aumento da diversidade racial ao longo dos anos, de acordo com a autodeclaração, porém ainda demonstra uma desigualdade racial existente entre negros e brancos.

Além disso, os jovens negros enfrentam barreiras significativas para permanecer no ensino superior, como a necessidade de conciliar trabalho e estudos. Nesse contexto, políticas de auxílio estudantil, como bolsas de permanência, alimentação e moradia desempenham um papel fundamental no combate às desigualdades (Lacerda et al., 2021). A existência dessas políticas muitas vezes determina se um estudante conseguirá concluir o ensino superior, pois elas têm o potencial de mitigar os desafios financeiros e as dificuldades de mobilidade que afetam sua trajetória acadêmica.

Gráfico 15(b) – Matriculados por raça - ensino superior (público).

Fonte: Censo da Educação Superior, 2012 a 2023.

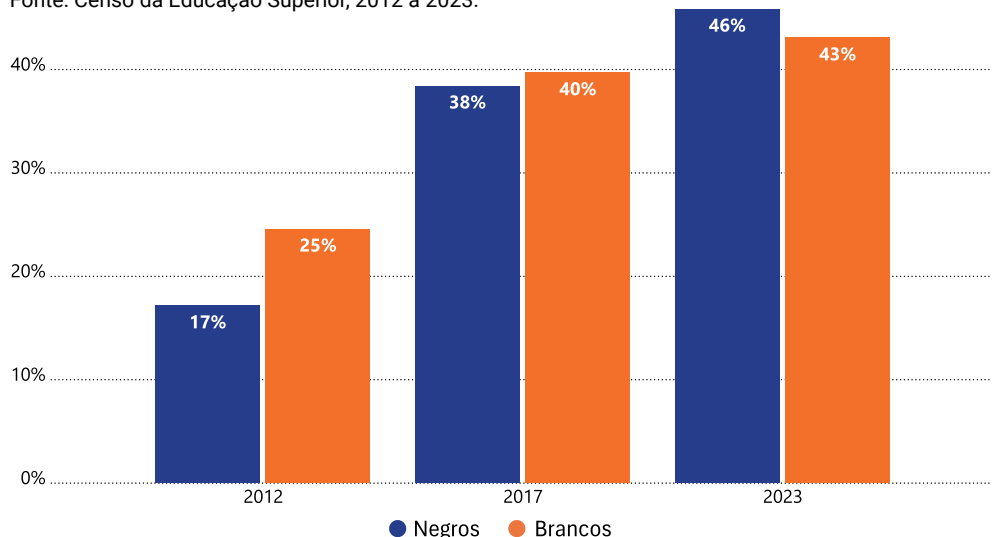
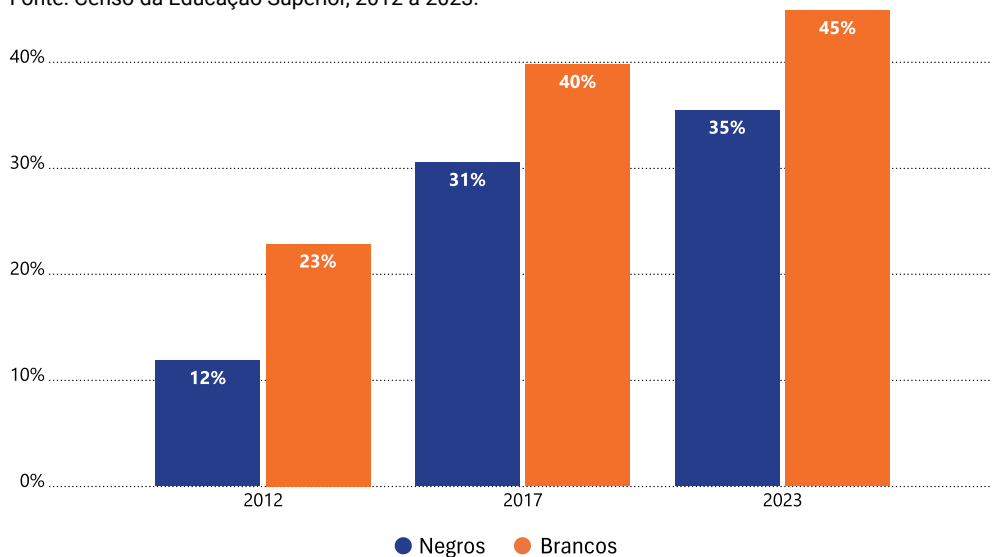




Gráfico 15(c) – Matriculados por raça - ensino superior (privado).

Fonte: Censo da Educação Superior, 2012 a 2023.



Entre 2012 e 2023, observamos mudanças notáveis na composição racial dos matriculados nas universidades e faculdades públicas. A porcentagem de autodeclarados negros matriculados no ensino superior público cresceu de 17%, em 2012, para 46% em 2023, indicando um expressivo avanço na inclusão racial. Paralelamente, a proporção de estudantes autodeclarados brancos também apresentou crescimento, de 25%, em 2012, para 43% em 2023, revelando a aproximação nas taxas de matrícula desses dois grupos nos últimos anos.

No ensino privado a característica se mostra diferente, pois a porcentagem de alunos autodeclarados negros subiu de 12%, em 2012, para 35% em 2023. Já a taxa de autodeclarados brancos aumentou de 23% para 45% no mesmo período. Se houve um aumento dos autodeclarados negros entre os matriculados, também se manteve a diferença racial em relação aos autodeclarados brancos.

3.4.

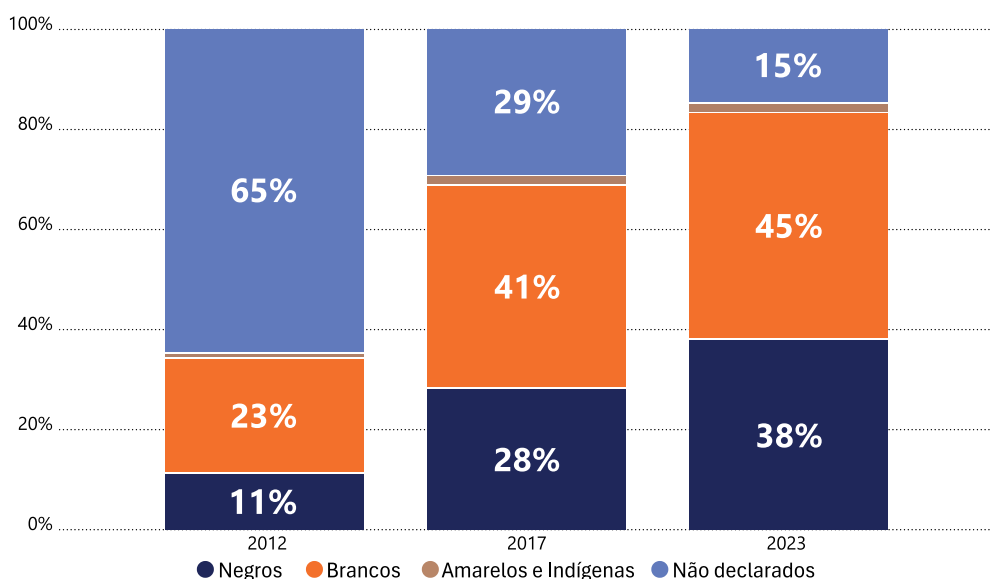
Concluintes e pós-graduandos

Ao analisarmos os concluintes do ensino superior, observa-se que a participação de autodeclarados negros subiu de 11%, em 2012, para 38% em 2023, enquanto a de autodeclarados brancos cresceu de 23% para 45% no mesmo intervalo. Paralelamente, a proporção de indivíduos que não declararam raça diminuiu drasticamente, de 65%, em 2012, para 15% em 2023, evidenciando uma maior adesão à autodeclaração racial. Embora os dados revelem um aumento significativo na diversidade racial ao longo dos anos, também mostram a persistência de desigualdades entre autodeclarados negros e autodeclarados brancos.



**Gráfico 16(a) – Concluintes por raça - ensino superior (público e privado).**

Fonte: Censo da Educação Superior, 2012 a 2023.



A conclusão do ensino superior é o objetivo final esperado dos estudantes, porém a evasão e o trancamento da matrícula são elementos que afetam essas taxas. Costa e Picanço (2020) analisam o desenvolvimento dos ingressantes negros e brancos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e concluem que negros possuem menor tendência a concluírem os cursos. Além disso, em proporções distintas, fatores como ser homem, ter filhos e trabalhar durante o curso estão entre as razões para menores taxas de conclusão no ensino superior entre os negros.

Gráfico 16(b) – Concluintes por raça - ensino superior (público).

Fonte: Censo da Educação Superior, 2012 a 2023.

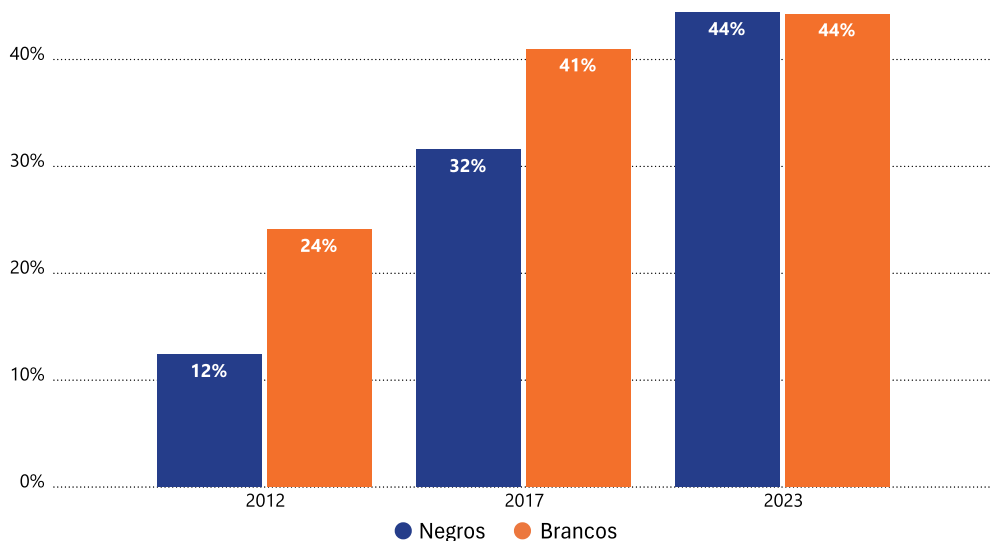
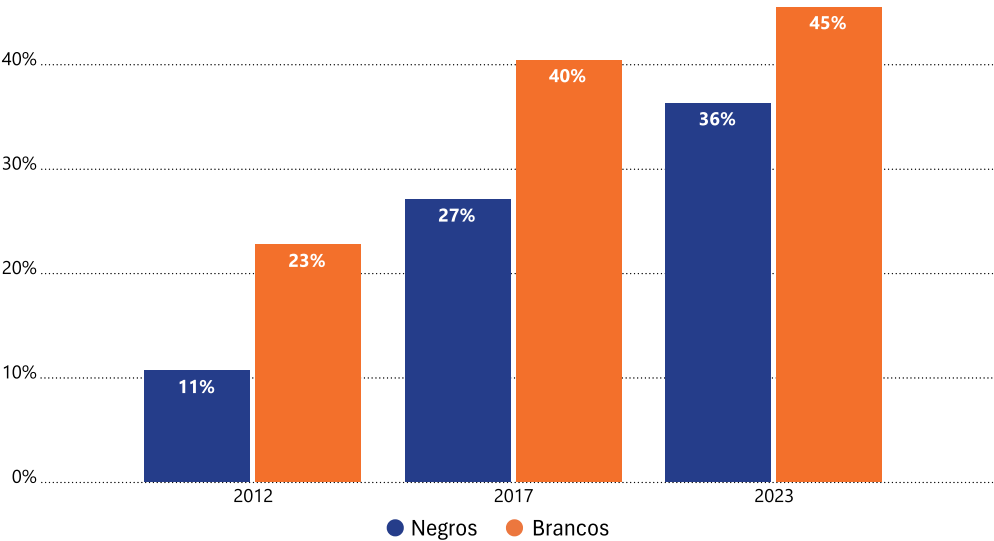




Gráfico 16(c) – Concluintes por raça - ensino superior (privado).

Fonte: Censo da Educação Superior, 2012 a 2023.

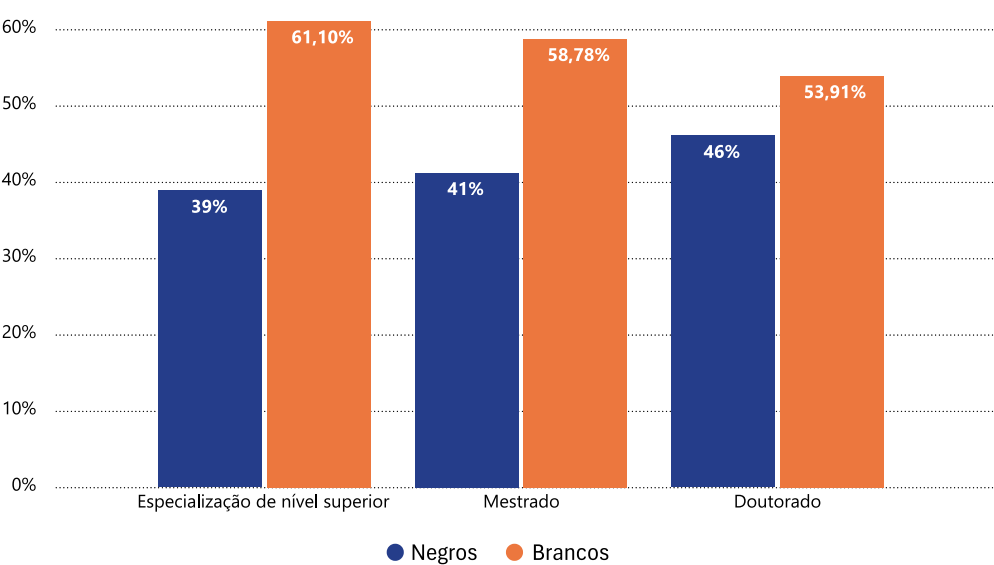


A composição racial dos concluintes no ensino superior público reflete a mesma tendência observada entre os ingressantes e os matriculados, com um aumento significativo na participação de autodeclarados negros, aproximando-se dos autodeclarados brancos. A proporção de autodeclarados negros concluintes passou de 12%, em 2012, para 44% em 2023, evidenciando um progresso relevante na inclusão racial. De forma semelhante, a taxa de concluintes autodeclarados brancos também cresceu, indo de 24%, em 2012, para 44% em 2023.

No ensino superior privado, o padrão apresenta diferenças. A participação de autodeclarados negros concluintes aumentou de 11%, em 2012, para 36% em 2023, enquanto a de autodeclarados brancos subiu de 23% para 45% no mesmo período. Apesar do avanço da presença de autodeclarados negros entre os concluintes, a desigualdade em relação aos autodeclarados brancos ainda persiste no ensino privado.

Gráfico 17– Pessoas que frequentam pós-graduação por raça - 25 a 29 anos – 2024.

Fonte: Pnad Contínua, 2º Trimestre, 2024.





2. Contextualização

Em relação às pessoas que frequentam a pós-graduação, os dados apresentados são divididos em três níveis: especialização de nível superior, mestrado e doutorado. Na especialização de nível superior, 39% dos estudantes são negros, enquanto 60% são brancos. Já no mestrado, a proporção de negros sobe para 41%, enquanto os brancos representam 58%. Por fim, no doutorado, a participação de negros chega a 46%, enquanto os brancos somam 54%. Os dados revelam a diferença racial existente nos diferentes níveis da pós-graduação, destacando a disparidade entre negros e brancos em todas as três modalidades analisadas.

Nesta seção, foram apresentadas estatísticas relevantes sobre mercado de trabalho e educação, considerando também aspectos regionais. A seguir, será detalhada a metodologia do IEER_{JN} permitindo uma análise mais aprofundada sobre a inserção dos jovens negros no mercado de trabalho de acordo com seus diferentes níveis de escolaridade.



4. Metodologia do IEER_{JN}





4.

Metodologia do IEER_{JN}

O Índice ESG de Equidade Racial da Juventude Negra (IEER_{JN}) é baseado no Índice ESG de Equidade Racial (IEER) elaborado pelo Pacto de Promoção da Equidade Racial (2022a) a partir do estudo de Ransom e Sutch (2001). O índice criado tem como objetivo mensurar o cenário racial da juventude brasileira no mercado de trabalho. A métrica busca avaliar qual a distribuição dos negros (pretos e pardos) nas diversas profissões, por nível de escolaridade dos trabalhadores para diferentes amostras.

O indicador pode ser empregado na análise da segregação ocupacional no mercado de trabalho brasileiro, entendida como a distribuição desigual de determinados grupos entre as diversas ocupações (Salardi, 2016; Silveira e Siqueira, 2021). Essa concentração sistemática, frequentemente associada a marcadores como raça e gênero, revela padrões de exclusão e hierarquização profissional (Silveira e Siqueira, 2021). Nesse contexto, o IEER_{JN} busca identificar os níveis de segregação ocupacional segundo diferentes graus de escolaridade.

O recorte considerado como juventude é de pessoas entre 15 e 29 anos, seguindo a definição do Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13). O objetivo é comparar a proporção de negros nas profissões por nível de escolaridade, a partir da presença de jovens negros nas localidades onde atuam, segundo os dados do Censo 2022.

O IEER_{JN} serve de instrumento para o público geral, o setor público e as empresas identificarem qual o nível de desequilíbrio racial nos setores, regiões e profissões no Brasil. Dessa forma, os resultados indicam onde investir esforços para diminuir as desigualdades de profissionais jovens negros.

Para a elaboração, o IEER_{JN} é calculado primeiramente a partir do $Index_{rs}$ para os níveis de escolaridades, com o objetivo de medir o grau de desigualdade racial em escolaridades específicas. Após o cálculo, o $Index_{rs}$ ³ é agregado ao nível do recorte estabelecido (estado, região, empresa ou setor) como ponderador, usando o vetor de massa salarial de sua respectiva escolaridade. O ponderador é definido com base na distribuição dos trabalhadores na amostra, garantindo



que o número ideal de negros seja determinado a partir do estado onde sua presença é mais significativa.

Para a formulação do cálculo, assume a probabilidade de x trabalhadores negros estarem ocupados em uma escolaridade i , com n trabalhadores seguindo uma distribuição binomial.

$$P_i(X = x_i) = \binom{n_i}{x_i} p^{x_i} (1 - p)^{n_i - x_i}$$

Os cálculos levam em consideração as propriedades da distribuição binominal, sendo possível definir o nível de desequilíbrio racial de uma determinada escolaridade pela diferença da quantidade de trabalhadores negros observados na escolaridade x_i e seu valor esperado $n_i p$. Posteriormente, é medida a distância no número de desvios padrões, em que temos:

$$v_i = \frac{x_i - n_i p}{\sqrt{n_i p (1 - p)}}$$

Os resultados do $Index_{rs}$ apresentam que o resultado de -1 significa baixa proporção de negros em relativa escolaridade i , enquanto o resultado de 1 apresenta que os negros estão sobrerrepresentados na escolaridade i e zero representa a equidade racial.

Dessa forma, o IEER_{JN} utiliza a agregação do índice de escolaridade no âmbito do estado, região, empresa ou setor, utilizando a massa salarial (w) como vetor de ponderação:

$$IEER_{JN}(p_i) = \sum_{i=1}^i \left[\left(\frac{b_{k,i} - p_i}{p_i} \right) \left(\frac{p_i}{1 - p_i} \right)^{b_{k,i}} \right] \cdot \frac{W_{k,i}}{W_k}$$

k	recorte estabelecido (estado, região, empresa ou setor).
i	escolaridade no k .
$b_{k,i}$	proporção de negros na escolaridade i no k .
p_i	proporção de negros na região do k (segundo a proporção de negros de 15 a 29 anos).
$W_{k,i}$	massa salarial da escolaridade i no k .

Em relação à fórmula, o valor de p_i varia conforme a proporção de trabalhadores negros na população economicamente ativa (PEA), entre 15 e 29 anos, com base nos dados do Censo 2022. Essa proporção é ajustada segundo a ocupação e a escolaridade, considerando o peso adequado dos estados brasileiros presentes na amostra. Os resultados do índice foram calculados a partir dos dados da Rais entre 2012 e 2023, considerando cinco grupos de escolaridade: pós-graduação, graduação, ensino médio, fundamental e fundamental incompleto. As categorias foram definidas



a partir dos principais níveis de escolarização completa, com exceção para os trabalhadores com ensino fundamental incompleto. Abaixo, a Tabela 1, que considera os níveis de escolaridade dos profissionais:

Tabela 1 – Níveis de escolaridade do IEER_{JN}^a

Fonte: Elaboração própria.

Escolaridade	Níveis
Pós-graduação	Doutorado ou mestrado completo
Ensino superior	Graduação completa
Ensino médio	Graduação incompleta ou ensino médio completo
Ensino fundamental	Ensino médio incompleto ou ensino fundamental completo
Fundamental incompleto	Ensino fundamental incompleto

O índice calcula a distribuição racial das 627 famílias de profissões da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) de acordo com os níveis de escolaridade selecionados. Em seguida, é atribuído um peso proporcional à massa salarial de cada profissão dentro do respectivo nível de escolaridade. O objetivo desta etapa é garantir que ocupações com salários mais elevados tenham um impacto maior no índice da sua amostra do grupo, promovendo uma análise mais equitativa e representativa.

Por último, é definido um indicador geral chamado de IEER_{JN} Ponderado, o qual é uma média aritmética dos cinco indicadores descritos anteriormente. Assim, temos seis índices: IEER_{JN} Pós-graduação, IEER_{JN} Graduação, IEER_{JN} Ensino médio, IEER_{JN} Ensino fundamental, IEER_{JN} Sem ensino fundamental e IEER_{JN} Ponderado.

Este estudo adota a classificação desenvolvida pelo Pacto de Promoção da Equidade Racial (2022a) para interpretar os resultados do IEER_{JN}. A seguir, essa metodologia é aplicada para analisar os resultados do IEER_{JN}, proporcionando uma compreensão mais detalhada das tendências observadas.

Tabela 2 - Interpretação dos intervalos do IEER_{JN}^a

Fonte: Elaboração própria.

Grupo	Intervalo
Brancos excluídos	$IEER_{JN} \geq 0,8$
Dominância negra	$0,2 \leq IEER_{JN} \leq 0,8$
Equidade racial	$-0,2 \leq IEER_{JN} \leq 0,2$
Dominância branca	$-0,8 \leq IEER_{JN} \leq -0,2$
Negros excluídos	$IEER_{JN} \leq -0,8$

^aEste nome do índice tem como referência os autores Roger L. Ransom e Richard Sutch (2021).





5.

Resultados do IEER_{JN}

Os resultados do IEER_{JN} apresentam uma perspectiva abrangente e aprofundada sobre a evolução das tendências dos jovens negros no mercado de trabalho. Primeiramente, na visão geral, os cálculos avaliam a condição dos jovens negros no mercado de trabalho formal nos cinco recortes definidos, permitindo compreender os padrões de inclusão e desigualdade que persistem ao longo do tempo. Na sequência, a interseção entre raça e gênero é explorada por meio da análise da participação e da trajetória das mulheres negras jovens no mercado de trabalho formal. A análise das disparidades regionais permite observar as diferenças socioeconômicas regionais para a inserção dos jovens negros no mercado de trabalho.

Outro aspecto central da investigação é a representatividade racial nas profissões de nível superior. Nesta seção são exploradas as principais características da participação dos jovens negros em ocupações que exigem maior qualificação acadêmica e estão associadas a maiores salários e melhores condições de emprego. Por fim, a análise da inserção profissional em áreas STEM aborda como os jovens negros estão inseridos nesse campo estratégico para a inovação e o desenvolvimento tecnológico do país.

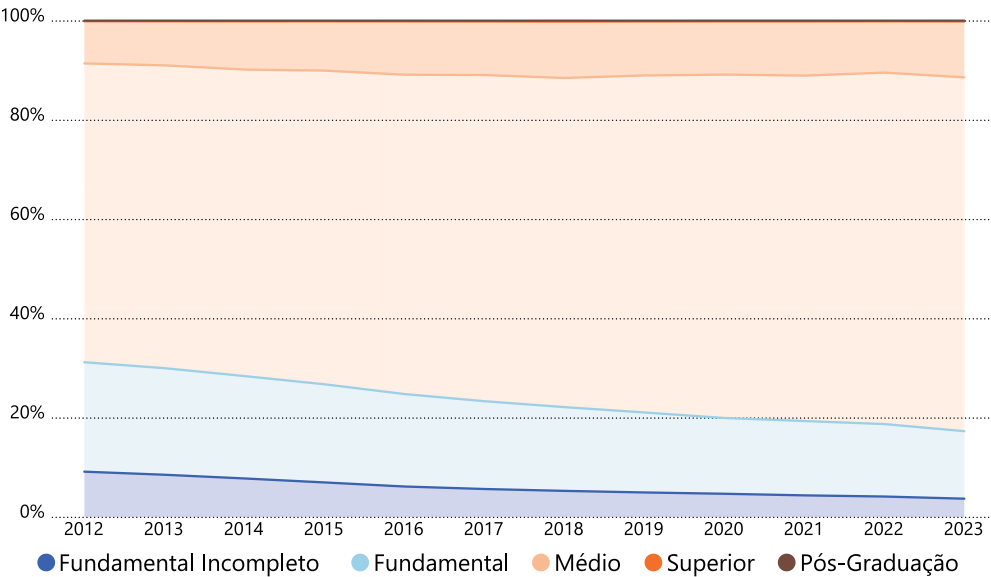


5.1
Visão geral: principais tendências e achados do IEER_{JN}

Esta seção tem como objetivo analisar os resultados agregados do IEER_{JN} com base nos cinco níveis de escolaridade estabelecidos. Entre os trabalhadores jovens da Rais, a maioria possui ensino médio, seguido pelo ensino fundamental. O ensino médio tem ampliado sua presença ao longo dos anos, impulsionado pelas políticas educacionais que visam à universalização da oferta de vagas nesta etapa (Senkevics e Carvalho, 2020). Já o ensino superior e a pós-graduação permanecem proporcionalmente estáveis, apesar do crescimento do ensino superior no país, conforme abordado nas seções anteriores.

Gráfico 18– Composição dos trabalhadores jovens por escolaridade no setor formal, entre os anos de 2012-2023.

Fonte: Relação Anual de informações Sociais (Rais), 2023.



A Tabela 3 apresenta os resultados de cada nível definido pela metodologia para o ano de 2023. Os dados indicam que a presença de jovens negros diminui à medida que o grau de escolaridade aumenta, o que reforça as discussões anteriores sobre a menor representatividade desse grupo nos níveis mais elevados de escolaridade.

Tabela 3 - IEER_{JN} em 2023.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais), 2023.

IEER _{JN}	2023
Fundamental incompleto	0,13
Fundamental	0,01
Médio	-0,08
Superior	-0,28
Pós-graduação	-0,37
Ponderado	-0,12

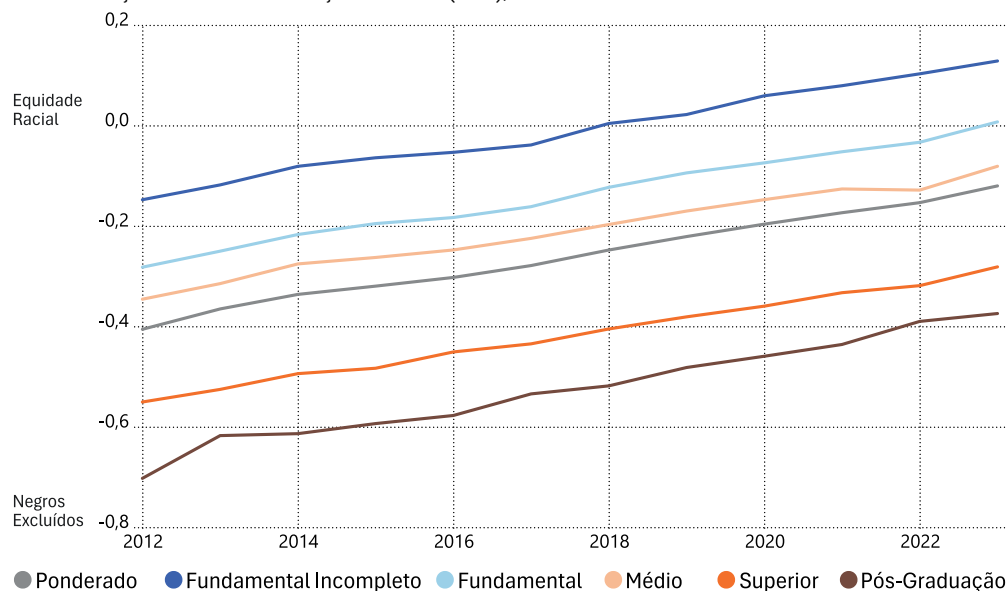
O gráfico 19 ilustra o histórico dos resultados para cada nível estabelecido. No eixo vertical, observa-se a escala de equidade, na qual “Negros excluídos” está na base e



“Equidade racial” no topo. Ao longo do período analisado, há uma tendência de convergência para a equidade racial nos cinco níveis e no ponderado, acompanhada por uma redução progressiva da exclusão de negros em todos os níveis de escolaridade no mercado de trabalho. Apesar disso, a desigualdade racial persiste, tornando-se mais evidente conforme aumentam os níveis de escolaridade.

Gráfico 19– Resultados do IEER_{JN} por escolaridade.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais), 2012 a 2023.



O gráfico 19 revela que os jovens trabalhadores negros com ensino fundamental incompleto ou completo estão mais próximos da equidade racial ao longo dos anos. Especialmente a partir de 2018, o fundamental incompleto atinge o ponto zero e se torna positivo, indicando ser o nível de escolaridade com a maior presença de negros. Isso mostra que, entre os trabalhadores jovens de menor escolaridade, os negros são a maioria, o que pode ser lido como um dado negativo, pois as ocupações associadas a essa escolaridade são as de menor remuneração e piores condições.

Em contraste, o índice dos trabalhadores de ensino superior completo e pós-graduação estão sempre posicionados abaixo das demais escolaridades, evidenciando a maior exclusão de negros nesses níveis de ensino. Contudo, é necessário analisar de forma mais detalhada em quais profissões os jovens negros estão mais empregados, pois existem grandes diferenças salariais entre as ocupações. Por fim, o resultado ponderado, representa uma média dos cinco índices dos níveis de escolaridade, que em geral apresenta uma melhoria na inclusão educacional dos jovens negros ao longo dos anos.

Os resultados do cálculo do IEER_{JN} estão alinhados com os dados apresentados e discutidos anteriormente na pesquisa, como, por exemplo, os indicadores de informalidade, desemprego e nível de ocupação em relação à juventude negra IEER_{JN}. Tais tendências também são ressaltadas nos estudos de Pacto de Promoção da Equidade Racial (2022a), Salardi (2016) e Silveira e Siqueira (2021) que evidenciam a persistência da segregação ocupacional sob a perspectiva racial, com pessoas negras predominantemente alocadas em cargos de baixa hierarquia e remuneração, geralmente associados a menores níveis de escolaridade.





4. Metodologia do IEER_{JN}

Dessa forma, discutir a persistência da segregação ocupacional sob a perspectiva racial é fundamental, pois evidencia como múltiplos fatores convergem no mercado de trabalho, perpetuando dinâmicas da desigualdade racial. A menor presença de jovens negros no ensino superior, refletida nos indicadores educacionais, repercute diretamente na sua inserção profissional, contribuindo para sua sub-representação em ocupações de maior prestígio e remuneração.

Nesse sentido, a educação é um fator importante no combate à segregação ocupacional, sobretudo da perspectiva racial brasileira. No entanto, é preciso destacar que somente o acesso à maior escolaridade não representa, necessariamente, uma alteração no status social dos jovens negros. A educação tem papel fundamental para a mobilidade social, mas isoladamente não a garante, já que a relação entre ambos não é direta (Haveman e Smeeding, 2006). A mobilidade intergeracional no país ainda é baixa e depende de diversos fatores estruturais, como o nível de escolaridade dos pais, as condições de moradia, a mobilidade urbana e as oportunidades educacionais (Azevedo e Bouillon, 2009). Logo, avançar nesses fatores é essencial para garantir uma mobilidade social mais justa e equitativa.

O gráfico 19, apresentado anteriormente, fornece uma visão clara das mudanças na equidade educacional para negros e evidencia uma evolução positiva nesse aspecto na última década, mas que necessita de análises mais detalhadas em nível regional e por profissões, sobretudo no ensino superior.

Quadro 1 – O IEER_{JN} no contexto do mercado de trabalho formal e informal

Este quadro tem como objetivo apresentar a análise dos resultados agregados do IEER_{JN}⁴ com base nos dados da Pnad Contínua referente ao período de 2012 e 2023. A presente análise é relevante, uma vez que a Rais contempla exclusivamente os dados do mercado de trabalho formal brasileiro. No entanto, é importante considerar que o mercado informal representa uma parcela significativa da ocupação no país, sendo 48% entre os jovens negros em 2024 (IBGE, 2024). Por outro lado, a Pnad Contínua, embora abranja tanto o setor formal quanto o informal, apresenta limitações decorrentes de seu caráter amostral, o que impede a desagregação dos dados por ocupações específicas com o mesmo grau de precisão estatística oferecido pela Rais.

A metodologia descrita na seção quatro, baseada nos dados da Rais, foi mantida, com algumas adaptações. Para garantir maior robustez estatística nas estimativas provenientes da Pnad Contínua, foram considerados os grandes grupos de ocupações. Quanto à escolaridade, foram preservados os níveis apresentados na Tabela 1, com exceção do nível de pós-graduação, que foi excluído da análise.

O gráfico 20 apresenta a evolução histórica dos resultados para cada nível de escolaridade, considerando a soma do mercado formal e informal de trabalho. Os dados indicam uma maior presença de jovens negros em todos os níveis de escolaridade quando são incorporados os trabalhadores informais. No grupo com ensino fundamental incompleto e completo, os negros representam a maioria. Entre os trabalhadores com ensino médio, os indicadores mostram uma tendência de maior equilíbrio racial. Já no segmento de jovens com ensino superior, observa-se predominância branca

⁴Diretores e gerentes, profissionais das ciências e intelectuais, técnicos e profissionais de nível médio, trabalhadores de apoio administrativo, trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados, trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca, trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios, operadores de instalações e máquinas e montadores, ocupações elementares e membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares.

6. Conclusão

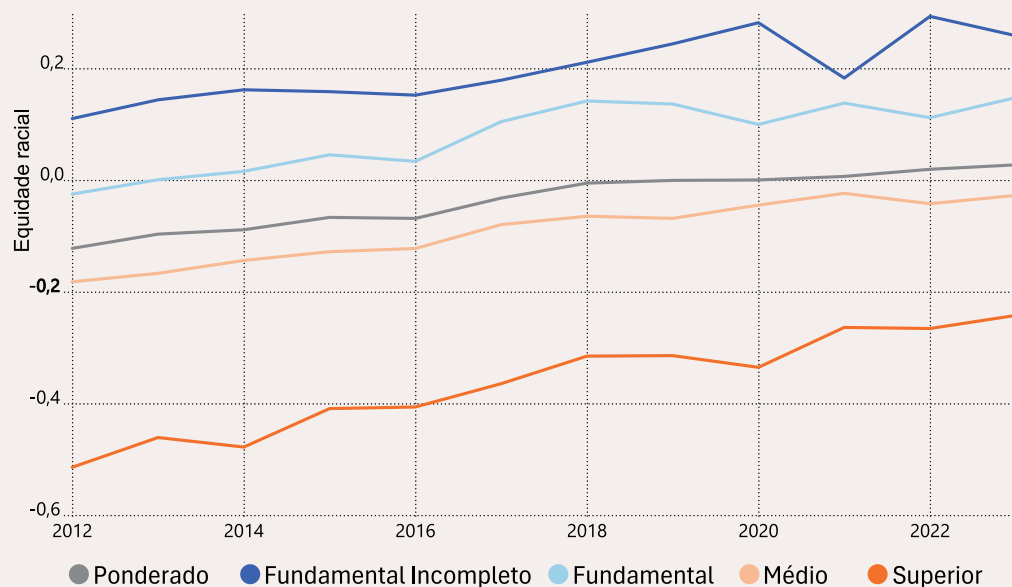




ao longo de todo o período analisado, embora com sinais de progressiva melhora na representatividade negra.

Gráfico 20– Resultados do IEER_{JN} com base nos dados do mercado formal e informal, por escolaridade.

Fonte: Pnad Contínua, 2º Trimestre, 2012 a 2023.



Os resultados refletem o elevado nível de informalidade entre as juventudes negras, evidenciado pela predominância desse grupo em todos os níveis de escolaridade. Há uma forte concentração de jovens negros entre os trabalhadores com menor escolaridade, que também ocupam os postos de trabalho com os menores salários. Por outro lado, aqueles com ensino superior, geralmente associado às ocupações de maior remuneração, enfrentam barreiras significativas para acessar o mercado de trabalho. Mesmo no setor informal, em que a presença de jovens negros é mais expressiva, a inserção profissional continua restrita, evidenciando obstáculos persistentes à equidade racial no acesso a empregos de qualidade.

5.2.

Integração e evolução das mulheres jovens negras no mercado de trabalho

As mulheres negras ocupam uma posição especialmente vulnerável no mercado de trabalho brasileiro. Entre 2010 e 2022, o estudo realizado pelo Pacto de Promoção da Equidade Racial (2022b) revelou desigualdades salariais, baixa representatividade e obstáculos educacionais que evidenciam essa desvantagem histórica. O estudo identificou que as mulheres negras apresentam a menor taxa de inserção no mercado de trabalho formal. Tais desigualdades estão profundamente enraizadas em barreiras estruturais que comprometem o acesso à educação e restringem as possibilidades de inserção e mobilidade profissional, sobretudo entre as jovens mulheres negras.

Nesse sentido, é fundamental aprofundar a análise sobre a intersecção entre raça e gênero no recorte de juventudes, a fim de compreender como esses marcadores sociais moldam as trajetórias profissionais das mulheres negras jovens e perpetuam



desigualdades no mercado de trabalho brasileiro. Historicamente, as mulheres negras ocupam empregos precarizados, marcados por piores condições de trabalho e com remuneração significativamente menor (Santos, 2025).

Com base nos dados da Rais de 2023, é possível identificar algumas características marcantes do mercado de trabalho formal entre as juventudes. O gráfico 21 revela que os homens negros jovens constituem o grupo majoritário entre os trabalhadores, seguidos por homens brancos jovens, mulheres negras jovens e, por fim, mulheres brancas jovens. Apesar da predominância numérica de homens e mulheres negros jovens, o gráfico 22 mostra que ambos apresentam as menores médias salariais. Este cenário é ainda mais crítico para as mulheres negras jovens, que ocupam a base da hierarquia dos salários entre os grupos analisados.

Gráfico 21- Quantidade de mulheres jovens e homens jovens por raça em 2023.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais), 2023.

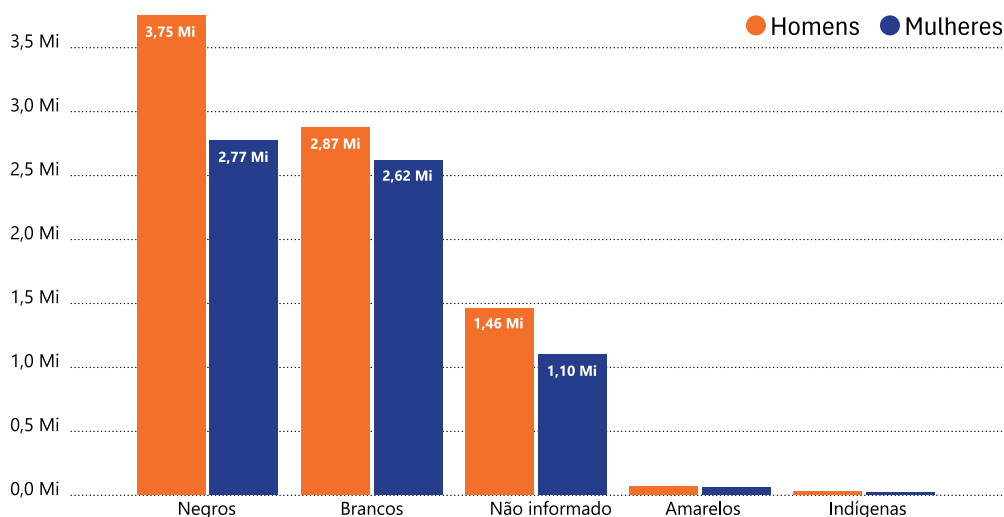
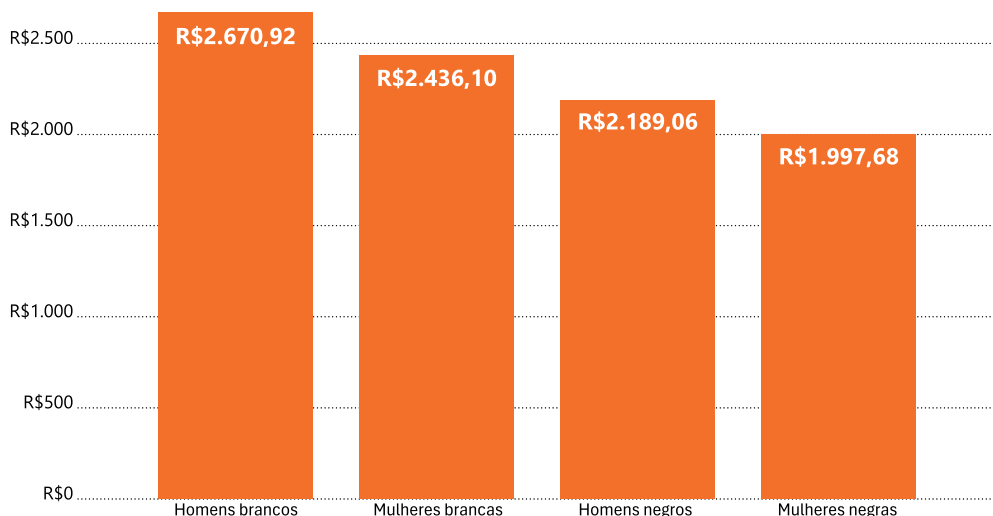


Gráfico 22- Média salarial dos jovens por raça e gênero em 2023.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais), 2023.



Para analisar este cenário, foi utilizado o IEER_{JN} a partir dos dados da Rais. A aplicação do índice teve ajustes na metodologia originalmente apresentada na Seção 4, a fim de adequar as especificidades dessa análise. O indicador compara a presença de mulheres negras jovens no mercado de trabalho em relação a três grupos de referência: homens jovens brancos, mulheres jovens brancas e homens jovens





negros. Essa escolha metodológica se fundamenta no reconhecimento de que mulheres negras, historicamente, enfrentam maiores barreiras para acessar posições mais valorizadas no mercado de trabalho, sendo sistematicamente preteridas em relação aos demais grupos.

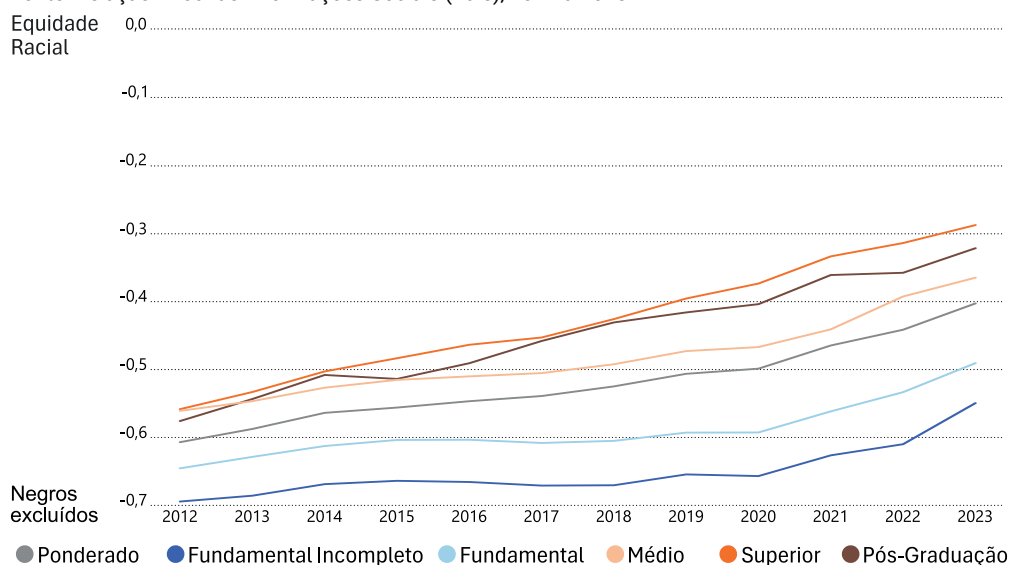
Logo, o cálculo segue a fórmula:

$$IEER_{JN}(p_i) = \sum_{i=1}^i \left[\left(\frac{b_{k,i} - p_i}{p_i} \right) \left(\frac{p_i}{1 - p_i} \right)^{b_{k,i}} \right] \cdot \frac{W_{k,i}}{W_k},$$

em que b_i representa a proporção de mulheres negras jovens em determinada ocupação, enquanto p_i corresponde à porcentagem da PEA de mulheres negras jovens nos estados. Posteriormente, os valores serão ponderados pelos salários médios das ocupações, considerando a remuneração média de todos os trabalhadores, com o intuito de evidenciar o valor econômico que cada ocupação representa na composição do mercado de trabalho. Diante disso, o gráfico 23 apresenta a evolução dos resultados entre 2012 e 2023 para cada nível de escolaridade das mulheres negras jovens no mercado formal de trabalho.

Gráfico 23– Resultados do IEER_{JN} das mulheres jovens negras por escolaridade.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais), 2012 a 2023.



Os dados evidenciam uma trajetória marcada pela exclusão histórica desse grupo em todos os recortes analisados, apesar de uma melhora gradual nos últimos anos. Um contraste relevante surge ao comparar os resultados entre homens e mulheres negras: nos níveis de ensino fundamental incompleto e completo, as mulheres negras jovens estão sub-representadas. Nesse contexto, a explicação para esses resultados é que os homens negros jovens representam a maioria entre os trabalhadores com esse nível de escolaridade. De outro modo, a menor presença das mulheres jovens negras pode estar relacionada ao fato de que muitas delas se encontram em ocupações informais ou em atividades não remuneradas, como o trabalho doméstico, que não são captadas pelas estatísticas oficiais de emprego.

No grupo com ensino médio completo, os indicadores apontam uma leve tendência de melhora ao longo do período analisado, embora ainda distante da equidade. Por outro lado, o indicador referente às mulheres negras jovens com ensino superior





completo apresenta os melhores resultados em comparação aos demais níveis de escolaridade, além de revelar uma trajetória mais consistente de crescimento. No entanto, isso não significa que as mulheres negras jovens estejam em situação mais favorável. Ao serem comparadas com os demais grupos, como homens brancos, mulheres brancas e homens negros, elas continuam apresentando os piores indicadores de inserção no mercado formal.

Os dados referentes à pós-graduação revelam uma situação ligeiramente inferior à observada no ensino superior completo, com uma tendência não linear ao longo dos anos. Segundo o Censo da Educação Superior, as mulheres negras estão mais presentes nesse nível de ensino do que os homens negros. Ainda assim, essa maior participação não se traduz em uma posição mais vantajosa no mercado de trabalho, indicando que a escolarização, embora essencial, não é suficiente para superar as barreiras estruturais enfrentadas por esse grupo.

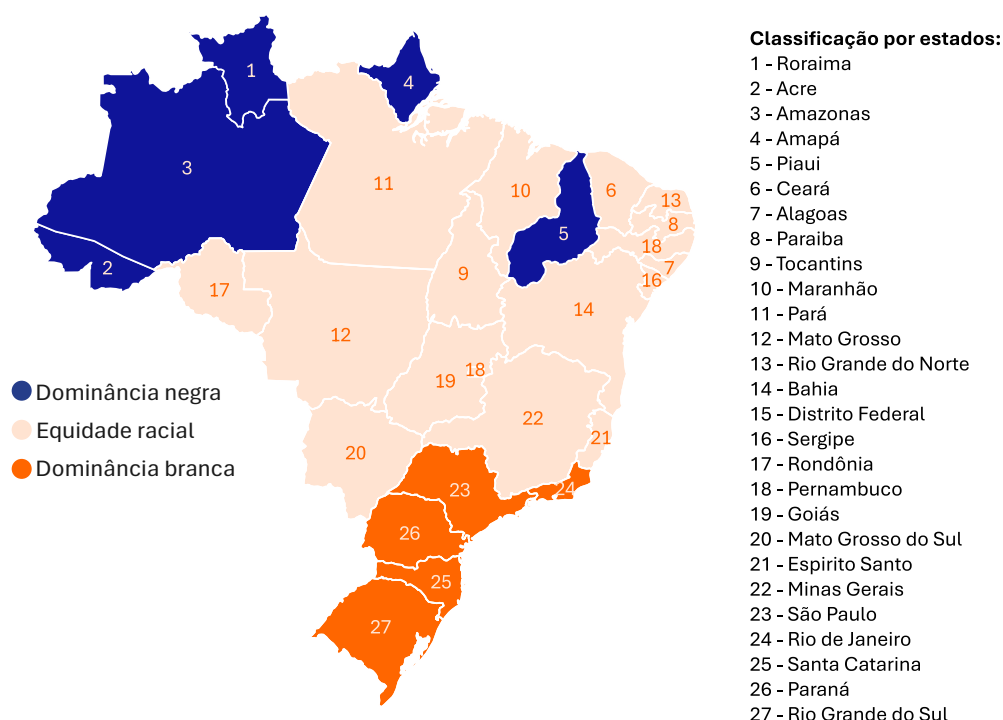
5.3

Disparidades regionais: como os estados brasileiros refletem os resultados

O IEER_{JN} mensurado em nível regional tem como objetivo avaliar como os jovens negros estão inseridos no mercado de trabalho em seus respectivos estados. O índice compara a participação de jovens negros no mercado de trabalho com a proporção da população negra em cada estado. Dessa forma, estados com menor população negra não são diretamente comparados à porcentagem de jovens negros das regiões Norte e Nordeste, mas sim à sua própria distribuição racial. Ainda assim, os estados das regiões Sudeste e Sul apresentam índices significativamente abaixo da equidade racial, enquanto os demais estados foram classificados dentro da faixa considerada equilibrada.

Gráfico 24– IEER_{JN} ponderado estadual - 2023

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais), 2023.





4. Metodologia do IEER_{JN}

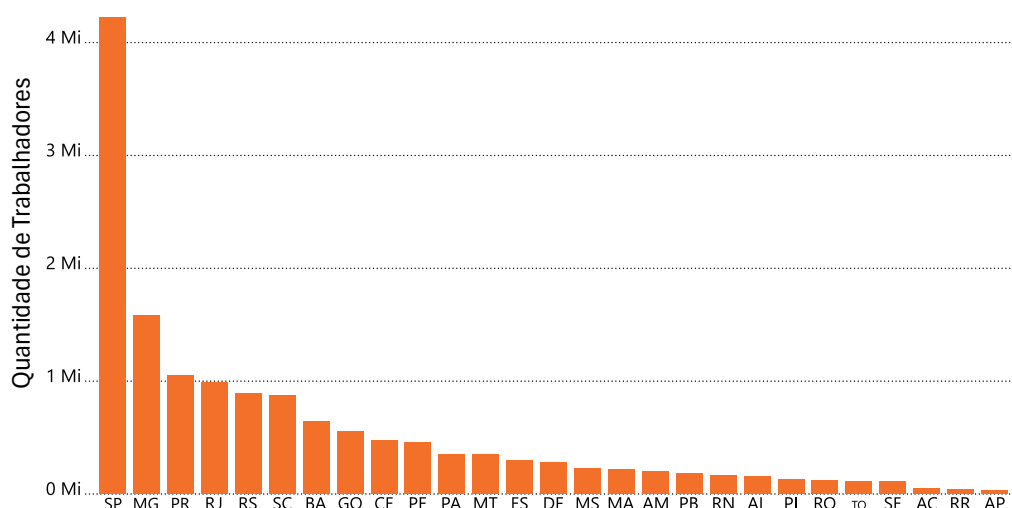
O IEER_{JN} ponderado (média das cinco escolaridades) avalia o desequilíbrio racial entre jovens que trabalham nos estados brasileiros. Os resultados indicam maior presença de negros no mercado formal de trabalho nas regiões Norte e Nordeste, com destaque para Roraima, Acre e Amazonas. Em contraste, nos estados do Sudeste e do Sul (São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul), há uma maior exclusão desses jovens.

Os resultados, analisados em conjunto com os dados, revelam que os jovens negros estão mais presentes nos estados com menor renda média (gráfico 9) e taxa de ocupação (gráfico 7), além de apresentarem maiores taxas de informalidade (gráfico 3) e desemprego (gráfico 5). Diante dessa disparidade regional, Theodoro (2022) aponta que o milagre econômico dos anos 1970 ampliou a concentração de renda e favoreceu a ascensão de imigrantes e seus descendentes no Sudeste e no Sul. Em 1984, a informalidade já atingia 53,7% dos trabalhadores em Recife, contra 38,4% em São Paulo. A exclusão social persistiu e se sofisticou, com a migração de negros para as grandes metrópoles, onde a periferia era a moradia mais acessível.

Nesse contexto, as políticas de inclusão dos jovens negros no mercado de trabalho devem ir além do aumento de sua presença nas regiões Sudeste e Sul. É essencial direcionar políticas públicas para a ampliação e melhoria das oportunidades de trabalho nos estados do Centro-Oeste, Nordeste e Norte, com a promoção de maior equidade econômica e social entre as diferentes regiões do país.

Gráfico 25 – Quantidade de trabalhadores jovens no mercado formal por estado – 2023.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais), 2023.



É essencial analisar os estados com maior presença de trabalhadores no setor formal em 2023. São Paulo lidera, com a maior quantidade de jovens negros empregados, seguido por Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Contudo, ao observar o IEER_{JN} ponderado estadual de 2023, no gráfico 25, fica evidente que os piores índices para os negros estão justamente nos estados com maior número de trabalhadores formais, todos classificados como dominância branca, exceto Minas Gerais. Isso aponta que, especialmente em São Paulo, os jovens negros enfrentam um cenário mais desfavorável no mercado de trabalho, mesmo onde há as melhores oportunidades, salários e perspectivas de carreira.

6. Conclusão





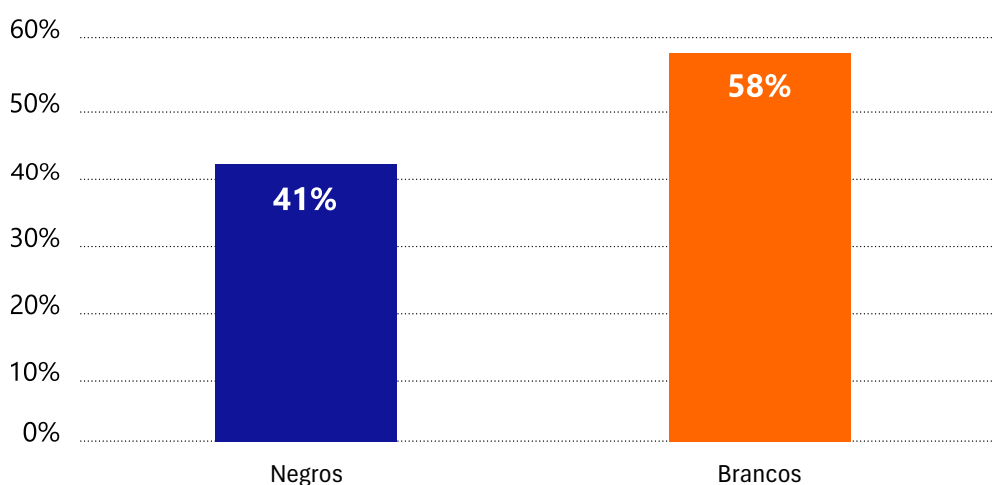
5.4

Representatividade racial nas profissões de nível superior: principais características

Na perspectiva de analisar o IEER_{JN} a partir das profissões, é relevante destacar os trabalhadores com curso superior atuando em ocupações de nível superior (códigos que se iniciam com 2 na CBO). O Censo de 2022 apresenta uma disparidade racial entre os jovens com superior completo, nível no qual os negros representam 41% e os brancos 58%, o que pode acarretar uma disparidade futura no ingresso desses jovens ao mercado de trabalho.

Gráfico 26 – Pessoas com ensino superior completo por raça - 18 a 29 anos – 2022.

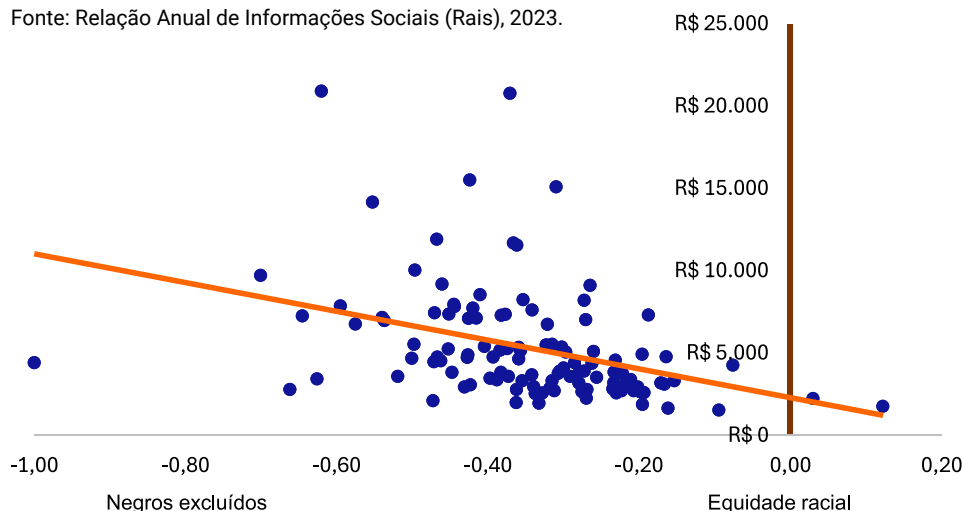
Fonte: Censo Demográfico, 2022.



Contudo, além da disparidade entre jovens negros e brancos com ensino superior, a desigualdade se encontra ainda mais presente ao analisar a relação entre os salários e o IEER_{JN}. Essa análise é importante, pois segundo Artes e Ricoldi (2015), já em 2010 os jovens negros estavam mais concentrados em cursos de menor prestígio de remuneração financeira, o que impacta diretamente sua inserção em carreiras vinculadas a menores salários no mercado de trabalho.

Gráfico 27 – Correlação entre salários e o IEER_{JN} dos profissionais com ensino superior completo nas ocupações de nível superior - 2023.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais), 2023.

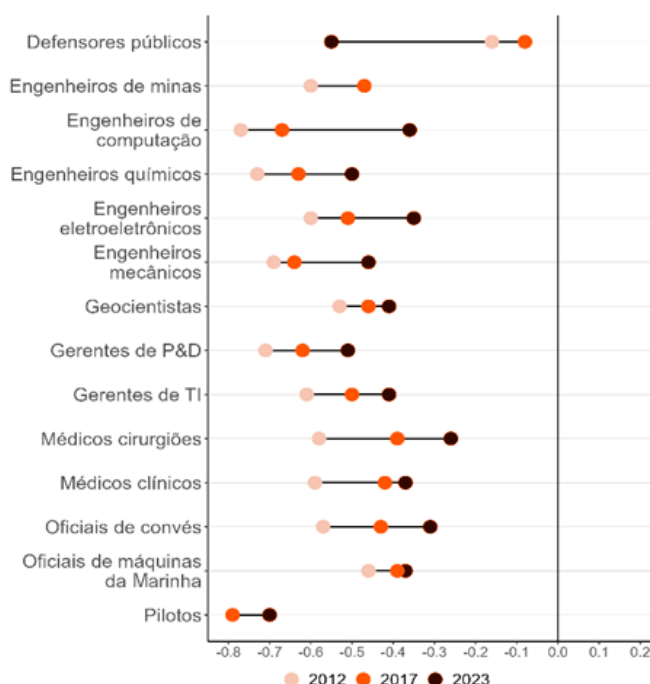




A análise da correlação entre salários e o IEER_{JN} revela que, quanto maior a remuneração nas profissões de nível superior, menor é a presença de pessoas negras nessas ocupações. O resultado é significativo, pois demonstra que, apesar do aumento na representatividade da população negra nos cursos de ensino superior e sua maior inserção no mercado de trabalho nos últimos anos, a desigualdade salarial ainda persiste, especialmente nas carreiras de maior remuneração.

Gráfico 28– Evolução do IEER_{JN} nas ocupações de nível superior com maiores salários em 2023, considerando ao menos 100 trabalhadores.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais), 2012 a 2023.



Nesse contexto, o gráfico 28 apresenta as ocupações de nível superior com os maiores salários em 2023, considerando ao menos 100 trabalhadores, nos anos de 2012, 2017 e 2023. A evolução do índice aponta avanços na maioria das profissões, mas revela que a desigualdade racial ainda é significativa, com menor presença de profissionais negros. Em destaque, os pilotos de aeronaves registraram o menor valor do IEER_{JN} em 2023, enquanto entre os engenheiros de computação existe expressivo crescimento de jovens negros entre 2012 e 2023.

Com exceção das demais profissões, entre os defensores públicos aumentou a desigualdade. Em 2012 e 2017, os valores do IEER_{JN} nesta profissão estavam próximos da equidade racial, mas em 2023 o índice passou a refletir uma menor presença de profissionais negros. Esse resultado provavelmente está relacionado ao fato de que, em 2012 e 2017, cerca de 87% dos trabalhadores da área não declaravam sua raça. Com o aumento da declaração racial ao longo dos anos, ficou evidente a disparidade existente e a menor presença de jovens negros na profissão.

De modo geral, é importante destacar a mudança na segregação ocupacional das profissões sob a perspectiva racial, impulsionada sobretudo pela implementação das cotas raciais. Essa política pública contribuiu para elevar a presença de pessoas negras em ocupações de nível superior, antes marcadas por forte exclusão racial.





5.5 STEM no mercado de trabalho: trajetória e inserção profissional

As áreas conhecidas como STEM estão diretamente ligadas ao avanço tecnológico e à inovação nas economias globais. Embora não exista uma definição universal para cursos, áreas e profissões STEM, há um consenso em atribuir o termo a setores que impulsionam o desenvolvimento científico e tecnológico das nações (Machado, 2021). No Brasil, esse debate ainda é recente, mas tem ganhado cada vez mais relevância nos últimos anos. Os gráficos a seguir apresentam a distribuição racial entre os autodeclarados nos cursos STEM.

Gráfico 29 (a) – Matriculados nos cursos STEM.

Fonte: Censo da Educação Superior, 2012 a 2023.

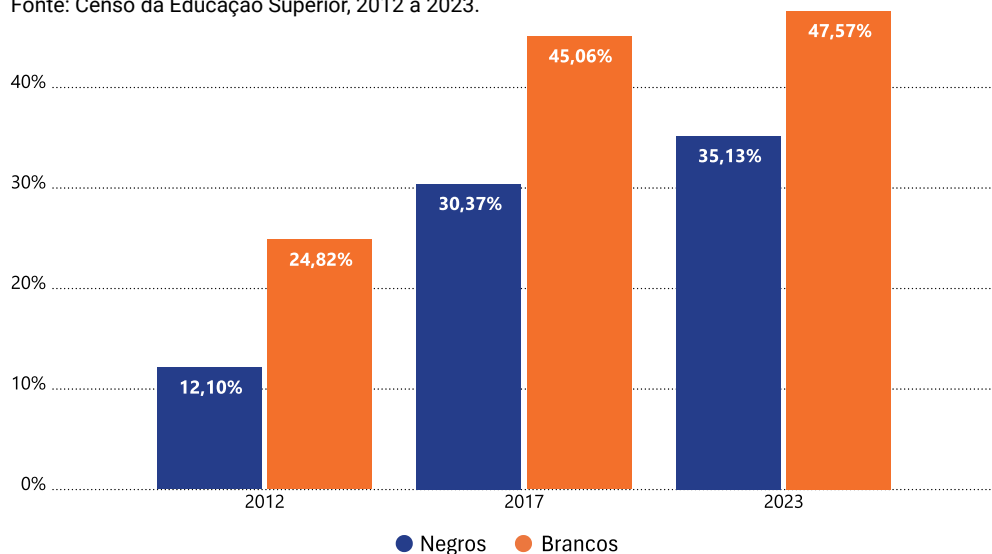
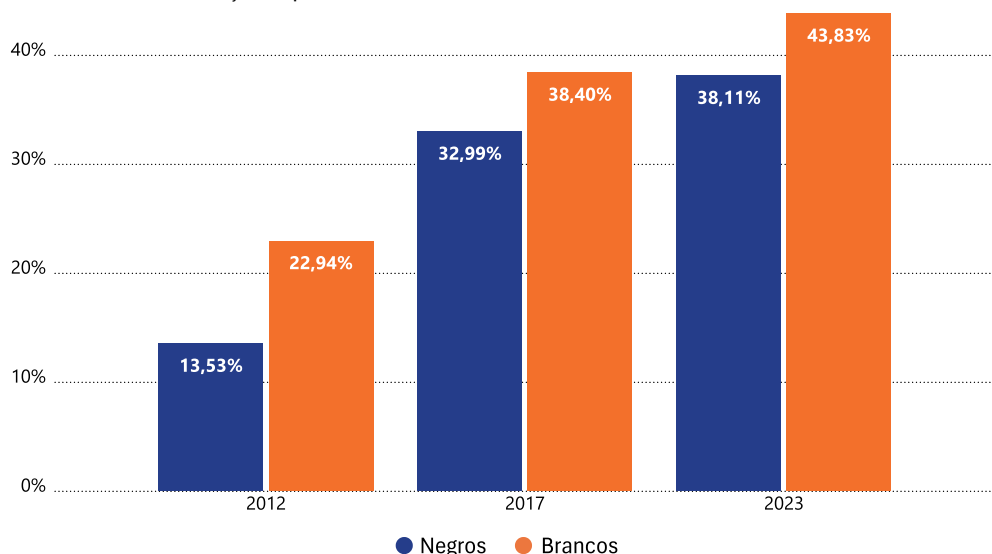


Gráfico 29 (b) – Matriculados nos cursos não STEM.

Fonte: Censo da Educação Superior, 2012 a 2023.



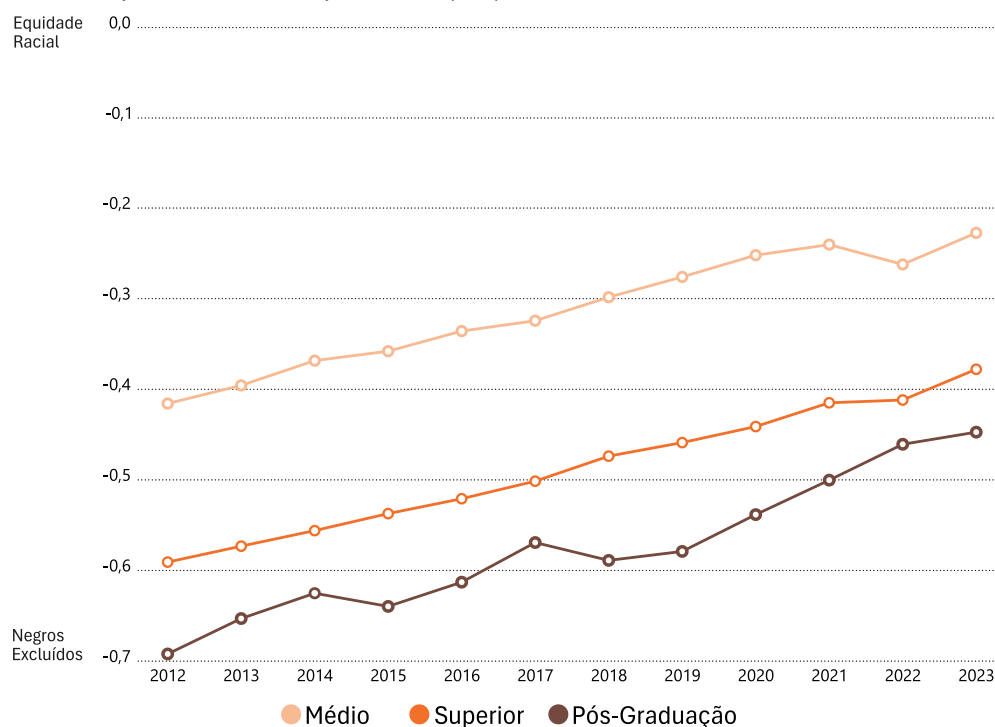
Entre os estudantes matriculados em cursos STEM e não STEM, os indicadores revelam diferenças significativas. Embora a presença de jovens negros tenha aumentado em ambos, sua participação nos cursos STEM permanece inferior, mantendo uma diferença expressiva de 12,4 pontos percentuais em 2023. Essa menor representatividade em áreas essenciais para o avanço tecnológico do país acende um alerta para a possível perpetuação da desigualdade salarial nas ocupações que esses estudantes irão exercer no futuro.





Gráfico 30– IEER_{JN} Profissões STEM por escolaridade – 2012 a 2023.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais), 2012 a 2023.



Ao analisar a evolução do IEER_{JN} nas profissões STEM, foi utilizada a metodologia presente em Machado (2021) para identificar quais são as ocupações STEM, a partir dos dados da Rais, utilizando o CBO dos trabalhadores. Isto posto, os resultados apontam para uma significativa desigualdade racial entre profissionais com formação de nível médio, superior e pós-graduação. Essas faixas de escolaridades foram selecionadas por concentrarem o maior número de profissionais STEM. A desigualdade racial nessas áreas é ainda mais acentuada em comparação ao índice com todas as ocupações, evidenciando a menor presença de jovens negros. Além disso, os avanços foram notadamente menores.

Entre os trabalhadores jovens com pós-graduação, o crescimento do IEER_{JN} foi de 0,33 ao considerar todas as profissões, mas apenas 0,24 dentro das ocupações STEM. Para aqueles com ensino superior completo, o aumento foi de 0,27 no índice com todas as profissões, enquanto nas profissões STEM foi de apenas 0,21. Já entre os profissionais jovens com ensino médio, o avanço registrado foi de 0,26 considerando todas as ocupações e 0,19 no grupo STEM.

Esses resultados reforçam um alerta sobre a persistente desigualdade racial no mercado de trabalho brasileiro entre os jovens. Apesar dos avanços descritos, os dados indicam que as desigualdades raciais persistem, sobretudo nas ocupações mais valorizadas, em relação à remuneração e ao papel estratégico do setor tecnológico para o desenvolvimento do país.



Conclusão

O estudo teve como objetivo analisar a evolução da inserção das juventudes negras no mercado de trabalho a partir de diferentes escolaridades, sendo desenvolvido o IEER_{JN} para essa finalidade. Além disso, foram utilizadas fontes como a Pnad Contínua, o Censo Demográfico do IBGE, a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), o Censo Escolar e o Censo da Educação Superior (Inep) para embasar as perspectivas das juventudes negras.

O estudo trabalhou com diferentes recortes de perfil dentro do que foi conceituado como juventudes, com atenção para analisar essa parcela da população de forma plural e multifacetada. Com isso, o objetivo é destacar as diferentes experiências vividas por esse grupo e as interseções dele com gênero. Como ressaltado ao longo do texto, a necessidade e preocupação em discutir as juventudes negras não é recente, a autora Lélia Gonzalez, já em 1979, apontava para os problemas de inserção dessa parcela da população no mercado de trabalho.

A segunda seção do trabalho realizou uma revisão bibliográfica a partir de estudos que analisam os principais obstáculos enfrentados pelos jovens negros no acesso ao mercado de trabalho, destacando questões como educação, mobilidade urbana, saúde e violência. Os resultados indicam que políticas educacionais reparadoras, que valorizem a cultura negra, são fundamentais para promover o reconhecimento identitário e a melhoria nos indicadores educacionais. Ainda assim, mesmo quando possuem qualificação e trajetórias profissionais semelhantes, os jovens negros enfrentam desvantagens significativas em relação aos seus pares brancos.

Na questão da mobilidade urbana, a distância entre periferias e centros urbanos, aliada à ausência de políticas interseoriais, dificulta o acesso das juventudes negras à educação formal e ao mercado de trabalho, contribuindo para aumentar as desigualdades raciais. No que diz respeito à saúde dos jovens negros, o racismo institucional impacta profundamente a constituição subjetiva, agravando o sofrimento psíquico, que vem sendo perpetuado pela ausência de uma abordagem interseccional nas políticas públicas de saúde mental. Em relação à violência, é destacado que as juventudes negras são





desproporcionalmente afetadas por práticas de violência policial, encarceramento em massa e letalidade estatal no Brasil.

Nesse sentido, políticas públicas voltadas para a inclusão de jovens no mercado de trabalho brasileiro existem e são necessárias, mas ainda carecem de uma abordagem institucional específica voltada para a equidade racial. Com isso, o estudo buscou apresentar os diferentes fatores que impactam a inserção das juventudes negras no mercado e destacou as estatísticas que apresentam essas desigualdades em diferentes perspectivas.

Apresentou também estatísticas que evidenciam os fatores que afetam as juventudes negras no mercado de trabalho, considerando diferentes níveis de escolaridade. Os dados mostram que 22% dos jovens negros entre os que não trabalham nem estudam, em contraste com 16% dos jovens brancos. Para complementar, os jovens negros apresentam a menor proporção entre aqueles que apenas trabalham, apenas estudam ou fazem ambas as atividades. É necessário destacar a predominância das jovens mulheres negras entre os que não trabalham e não estudam, mostrando a necessidade de ações afirmativas voltadas para esse grupo.

A informalidade é outro desafio relevante, pois 48% das juventudes negras estão em empregos informais, enquanto entre os brancos esse percentual é de 37%. O trabalho informal no Brasil é caracterizado por empregos precarizados, com baixo acesso a direitos trabalhistas, instáveis e de baixa remuneração. Além disso, a taxa de desemprego dos jovens negros é de 13%, superior à dos jovens brancos, que é de 10%, sendo as mulheres negras jovens o maior grupo entre os desempregados. O Distrito Federal e o Rio de Janeiro apresentam as maiores taxas de desemprego entre os jovens negros.

Em relação ao nível de ocupação, 59% dos jovens brancos estão ocupados, enquanto entre os jovens negros esse índice é de 54%. A renda média dos jovens brancos ocupados é de R\$ 2.365, valor 37% superior ao dos jovens negros, que recebem em média R\$ 1.727. Essa diferença está diretamente relacionada às maiores taxas de informalidade e desemprego, além da maior presença dos negros entre os que não trabalham e não estudam.

No âmbito educacional, houve um aumento significativo do percentual dos autodeclarados negros entre os ingressantes no ensino superior. Ao mesmo tempo, a proporção de autodeclarados brancos também cresceu no mesmo período. O ingresso no ensino superior público e privado ocorreu de forma distinta: nas instituições públicas, a participação dos autodeclarados negros subiu; enquanto nas privadas, o aumento foi menor no mesmo intervalo. Entre os matriculados e concluintes no ensino superior, a proporção dos autodeclarados negros também aumentou, mas ainda se encontra abaixo da dos brancos.

Em relação à pós-graduação, tanto na especialização, quanto no mestrado e doutorado, a participação de negros ainda é menor que a dos brancos. Esses dados revelam avanços importantes na educação, mas também evidenciam persistentes desigualdades no mercado de trabalho e na remuneração das juventudes negras.





5. Resultados do IEER_{JN}

A partir dessas reflexões, foi apresentada a metodologia do IEER_{JN} com o intuito de identificar os níveis de segregação ocupacional segundo diferentes graus de escolaridade (pós-graduação, graduação, ensino médio, fundamental e fundamental incompleto). Os resultados do IEER_{JN} foram calculados a partir dos dados da Rais entre 2012 e 2023, baseados nas 627 famílias de profissões CBO de acordo com os níveis de escolaridade selecionados.

Os dados do mercado de trabalho formal mostram que os trabalhadores com ensino médio estão em uma crescente. Enquanto o ensino superior e a pós-graduação estão em menores proporções, apesar do crescimento do ensino superior no país.

Os resultados do IEER_{JN} indicam uma tendência de convergência para a equidade racial nos diferentes níveis de escolaridade, acompanhada por uma redução progressiva da exclusão de negros no mercado de trabalho. Apesar desse avanço, a desigualdade racial persiste ao longo do período analisado, tornando-se mais evidente à medida que aumentam os níveis de escolaridade.

Os jovens trabalhadores negros com ensino fundamental incompleto ou completo se destacam, pois estão mais próximos da equidade racial ao longo do tempo, mas estas ocupações são as que possuem piores condições de trabalho e menores remunerações. Por outro lado, aqueles com ensino superior completo e pós-graduação permanecem em situação de maior exclusão, evidenciando que a desigualdade é mais acentuada nos níveis mais altos de escolaridade. O estudo também revela a persistência da segregação ocupacional sob a perspectiva racial, com pessoas negras predominantemente alocadas em cargos de baixa hierarquia e remuneração, geralmente associados a menores níveis de escolaridade.

Ao analisar os dados da soma dos trabalhadores do mercado de trabalho formal e informal do IEER_{JN}, é observada uma maior presença de jovens negros nas escolaridades fundamental completo e incompleto. Entre aqueles com ensino médio, os indicadores apontam para uma tendência de maior equilíbrio racial. Já no segmento de jovens com ensino superior, há predominância de trabalhadores brancos ao longo do período analisado, embora haja sinais de progressiva melhora na representatividade negra.

Esses dados refletem o elevado nível de informalidade entre as juventudes negras, evidenciado pela predominância desse grupo nas escolaridades fundamental completo e incompleto. Uma vez que existe forte concentração de jovens negros entre os trabalhadores com menor escolaridade, estes também ocupam os postos de trabalho com os menores salários.

Na análise das mulheres jovens negras no setor formal, é necessário destacar que elas são a base da hierarquia ocupacional e salarial no setor formal, enfrentando ampla disparidade em relação aos homens brancos e múltiplas formas de discriminação ligadas à aparência e cor da pele (Alencar et al., 2020). Os resultados do IEER_{JN} apontam para uma exclusão histórica significativa dessas mulheres em todos os níveis de escolaridade, embora haja uma melhora gradual nos últimos anos.

7. Extra: Escuta Ativa



5. Resultados do IEER_{JN}

Um contraste importante surge ao se comparar homens e mulheres negros nos níveis de ensino fundamental incompleto e completo. As mulheres negras jovens estão sub-representadas e os homens negros jovens predominam entre os trabalhadores com esse grau de escolaridade. Essa menor presença das mulheres pode estar relacionada ao fato de muitas delas estarem em ocupações informais ou em atividades não remuneradas, como o trabalho doméstico, que não são captadas pelas estatísticas oficiais de emprego.

No ensino superior completo, o indicador para as mulheres negras jovens apresenta os melhores resultados em comparação aos demais níveis de escolaridade, além de mostrar uma trajetória mais consistente de crescimento. No entanto, isso não significa necessariamente que essas mulheres estejam em situação mais favorável, pois ainda estão em menor presença nesse nível de escolaridade no mercado de trabalho. Para complementar, a maior presença das mulheres autodeclaradas negras no ensino superior, em relação aos homens autodeclarados negros, pode ser um dos fatores que explicam a melhora relativa na representatividade das mulheres negras jovens nesse nível de escolaridade.

Nos resultados do IEER_{JN} a partir da perspectiva regional, os estados das regiões Sudeste e Sul apresentam maior exclusão dos jovens negros, ao passo que as regiões Norte e Nordeste apresentam uma maior presença deles no mercado formal de trabalho. No entanto, os estados dessas regiões apresentam as menores rendas médias.

O resultado do IEER_{JN} ponderado dos estados em 2023 revela que os piores índices para as juventudes negras estão nos estados com maior número de trabalhadores, pois todos estão classificados como dominância branca, com exceção do estado de Minas Gerais. Isso aponta que, especialmente no estado de São Paulo, os jovens negros enfrentam um cenário mais desfavorável no mercado de trabalho, ainda que existam, em comparação aos outros estados, melhores oportunidades, maiores salários e melhores perspectivas de carreira.

O estudo também analisou os trabalhadores com curso superior atuando em ocupações deste nível de ensino. Os resultados apontam que existe disparidade na inserção profissional e nos salários, com os negros possuindo menores indicadores em ambos. Assim, foi analisada a correlação entre salários e o IEER_{JN'}, o que revelou que quanto maior a remuneração nas profissões de nível superior, menor é a presença de pessoas negras nessas ocupações.

Além disso, a partir da análise das ocupações de nível superior com os maiores salários em 2023, são observados progressos na presença da juventude negra nessas profissões, com destaque entre os engenheiros da computação, mas a desigualdade racial ainda é significativa, como nas profissões de pilotos de aeronaves, engenheiros químicos e defensores públicos. Uma das análises possíveis, nesse sentido, é que a implantação das cotas raciais proporcionou uma mudança na segregação ocupacional das profissões sob a perspectiva racial. Ou seja, podemos considerar que neste caso uma política pública contribuiu para aumentar a presença de pessoas negras em ocupações de nível superior.

7. Extra: Escuta Ativa





5. Resultados do IEER_{JN}

Por fim, foram analisadas as áreas STEM, pois estão diretamente ligadas ao avanço tecnológico e à inovação nas economias globais. Os resultados mostram que, nas ocupações dessa área, existe uma significativa desigualdade racial entre profissionais com formação de nível médio, superior e pós-graduação. Esta relevante desigualdade ocorre entre as profissões altamente valorizadas, de maior remuneração e que possuem papel estratégico para o desenvolvimento do país.

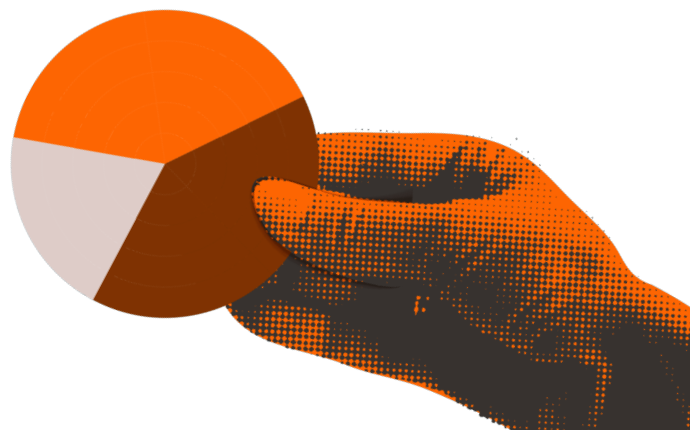
Desse modo, diante das desigualdades raciais apresentadas, é fundamental promover a participação dos jovens negros no mercado de trabalho, a partir dos diversos programas voltados às juventudes. No entanto, tais programas, como a Lei do Estágio, o Jovem Aprendiz e o Programa Primeiro Emprego, carecem de ações afirmativas voltadas para a equidade racial, no sentido de adotarem uma perspectiva que reconheça e enfrente as barreiras adicionais enfrentadas por jovens negros no acesso a essas oportunidades.

Diante disso, a promoção de iniciativas com foco na inclusão de jovens negros no mercado de trabalho se mostra essencial. Isto deve ser feito desenvolvendo ações estratégicas de combate às desigualdades em programas de trainee e estágio. A proposta é utilizar os instrumentos legais como base, mas com o recorte racial como prioridade na formulação e execução das políticas de contratação.

Nesse contexto, o IEER_{JN} pode desempenhar um papel fundamental ao evidenciar, com base científica, as disparidades raciais existentes em diferentes profissões entre as juventudes. O índice serve como justificativa técnica para a adoção de medidas concretas de combate à desigualdade.

Além disso, essa ferramenta matemática auxilia as empresas a planejarem, de forma gradual e estruturada, o aumento da presença de jovens negros em seus quadros. A partir dos dados de suas unidades, as empresas podem calcular o índice e desenvolver ações afirmativas. E com isso, demonstrar o compromisso social para promover uma inclusão racial mais equitativa. A iniciativa deve ser acompanhada de outras ações complementares, como oferta de cursos de inglês, programas de mentoria, orientação de carreira e seleção de turmas compostas majoritariamente por jovens negros. Essas medidas são essenciais para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o crescimento desses jovens no ambiente corporativo.

Portanto, o presente estudo buscou analisar, por diferentes perspectivas, a inserção dos jovens negros no mercado de trabalho. Os resultados indicam melhorias nos indicadores ao longo da última década, porém a desigualdade racial ainda persiste e deve ser mitigada por meio de políticas, tanto do setor privado quanto do setor público, para aumentar a proporção dos jovens negros em melhores posições no mercado de trabalho.



7. Extra: Escuta Ativa





7.

Extra: Escuta Ativa

A escuta ativa compõe a etapa qualitativa do estudo. Visa compreender as experiências, percepções e desafios vividos por jovens negros e negras em suas trajetórias de educação, trabalho e condições de vida. Essa fase dá voz aos sujeitos por trás das estatísticas, humanizando os dados e revelando aspectos que os números isoladamente não mostram.

As narrativas dos participantes permitem identificar nuances das desigualdades estruturais e territoriais, como o enfrentamento do racismo, os sentimentos de pertencimento e as expectativas de futuro. Ao integrar evidências quantitativas e relatos pessoais, a escuta ativa fortalece a formulação de políticas e estratégias corporativas mais sensíveis, efetivas e alinhadas às realidades das juventudes negras.



Metodologia

Neste estudo, a escuta ativa foi realizada por meio de seis grupos focais remotos, reunindo jovens negros e negras de perfis diversos:

- Grupo 1 - Jovens negros no ensino médio da rede pública;
- Grupo 2 - Jovens negros universitários ou de curso técnico;
- Grupo 3 - Jovens negros desempregados e fora da escola;
- Grupo 4 - Jovens negros trabalhadores informais ou autônomos;
- Grupo 5 - Jovens negras mães solo;
- Grupo 6 - Jovens negros LGBTQIAPN+

Cada grupo contou com encontros de cerca de 90 minutos, guiados por um roteiro dividido em três blocos temáticos:

- Bloco 1 – Educação (trajetórias escolares, permanência e experiências de discriminação);
- Bloco 2 – Trabalho e renda (inserção, oportunidades e precarização laboral);
- Bloco 3 – Temas transversais, que reuniu percepções sobre violência, mobilidade urbana e saúde como condicionantes do acesso a oportunidades.

As falas foram transcritas e analisadas segundo a metodologia de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977), buscando identificar padrões, recorrências e significados simbólicos nas experiências relatadas. Os dados foram organizados em eixos analíticos que revelam diferentes dimensões das desigualdades vividas pelas juventudes negras no Brasil.

1.

Estratégia de síntese dos dados por categoria

A síntese dos dados qualitativos foi organizada para garantir consistência analítica e representatividade das falas, estruturada em cinco categorias – Educação, Empregabilidade, Mobilidade urbana, Saúde e Violência. A análise identificou padrões, convergências e contrastes entre os grupos, preservando a autenticidade das vozes. Por meio da criação de subcategorias temáticas, as narrativas individuais foram transformadas em evidências coletivas que orientam políticas e ações voltadas à equidade racial e às juventudes negras.

2.

Categorias de análise

A análise qualitativa foi organizada em cinco categorias principais – Educação, Empregabilidade, Mobilidade urbana, Saúde e Violência – que representam dimensões estruturantes da vida das juventudes negras e orientam a compreensão sobre seus desafios e potencialidades.





O eixo Educação reúne percepções sobre acesso, permanência e qualidade do ensino, destacando o papel do racismo, do apoio familiar e da infraestrutura escolar. Empregabilidade aborda as barreiras de inserção no mercado de trabalho, o impacto do preconceito racial, a relevância das redes de apoio e as expectativas de futuro. Em Mobilidade urbana, os relatos mostram como distância, custos e insegurança interferem no acesso a oportunidades e serviços.

O eixo Saúde evidencia a importância da atenção à saúde mental e física, ao mesmo tempo em que aponta fragilidades no atendimento público. Já Violência trata da insegurança cotidiana e da discriminação racial como fatores que limitam o direito à cidade, ao estudo e ao trabalho.

Essa estrutura analítica assegura consistência metodológica e oferece um panorama abrangente sobre as condições que moldam as trajetórias da juventude negra. E fornece subsídios valiosos para o aprimoramento de políticas públicas e iniciativas corporativas voltadas à equidade racial.

a) Educação

Reflete as trajetórias de jovens negros no sistema educacional, evidenciando desafios de acesso, permanência e qualidade da formação, além dos efeitos do racismo nas escolas.

• Acesso e permanência escolar

Alguns jovens relataram uma trajetória escolar sem grandes barreiras de acesso, incluindo passagens por escolas públicas e privadas. Ainda assim, a necessidade de conciliar trabalho e estudo exige constantes ajustes na rotina e limita a dedicação plena aos estudos.

"Você tem que escolher entre estudar e trabalhar. Pra gente, que é jovem de baixa renda, é muito sobre isso. Sobre escolher estudar ou trabalhar, ou fazer os dois e se vira nos trinta" (W., 19 anos, Grupo 6)

Jovens que estudaram na rede pública relatam sentir-se em desvantagem diante de colegas formados na rede privada. Essa diferença, segundo eles, influencia tanto as oportunidades de ingresso quanto o sentimento de preparo para competir em igualdade.

"A prova da Fuvest é pra pessoas que estudaram em escola particular, que pagaram cursinho. Não é uma prova pra mim, que estudei a vida toda em escola pública. A USP em si não é um lugar pra mim, mas eu estou ocupando esse espaço porque ele é meu" (R., 21 anos, Grupo 2).

Entre os fatores que favorecem a permanência escolar, destaca-se a atuação de projetos do terceiro setor. Essas iniciativas oferecem suporte complementar ao aprendizado e ampliam as perspectivas de continuidade nos estudos.



5. Resultados do IEER_{JN}

“Eu participei de um projeto em comunidade. Desses que têm reforço escolar, aula de balé. (...) Eu aprendi muita coisa, peguei muito amor pelos professores” (A., 19 anos, Grupo 6).

Para jovens mães solo, a ausência de creches noturnas ou que atendam crianças muito pequenas representa um grande obstáculo à continuidade dos estudos. Muitas delas acabam interrompendo a formação por não terem com quem deixar seus filhos.

“Eu fiz o Neja⁵. Porque, como eu tive filho, teve um atraso nos meus estudos. E na escola em que eu estudei a diretora liberava pra levar a criança pra escola, porque não tem ninguém pra olhar” (P., 20 anos, Grupo 5).

Os fatores econômicos surgem como um dos principais desafios para a permanência dos jovens na escola e no ensino superior. A necessidade de contribuir com a renda familiar muitas vezes entra em conflito com o tempo dedicado aos estudos.

“A grade curricular não atende a minha realidade enquanto trabalhador. Então eu tenho sempre que fazer um jogo de cintura entre o que paga as minhas contas e a minha formação num curso que é muito elitizado” (P., 27 anos, Grupo 2).

“A minha vivência é completamente diferente da dos meus colegas. Por exemplo, eu sempre tive que trabalhar, mas eu encontro pessoas que nunca precisaram” (R., 21 anos, Grupo 2).

“Eu saio da faculdade 22h40 todo dia. Eu chego meia-noite em casa, pra acordar às 6 horas da manhã” (I., 20 anos, Grupo 2).

É necessário destacar que a permanência dos jovens na escola não depende apenas das condições econômicas, mas também do engajamento que o ambiente escolar consegue gerar. A falta de professores, os “tempos vagos” e uma grade pouco conectada à realidade desmotivam muitos dos estudantes ouvidos.

“Porque sempre falta professor na escola, aí vai desfocando as pessoas. Elas vão com vontade, aí não tem aula, nunca é uma coisa boa. Entende?” (Q., 17 anos, Grupo 1).

Entretanto, entre os jovens que estão fora da escola, o retorno aparece como um desejo recorrente. Eles reconhecem o valor da educação formal para ampliar oportunidades, realizar sonhos profissionais e servir de exemplo para os irmãos mais novos.

“Eu quero continuar estudando pra dar um futuro melhor pra a minha família, dar conselhos pros meus irmãos e deixar minha mãe orgulhosa de mim” (L., 15 anos, Grupo 3).

• Qualidade da formação

Muitos jovens entrevistados apontam a falta de estrutura adequada e de orientação sobre carreiras como fragilidades das escolas. Para eles, instituições que combinam ensino regular com preparação para o Enem e para a vida profissional oferecem caminhos mais promissores.

⁵ Nova Educação de Jovens e Adultos (NEJA), um programa da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ), que visa oferecer escolarização para jovens e adultos que não puderam concluir o ensino médio.





“Eu estou no 2º ano [do ensino médio], eles ficam passando revisão do 9º ano [do ensino fundamental]. Se eu quiser fazer o Enem, isso não vai cair” (N., 16 anos, Grupo 1).

“Dependendo do nosso corte social, a gente não tem essa visão de que dá pra fazer algo além do que só se manter estabilizado. (...) A gente não tem momentos pra poder sonhar e se perguntar: ‘O que eu realmente gosto?’” (I., 20 anos, Grupo 2).

“Estruturalmente, a verdade é que o ensino público é pra levar a gente pro ensino superior particular e o ensino médio particular é pra levar o jovem pro ensino superior público” (L., 27 anos, Grupo 4).

Alguns jovens destacam diferenças significativas na qualidade do ensino entre os turnos diurno e noturno. Para eles, tanto no ensino médio quanto no ensino superior, o período noturno costuma apresentar menos recursos e menor acompanhamento pedagógico.

“Eu comecei a trabalhar e tive que mudar de escola e o ensino não é tão bom. A maioria das vezes tem tempo vago. Aí, eu meio que desanimei da escola, mas eu continuo indo” (N., 16 anos, Grupo 1).

“Eu queria mais equidade. Na minha faculdade tem optativas, eventos, feira de empregabilidade, palestras que só são oferecidas de manhã. Se pensassem em quem tem que trabalhar e estudar também, seria bem melhor” (I., 20 anos, Grupo 2).

• Racismo no ambiente educacional

Os jovens relatam episódios de hostilidade e questionamentos sobre sua presença em ambientes de ensino privado. Desde a infância, muitos enfrentam o racismo como parte do cotidiano, o que impacta diretamente sua autoestima e o senso de pertencimento.

“No ensino fundamental, uma professora mandou um bilhete pra minha mãe dizendo que não iria cuidar do meu cabelo depois da aula da natação, porque ele era muito diferente do cabelo das outras garotas” (V., 21 anos, Grupo 2).

“Eu estudava num colégio particular e a rapaziada me excluía muito. Eu sofria bullying nessa época, por ser negro e gostar de coisas diferentes do que eles gostavam” (I., 20 anos, Grupo 2).

“Quando criança, ou você vai querer se destacar sendo explosivo ou sendo engraçado” (X., 23 anos, Grupo 4).

“Na escola sempre tem aquela listinha dos mais bonitos e os mais feios da sala, quem é negro sabe o que é isso. E na infância você não é muito apreciado. As meninas ainda são tratadas em casa como ‘meu amor’, ‘minha princesa’. E, no caso dos meninos, isso é mais difícil acontecer. Eu sabia que era amado, mas saber da minha beleza era outros quinhentos. E tem a listinha, passam anos e anos e você é sempre o último. E você cresce com aquilo: ‘realmente eu sou bonito?’” (L., 27 anos, Grupo 4).



5. Resultados do IEER_{JN}

“No 3º do ensino fundamental, eu estudava como bolsista em um colégio particular. Eu ouvi que uma criança com a minha cor e o meu cabelo não deveria estar naquele lugar, que eu deveria ‘voltar pro quilombo de onde eu saí’” (M., 20 anos, Grupo 6).

Os estudantes negros do ensino superior relatam se sentir minoria em muitos cursos e, por vezes, duvidar de suas próprias capacidades. Essa percepção reforça a sensação de isolamento e a necessidade de ambientes acadêmicos mais acolhedores e diversos.

“Numa faculdade particular, no meu nicho, é muito difícil ver pessoas negras. As pessoas te olham de uma forma estigmatizada” (I., 20 anos, Grupo 2).

“Quando eu entrei na universidade, eu olhava pra um lado e pro outro e pensava: esse lugar é feito pra brancos” (H., 23 anos, Grupo 2).

“É surreal você estar num espaço e perceber que é como se você não pudesse pertencer àquele lugar” (K., 25 anos, Grupo 4).

Em alguns casos, o ambiente escolar não favoreceu o reconhecimento da identidade negra, mas a universidade representou um ponto de virada. Foi nesse espaço que muitos jovens encontraram referências, acolhimento e valorização de sua trajetória.

“Durante boa parte da minha formação eu tive dificuldade de me reconhecer como um sujeito não branco. Mas foi importante a minha inserção na graduação na UFRJ pra ter esse discernimento e conseguir me reconhecer” (P., 27 anos, Grupo 2).

“Quando eu entrei na Uerj, eu tive essa experiência e fiquei muito feliz. Eu tive a minha primeira professora negra, foi incrível” (V. 21 anos, Grupo 2).

• Apoio familiar e institucional

Jovens de escolas públicas e privadas relataram tanto experiências de acolhimento quanto episódios de discriminação, revelando uma lacuna importante no letramento racial, de gênero e de orientação sexual dentro das instituições de ensino.

“Na escola pública parece que os professores estão sempre com uma postura hostil com relação aos alunos. Enquanto na escola particular eu nunca enfrentei, por exemplo, um professor que me desse uma resposta atravessada” (B., 19 anos, Grupo 6).

Estar em ambientes escolares inclusivos representa, para muitos jovens, uma fonte de conforto e pertencimento. Esses espaços fortalecem a autoestima e alimentam uma visão mais positiva sobre o futuro.

“Sobre a questão LGBTQIAPN+, eu não posso dizer que eu sofri algo na escola [pública], sendo que eu tinha apoio. Então, isso vai muito de local e região” (C., 23 anos, Grupo 6).

“No colégio público eu vi uma diversificação de pessoas. Pessoas iguais a mim” (M., 18 anos, Grupo 6).

7. Extra: Escuta Ativa





Ficou evidente a importância dos professores na construção de um ambiente escolar estimulante. Sua postura e envolvimento têm papel central na motivação e no desenvolvimento dos estudantes.

“Eu tive uma professora de matemática negra no 5º ano. Na época eu adorava matemática e eu queria aprender umas paradas já do ensino médio. E ela me disse que eu podia sonhar, mas que não dava pra pular etapas. Ela me ajudou bastante” (I., 20 anos, Grupo 2).

“Eles tinham a missão de abrir a nossa mente. Porque na comunidade a gente não tem muitas pessoas pra nos espelhar ou ter visão de futuro” (A., 19 anos, Grupo 6).

Nada se mostrou mais determinante que o incentivo dos pais e familiares. Esse apoio foi citado por muitos jovens como o principal estímulo para continuar estudando e acreditar no próprio potencial.

“Minha maior motivação é a minha família. (...) Poder ver a minha família feliz com o que eu tô fazendo.” (I., 20 anos, Grupo 2).

“Meus pais sentem muito orgulho de mim. Eu fui o primeiro da minha família inteira a entrar no mestrado” (H., 23 anos, Grupo 2).

“Eu sempre tive o incentivo da minha mãe. Ela nunca estudou, mas sempre me incentivou a estudar, a estar na escola, a querer, a buscar” (J., 16 anos, Grupo 5).

“Minha maior incentivadora tá dentro da minha casa, é a minha tia. Ela me motiva tanto, que eu acabei escolhendo a mesma área [de atuação] que a dela” (E., 18 anos, Grupo 3).

b) Empregabilidade

Analisa as experiências no mundo do trabalho, destacando barreiras de inserção, desigualdades raciais e o papel das redes de apoio na construção de oportunidades.

• Inserção no mercado formal e informal

Durante a escuta ativa, observou-se que o acesso ao mercado de trabalho é visto pelos alunos do ensino médio como uma oportunidade de descoberta profissional. Essa experiência é especialmente significativa para aqueles que não têm contato com o ensino técnico.

“A maior experiência que tive não foi na escola, mas foi no trabalho. Porque lá eu pude aprender coisas novas, conhecer pessoas novas e também um pouco da minha função [na área de logística]. Eu não conhecia e pode ser um segundo plano pra eu continuar a carreira” (N., 16 anos, Grupo 1).

“Muitas oportunidades se abrem quando você entra no mercado de trabalho” (T., 17 anos, Grupo 1).

Outro ponto destacado foi o papel do Programa Jovem Aprendiz como porta de entrada para o mercado formal. Três jovens entrevistados, incluindo uma mãe solo, relataram que o programa foi essencial para conquistar suas primeiras oportunidades de trabalho.





5. Resultados do IEER_{JN}



“A minha experiência no trabalho está sendo boa. Eu queria muito, é o meu primeiro emprego. (...) Eu trabalho como jovem aprendiz e lá (na empresa) tem bastantes oportunidades, é uma empresa que aproveita muito os jovens” (J., 16 anos, Grupo 5).

Alguns jovens demonstram insatisfação com os modelos tradicionais de trabalho formal, sobretudo pela falta de flexibilidade para estudar ou ter momentos de lazer. Essa rigidez os leva a buscar alternativas, embora essas oportunidades ainda sejam escassas.

“Muitas pesquisas mostram que a nossa geração não aceita mais aquele trabalho que era o da minha mãe e o do meu pai, que você vive pro trabalho e você não vive. (...) Ter uma oportunidade de trabalho que você tenha tempo e flexibilidade para levar sua vida, estudar, fazer coisas que você gosta, é muito complicado” (S., 18 anos, Grupo 3).

• Barreiras de acesso e preconceito racial

As barreiras raciais também se expressam de forma simbólica, em códigos de vestimenta e comunicação pouco acessíveis a jovens negros de origem mais pobre. Esses obstáculos subjetivos tornam o ingresso no mercado de trabalho ainda mais desafiador.

“É muito difícil pras pessoas negras ingressarem no ramo da moda, principalmente se ela for jovem e sem experiência. É muito mais fácil você ver uma pessoa branca ir trabalhar numa marca famosa” (I., 20 anos, Grupo 2).

“Porque é sempre aquilo de estar muito bem-vestido, ter a melhor fala, ter o melhor jeito de se posicionar e nunca entender o que seria esse ‘bem’ para aquele jovem. Ele tem que dar o máximo, além de passar pelas dificuldades de transporte. É superinacessível, resumindo” (O., 18 anos, Grupo 3).

A falta de referências negras em cargos de liderança é algo que marca profundamente os jovens universitários. Essa ausência reforça a percepção de que ascender profissionalmente ainda é muito difícil.

“Tem essa questão de não ter a liderança de uma pessoa preta. Aqui, a gente fala muito sobre isso de trazer colaboradores não brancos pra ocuparem espaços na empresa. E a liderança vai ser formada por pessoas brancas? Não adianta você trazer pessoas negras pra elas continuarem sendo subordinadas. Tem que trazer pra ter uma posição onde elas possam dar espaços pra outras pessoas também” (V., 21 anos, Grupo 2).

7. Extra: Escuta Ativa





“Eu sou muito elogiada pelo trabalho que eu faço, pelos diretores, pelos meus chefes. Só que uma promoção, ou coisa do tipo, não vem. Uma menina que trabalha lá há menos tempo que eu já foi contratada, só que ela é branca. Você vai se acostumando a ignorar essas coisas porque você não tem o que fazer”(R., 21 anos, Grupo 2).

Entre jovens negros autônomos ou empreendedores, um dos maiores desafios é enfrentar o preconceito de clientes e parceiros. Muitos relatam ter suas competências e conhecimentos questionados simplesmente por causa de sua cor.

“O meu pai sempre falou comigo: ‘Cara, você é preto, tem que andar alinhado e provar que é bom duas vezes’”(L., 27 anos, Grupo 4).

“Eu sou mulher, nova e preta. Então, são várias camadas que surgem na construção do meu negócio. (...) No Brasil ninguém vai falar ‘você é preta, é mulher e não pode estar aqui’. Isso não existe, é sorrateiro. ‘Você tá aqui? Tá bom, mas eu vou fazer você ser invisível’”(X., 23 anos, Grupo 4).

• Redes de apoio e oportunidades

Organizações voltadas à inclusão produtiva e à geração de oportunidades para jovens exercem um papel essencial. Elas ajudam a romper barreiras estruturais e ampliar horizontes profissionais.

“É muito difícil quando uma jovem engravida na idade errada (...) porque gera muitas complicações e acaba surgindo o preconceito. Então, [ter o apoio de uma organização] é algo muito bom. É muito bom a gente sentir esse acolhimento por parte da instituição”(P., 20 anos, Grupo 5).

“Um baque recente foi a descoberta sobre novas vocações. Porque quando eu entrei pra escola pública, eu conheci os ateliês de artes e vi que tinha uma modalidade de gravação de audiovisual. Aquilo me despertou, é uma paixão”(C., 23 anos, Grupo 6).

Para jovens que atuam como autônomos ou pequenos empreendedores, o acesso ao crédito e a confiança em suas competências surgem como barreiras centrais. Dois entrevistados destacam que essas limitações dificultam tanto o crescimento quanto a sustentabilidade de seus negócios.

“O acesso ao crédito é ridículo. Se eu tivesse na Faria Lima e tivesse contatos, eu teria disponível R\$ 100 mil pra investir no meu negócio. E pra você ter um negócio factível, o valor que eles oferecem não é nada”(X., 23 anos, Grupo 4).

“A gente quer mais oportunidades. Que reconheçam de onde vêm as ideias boas. Elas vêm da gente, só não são tão reconhecidas”(K., 25 anos, Grupo 4).

• Expectativas profissionais e de futuro

As aspirações profissionais de muitos jovens nascem ainda na escola, impulsionadas pela inspiração de professores com quem se identificam. Esses vínculos ajudam a transformar o aprendizado em projeto de vida.

“Foi uma coisa tipo assim: calma aí, eu tô me vendo numa pessoa, numa área que eu tenho afinidade e que ela tá fazendo dinheiro, tá crescendo na





vida, tem uma estabilidade, tem alguma possibilidade pra mim” (B., 19 anos, Grupo 6).

Em outros casos, é no ambiente de trabalho que os jovens descobrem novas áreas de interesse. Essa vivência prática desperta vocações e orienta escolhas para a formação profissional.

“Foi através do trabalho que eu tive a oportunidade e conhecer a área que eu tô estudando agora” (D., 20 anos, Grupo 5).

Os jovens entrevistados, especialmente universitários e autônomos, expressam o desejo de inspirar as próximas gerações. Para muitos, prosperar não é apenas um objetivo pessoal, mas uma forma de abrir caminhos para outros.

“Eu quero ser a representação do sonho de alguém. Eu quero deixar um legado de que eu fui um homem honrado” (L., 27 anos, Grupo 4).

“Eu quero ser referência pros meus amigos, pra quem me vê de fora e, futuramente, pros meus filhos. Mostrar que aprender é o caminho que nos leva aos nossos sonhos” (K., 25 anos, Grupo 4).

A desigualdade racial no mercado de trabalho é motivo de preocupação para muitos jovens universitários. A escassez de lideranças negras e o baixo reconhecimento profissional despertam dúvidas sobre o futuro e os caminhos possíveis em suas carreiras.

“Às vezes, eu sinto que apesar de estar na empresa, eu ainda não sou vista. Apesar de tudo que eu faço, eu me sinto desvalorizada, mais deixada de lado. E não quero seguir no mundo corporativo, mas eu me pego pensando se vai ser assim a vida toda” (V., 21 anos, Grupo 2).

“Eu tenho que lutar pra sobreviver, pra permanecer, pra estudar, pra trabalhar. E isso é cansativo demais e dá a sensação de que isso nunca vai acabar. E se acabar, você vai ter que dar muito de si até acabar. A gente precisa ser visto como ser humano também e essa mudança tem que ser da sociedade. Não só do corporativo ou das universidades, porque isso é uma questão que vai além. Uma questão social gravíssima e de muito tempo” (R., 21 anos, Grupo 2).

c) Mobilidade urbana

Examina como as condições de transporte, deslocamento e segurança territorial interferem no acesso à educação, ao trabalho e aos serviços públicos.

• Tempo e custo de deslocamento

A distância e os custos com transporte impactam diretamente a rotina dos jovens. Além disso, muitos apontam a baixa qualidade dos modais de transporte como um dos principais entraves para estudar e trabalhar.

“O meu maior desafio mesmo é lidar com o tempo. Eu tenho pouco tempo. Eu tenho que me deslocar do meu trabalho, que é a uma hora e meia até a faculdade. Ai minha aula termina às 22h40 e eu tenho que acordar às 5h40 pra chegar no meu trabalho às 8h” (R., 21 anos, Grupo 2).





“O trem não atende com a capacidade que deveria, não tem aquele acesso legal, aquela demora. Os ônibus também demoram. Eles acabam com as linhas sem justificativa” (W., 19 anos, Grupo 6).

Os custos de transporte é algo que preocupa os jovens, quando o tema é oportunidades de estudo, mesmo que estas sejam por meio de bolsas de estudo.

“Eu tenho muito medo de ficar desempregada (...). Até mesmo se eu quiser estudar no futuro, se eu ganhar uma bolsa em alguma faculdade, não tem transporte. A gente tem que tirar do nosso bolso pra se locomover também” (P., 20 anos, Grupo 5).

• Insegurança nos trajetos

Alguns jovens relatam situações de insegurança, tais como assaltos e assédio.

“Eu tava no metrô e tava muito cheio. (...) Entrou um cara e ficou me encostando por trás e falando um monte de coisas no meu ouvido (...). Quando eu cheguei, eu desabei. Minha mãe foi comigo na delegacia prestar queixa. É o que mais incomoda nessa situação é as pessoas não acreditarem. É uma situação bem humilhante” (T., 17 anos, Grupo 1).

“Eu já fui assaltado duas vezes no ônibus. Não há saúde mental que aguentar. Então, eu preferi só andar de metrô, que acaba levando mais tempo e vive cheio na hora que eu uso” (H., 23 anos, Grupo 2).

“O transporte é caótico. Em Salvador, se eu puder não pegar ônibus, eu não pego. Por acordar e saber que você tem que andar até o ponto de ônibus e pode ser assaltado no trajeto ou dentro do ônibus, é aterrorizante” (K., 25 anos, Grupo 4).

• Limitações de acesso a serviços e oportunidades

Em muitos casos, a mobilidade limita o acesso dos jovens a oportunidades. Longas distâncias e transporte precário reduzem as chances de inserção no mercado e aumentam o desgaste físico e mental.

“É superlonge pra conseguir um acesso ao trabalho. O que seriam oito horas de trabalho se tornam 12 horas ou até mais. E isso é o que mais desgasta a gente” (O., 18 anos, Grupo 3).

“Fazer um curso de UX Design está sendo ótimo. Porém, tem a questão do tempo. O trânsito, a rotina, acaba ficando cansativo e causa frustração” (W., 19 anos, Grupo 6).

d) Saúde

Aborda a saúde física e mental das juventudes negras, revelando o impacto das condições de vida, do autocuidado e do acesso limitado a serviços de saúde.

• Saúde mental e emocional

Episódios de racismo no ambiente escolar afetam profundamente a autoestima dos jovens. Uma das entrevistadas relatou ter sofrido, ainda na infância, com comentários preconceituosos sobre sua aparência.



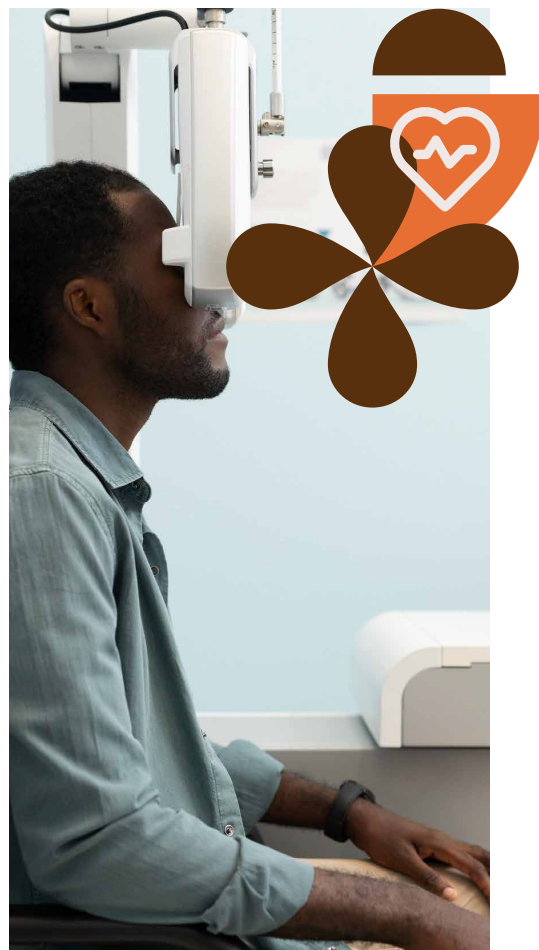
5. Resultados do IEER_{JN}

“Isso me afetou muito. Eu cheguei em casa querendo alisar o cabelo e perguntando à minha mãe por que eu não era branca, já que minha avó era branca” (M., 20 anos, Grupo 6).

O constante estado de alerta imposto pela violência e pelo preconceito afeta diretamente a saúde mental dos jovens negros. Esse desgaste cotidiano compromete o bem-estar e a sensação de segurança.

“A gente sempre tem que andar muito em alerta. Tem que estar muito preparado, muito ligado nas coisas. Às vezes, a gente só quer chegar num lugar, mas tem que estar ali ligado sempre” (S., 18 anos, Grupo 3).

“A gente acaba se cobrando demais e deixando a saúde mental de lado” (E., 20 anos, Grupo 3).



Alguns jovens relatam que equilibrar as demandas financeiras, o trabalho e os estudos é uma fonte constante de ansiedade. Alguns dos entrevistados destacaram que essa sobrecarga afeta sua concentração e a motivação acadêmica.

“A saúde mental é uma barreira muito grande. Essa coisa de sair correndo do trabalho pra faculdade porque tem professor que é rígido. E aí eu fico muito nervosa. E acho que acaba afetando muito, causando uma exaustão psicológica” (V., 21 anos, Grupo 2).

“Você parece que não quer demonstrar que está mal. Mas aí o corpo demonstra. Você fica fatigada, ou sem paciência. Eu tive burnout ano passado” (X., 23 anos, Grupo 4).

“Eu faço terapia (...). A cabeça do empreendedor nunca é 100% boa. Eu era um pouco mais reativo, mas agora eu tento entender o que está acontecendo. A vida ficou mais leve quando comecei a entender que existem coisas que não dependem de mim” (L., 27 anos, Grupo 4).

• Acesso a serviços de saúde pública

Nesta subcategoria, buscou-se entender como os jovens acessam os serviços públicos de saúde e como avaliam sua qualidade. Apesar da ampla oferta nos grandes centros urbanos, muitos apontam falhas no atendimento e na resolutividade dos serviços.

7. Extra: Escuta Ativa





“Seu dependesse do SUS pra cuidar da minha saúde mental, eu não iria conseguir. E se você não cuidar da saúde mental, tudo vai ruir” (H., 23 anos, Grupo 2).

“Você chega num hospital, num posto, e você é atendido de uma forma horrível, as pessoas te tratam mal. Eu sei que é complicado, mas a pessoa não tá nem aí se você precisa de ajuda” (M., 20 anos, Grupo 6).

“A minha experiência nos postos de saúde é muito boa. Todo tipo de tratamento, vacina, remédio que eu preciso tomar, eu consigo pelo SUS” (R., 21 anos, Grupo 2).

A violência, especialmente os conflitos entre facções, é um obstáculo adicional ao acesso aos serviços públicos de saúde. Em algumas regiões, o medo de circular pelo território impede que jovens busquem atendimento.

“Em Costa Barros [bairro da zona norte do Rio de Janeiro] tem um posto, mas acho que tá fechado, por causa da violência que tá rolando no entorno das comunidades” (N., 16 anos, Grupo 1).

• Impacto das condições de vida na saúde física e psicológica

Relaciona a precariedade urbana e econômica aos problemas de saúde física e psicológica. As dificuldades de conciliar trabalho e estudos aparecem novamente como fator de desgaste mental. Há relatos de que essa sobrecarga afeta diretamente o equilíbrio emocional e o desempenho nas duas áreas.

“A saúde mental é muito pouco falada, mas a gente precisa ter essa consciência. Até mesmo por conta dos alunos que trabalham, que estão sempre muito aprisionados a essa ideia do trabalho. Porque se a gente largar o trabalho, o que resta em termos de recurso?” (V., 21 anos, Grupo 2).

e) Violência

Discute a presença da violência institucional, urbana e simbólica nas vidas desses jovens, e seus efeitos sobre a liberdade, o pertencimento e o futuro.

• Violência urbana e institucional

Relatos de jovens de diferentes grupos focais convergem quanto ao medo de circular nas proximidades de suas casas. A sensação de insegurança é constante e impacta diretamente sua mobilidade e rotina diária.

“Mesmo morando no centro, aqui acontece muito assalto, muito abuso de autoridade [por parte da polícia]. Às vezes, quando você tá chegando em casa ou andando na rua, você pode ser [considerado] suspeito de alguma coisa, pode ser parado e não ser tratado bem” (S., 18 anos, Grupo 3).

“É bem complicado. Como hoje, que teve tiroteio. Então, é aquela preocupação, não é diretamente onde eu tô, mas pode chegar até onde eu tô. Porque uma bala perdida não escolhe quem vai atingir. Às vezes, você tá indo trabalhar ou pra qualquer lugar e ser surpreendido” (M., 20 anos, Grupo 6).





“A gente tem medo de andar tarde na rua, porque tem a questão dos assaltos. É muito complicado” (E., 20 anos, Grupo 3).

Racismo e discriminação cotidiana

Os jovens, especialmente os do sexo masculino, demonstram preocupação com abordagens policiais e olhares suspeitos. Essas situações, somadas a episódios de assédio, tornam seus deslocamentos cotidianos marcados pela tensão e pelo medo.

“Eu sinto que por ser homem eu sou perseguido e parado [pela polícia] às vezes. Nunca me bateram, mas acontece de ser parado. Eu tenho consciência que não posso ficar andando na rua tarde, com essa mochila, com material da faculdade, porque policial fica olhando” (I., 20 anos, Grupo 2).

“Tem o assédio, né? Com as mulheres pretas é uma constante. Eu já passei por isso muitas vezes” (V., 21 anos, Grupo 2).

“Ao entrar num ônibus, pelo simples fato de você ser negro já acham que você tem alguma coisa com a criminalidade. Eu só sou um homem negro de mochila, voltando pra casa e quieto na sua. Você não quer nada com ninguém, só quer chegar na sua casa e ficar tranquilo” (L., 27 anos, Grupo 2).

• Efeitos da violência no estudo, trabalho e mobilidade

Escolas localizadas em locais em que há conflito entre facções e as forças do Estado, muitas vezes, têm suas atividades interrompidas devido às operações policiais no entorno. Tais situações causam prejuízos não só educacionais, mas também emocionais.

“A escola onde eu estudo é próximo de onde tá tendo um conflito. Aí eu tenho que ir com cuidado, às vezes eu pego caminhos mais distantes pra não ter que passar por perto e estão liberando mais cedo” (N., 16 anos, Grupo 1).

“Questão de assalto e violência prejudica bastante. Eu saio da escola tarde e tenho que contar com a sorte de chegar em casa e chegar bem” (T., 17 anos, Grupo 1).

“Por razões de segurança pública, eu já deixei de ir à faculdade. Quando eu estudava no Fundão⁶, eu evitava ir em dia que tava tendo operação na Maré. Porque é impossível chegar lá sem passar pela Maré” (H., 23 anos, Grupo 2).

“Às vezes, a gente é interrompido por trocas de tiros, o que impede de fazer muitas coisas. E não é em todo lugar que a gente consegue justificar que a gente não consegue sair de casa por causa da troca de tiro” (A., 19 anos, Grupo 6).

Considerações Finais

A escuta ativa evidencia a profundidade e a complexidade das desigualdades enfrentadas pelas juventudes negras no Brasil nos campos da educação e do acesso ao mercado de trabalho. Os relatos reunidos aqui revelam como barreiras econômicas, raciais e territoriais se entrelaçam, impactando o acesso à educação, ao trabalho e a condições dignas de vida. Ao mesmo tempo, as falas mostram a força, a criatividade e a persistência desses jovens diante de contextos adversos, reafirmando a importância de políticas e programas que reconheçam suas especificidades e potencialidades.

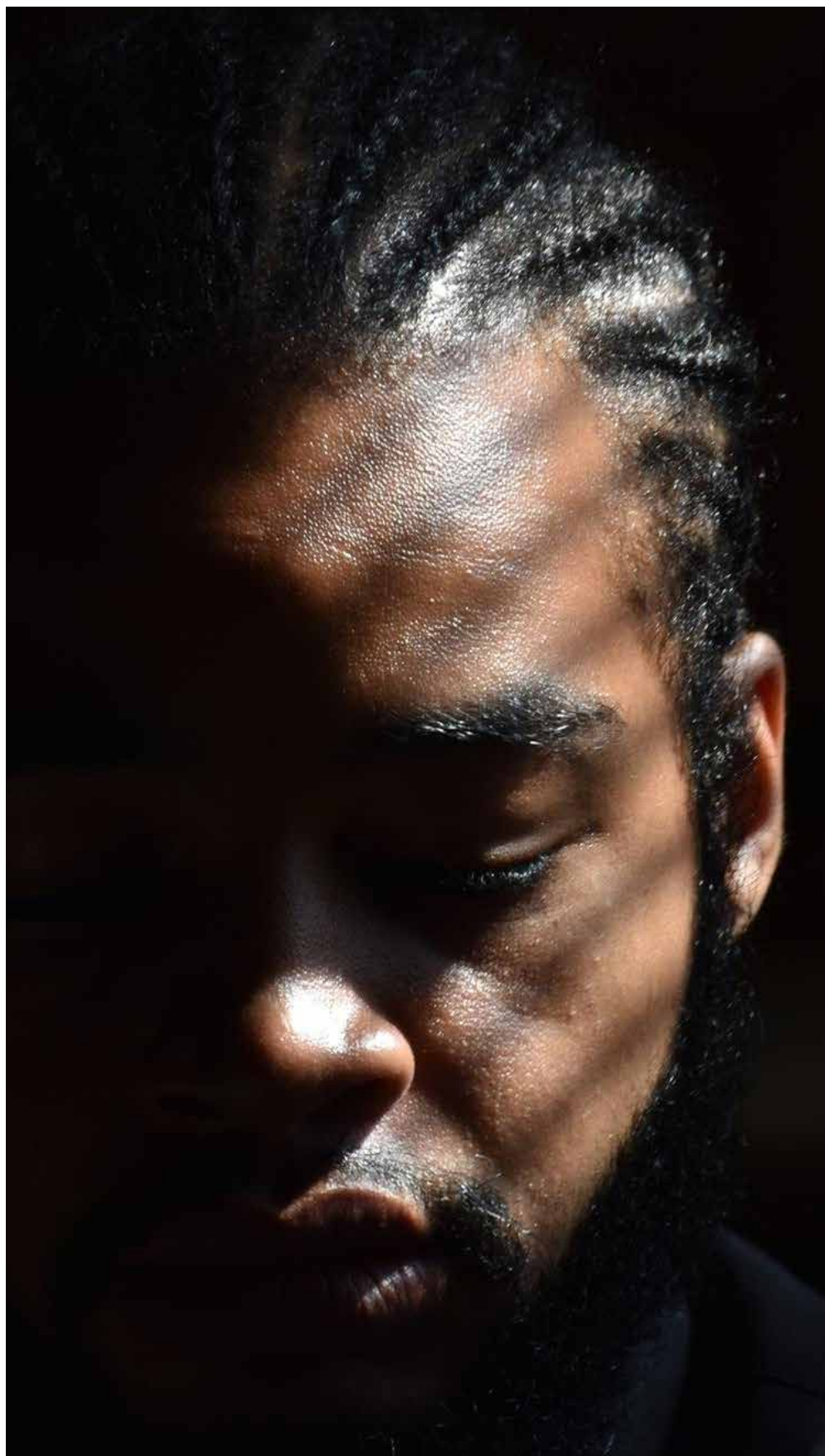
⁶Nova Educação de Jovens e Adultos (NEJA), um programa da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ), que visa oferecer escolarização para jovens e adultos que não puderam concluir o ensino médio.





5. Resultados do IEER_{JN}

Mais do que um diagnóstico, a escuta ativa oferece uma leitura sensível e situada das realidades juvenis, traduzindo experiências individuais em evidências coletivas que podem orientar decisões públicas e corporativas. A escuta qualificada desses jovens não apenas amplia a compreensão sobre as desigualdades estruturais, mas também aponta caminhos concretos para a construção de uma sociedade mais equitativa, diversa e comprometida com o futuro das juventudes negras brasileiras.



7. Extra: Escuta Ativa

Referências

ABRAMO, Helena Wendel; VENTURI, Gustavo; CORROCHANO, Maria Carla. Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. *Novos Estudos Cebrap*, v. 39, p. 523-542, 2021.

AÇÃO EDUCATIVA; Terre des Hommes. Alemanha; Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo (AHK). A situação de jovens mulheres negras no mercado do trabalho. São Paulo: Projeto Mude com Elas, 2022. Disponível em: <https://www.acaodireitos.org.br/publicacoes>. Acesso em: 09 abr. 2025.

ALENCAR, Yohana Maria Monteiro Augusto; IFADIREÓ, Miguel Melo; BITU, Vanessa de Carvalho Nilo. "Quando a cor da pele é empecilho para a gestão organizacional": Uma revisão de literatura sobre mulheres negras no mercado de trabalho. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 5, p. 29517-29532, 2020.

ALVES, Sandra Maria; SILVA, Jefferson Eduardo; BEZERRA, Diogo Pereira. Um olhar sobre as políticas de ingresso, permanência e êxito da população negra na educação profissional e tecnológica. *Revista Interfaces*, v. 12, n. 2, 2024.

ANUNCIAÇÃO, Diana; TRAD, Leny Alves Bonfim; FERREIRA, Tiago. "Mão na cabeça!": abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 29, n. 1, e190271, 2020. DOI: 10.1590/S0104-12902020190271. Disponível em: <https://revistas.usp.br/sausoc/article/view/174577>. Acesso em: 6 oct. 2025.

ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 158, p. 858-881, 2015.

AZEVEDO, Viviane M. R.; BOUILLON, César P. Social mobility in Latin America: A review of existing evidence. IDB Working Paper, n. 573, ago. 2009. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1821924>.

BANCO MUNDIAL. Como melhorar a inclusão dos jovens negros no mercado de trabalho. Brasília: Banco Mundial, 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil>. Acesso em: 09 abr. 2025.

BARBOSA, Juliana Souza. Juventude(s): afinal, que sujeitos sociais são estes? *Cadernos do Aplicação*, v. 34, n. 1, 2021.

BARBOSA, Raquel Rodrigues da Silva; SILVA, Cristiane Souza da; SOUSA, Arthur Alves Pereira. Vozes que ecoam: racismo, violência e saúde da população negra. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 353-363, maio/ago. 2021.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.) *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, p.243-55, 2015.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. Secretaria-Geral da Presidência da República. Plano Juventude Negra Viva [Decreto nº 11.956, de 21 de março de 2024]. Brasília, 2024.

BRITTO, D., FONSECA, A., PINOTTI, P., SAMPAIO, B., WARWAR, L. Intergenerational Mobility in the Land of Inequality. *Cesifo Working Papers*, n. 10004. CESifo: Munich, 2022. Disponível em: <https://www.ifo.de/en/cesifo/publications/2022/working-paper/intergenerational-mobility-land-inequality>. Acesso em: 06 out. 2025.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fabio. Impacto do desemprego e da informalidade sobre a empregabilidade e a renda futura do jovem. 2017.

CAMARANO, Ana Amélia et al. O cuidado enquanto ocupação: em que condições?. *Política em Foco*. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt79/pf1>. 2025.

CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Márcia. O impacto das cotas. São Paulo: Autêntica. ISBN 9786559285334. 2025.

CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de; BALBIM, Renato; PEREIRA, Rafael; CORREIA NETO, Vicente. Mobilidade urbana no Brasil: principais estudos produzidos pelo Ipea nos últimos quinze anos. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, n. 30, jul./dez. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/brua30art15>. Acesso em: 2 maio 2025.

CAVALCANTE, Weiga Vieira; JUSTO, Wellington Ribeiro; ALVES, Christiane Luci Bezerra. Disparidades raciais na dinâmica do mercado de trabalho: insights do Nordeste do Brasil em meio a uma crise sanitária. Informe Gepec, Toledo, v. 28, n. 2, p. 395–416, jul./dez. 2024. DOI: 10.48075/igepec.v28i2.33444.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de expansão da educação superior no Brasil – o Prouni e o Fies como financiadores do setor privado. Educação em Revista, v. 32, p. 49-72, 2016.

COSTA, Andrea Lopes da; PICANÇO, Felícia. Para além do acesso e da inclusão: impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no ensino superior. Novos estudos Cebrap, v. 39, p. 281-306, 2020.

COSTA, Marli Marlene Moraes da; FREITAS, Maria Victória Pasquoto de. A gravidez na adolescência e a feminização da pobreza a partir de recortes de classe, gênero e raça. Revista Direitos Culturais, v. 16, n. 40, p. 5-23, 2021.

COSTA, Amanda; BALIEIRO, Hannah. Os impactos das mudanças climáticas para a juventude negra brasileira. Diálogos Socioambientais, v. 6, n. 17, p. 22-23, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/dialogossocioambientais/article/view/928/573>

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, n. 24, p. 40-52, 2003.

FRANÇA, Michael; PORTELLA, Alysson (org.). Números da discriminação racial: desenvolvimento humano, equidade e políticas públicas. Editora Jandaíra, 2023.

FUNDAÇÃO ITAÚ. Democratização da EPT no Brasil: Análise sobre a oferta considerando raça, gênero, condição socioeconômica e local de residência. São Paulo: Fundação Itaú. 76 p., 2024.

GALHARDO, Eduardo et al. Desempenho acadêmico e frequência dos estudantes ingressantes pelo Programa de Inclusão da Unesp. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 25, n. 3, p. 701-723, 2020.

GALVÃO, Anna Larice Meneses; OLIVEIRA, Elda; GERMANI, Ana Claudia Camargo Gonçalves; LUIZ, Olinda do Carmo. Determinantes estruturais da saúde, raça, gênero e classe social: uma revisão de escopo. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 30, n. 2, e200743, 2021.

GOMES, Ana Clara. Estrangeiros locais: mobilidade rompida pela segregação sociorracial urbana. Revista Alterjor, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 85-101, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/187991>. Acesso em: 2 maio 2025.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 34, e197406, 2018. DOI: 10.1590/0102-4698197406.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: Conferência Anual do African Heritage Studies Association. 1979.

GROPPO, Luís Antonio. Introdução à sociologia da juventude. Paco Editorial, 2017.

GUIMARÃES, Eder D'Artagnan Ferreira; ZELAYA, Marisa. A política de cotas raciais nas universidades públicas do Brasil duas décadas depois: uma análise. Trabalho & Educação, v. 30, n. 3, p. 133-148, 2021.

HAVEMAN, Robert; SMEEDING, Timothy. The role of higher education in social mobility. The Future of Children, p. 125-150, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 54, 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2024. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2025.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍBAL TEIXEIRA. Censo da Educação Superior 2023: Resumo Técnico. Brasília: MEC/Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 2025.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 34, e16790, 2018.

LACERDA, Izabella Pirro; YUNES, Maria Angela Mattar; VALENTINI, Felipe. Permanência no ensino superior e a rede de apoio de estudantes residentes em moradia estudantil. *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 8, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8663399>. Acesso em: 17 out. 2025.

LAGE, Daniel Victor Gouveia; COTA, Daniela Abritta. Pelo direito à cidade da juventude negra periférica. In: LIMA, M. M. et al. (org.). *Limiaridade: processos e práticas em arquitetura e urbanismo*. São João del-Rei: UFSJ, 2021. p. 1-16.

LARA, Ricardo; DIOGO, Pablo Ramon. A herança escravista de longa duração na formação do mercado de trabalho no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 145, p. 72-90, set./dez. 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/qPsw9fGzNmyr4Csk8YVR4Sp/?lang=pt>. Acesso em 03 abr. 2025.

LEITE, Daniel Carmona. Emancipação e protagonismo por um olhar semiótico: racismo, antirracismo e a negação de direitos à juventude negra no Brasil. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 191–208, ago. 2024. DOI: 10.11606/issn.1980-4016.esse.2024.218948.

MACHADO, Cecilia et al. *STEM classification in the formal labor market in Brazil*. 2021.

NERI, Marcelo C. Juventude e Trabalho: qual foi o impacto da crise na renda dos jovens? E nos Nem-Nem? *Atlas das Juventudes*. Rio de Janeiro: FGV Social, 2019. Disponível em: <https://cps.fgv.br/juventude-trabalho>. Acesso em: 02 abr. 2025.

NUNES, Ana Carolina Almeida Santos; SILVA, Marina Pereira. A ausência das perspectivas de gênero e raça nas políticas públicas de mobilidade urbana. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico*, v. 10, edição especial, jun. 2020. Palmas: IBDU, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.nunes>. Acesso em: 06 out. 2025.

PACTO DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL. O Índice ESG de Equidade racial: conceito, visão setorial e aspectos práticos da adesão. 2022a. Disponível em: http://pactopelaequidaderacial.org.br/assets/files/report_ieersetores_pacto.pdf

PACTO DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL. A mulher negra no mercado de trabalho brasileiro: desigualdades salariais, representatividade e educação entre 2010 e 2022. 2022b. Disponível em: storage.googleapis.com/pactopublic-documents/report_black_women.pdf. Acesso em: 2023.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise Social*, p. 139-165, 1990.

PERINI, Erica Rezende; CIPRIANI, Flávia Marcele. Os reflexos da pandemia da Covid-19 na vida de estudantes pretos e pardos do Brasil. *Cadernos do Aplicação*, v. 34, n. 2, 2021.

PICANÇO, Felícia. Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior: somando desvantagens, multiplicando desigualdades?. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, n. 88, p. 145-181, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/RVwQmFmKkxjvMXHTPKF8Rw-d/?lang=pt>

PINHEIRO, Daniel Calbino; PEREIRA, Rafael Diogo; XAVIER, Wescley Silva. Impactos das cotas no ensino superior: um balanço do desempenho dos cotistas nas universidades estaduais. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, p. e260020, 2021.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Carlinda Moreira dos. As mulheres negras brasileiras e o acesso à educação superior. *Revista da Faeeba: Educação e Contemporaneidade*, v. 25, n. 45, p. 71-87, 2016. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-70432016000100071&script=sci_abstract.

RANSOM, Roger L.; SUTCH, Richard. *One Kind of Freedom: the economic consequences of emancipation*. Cambridge University Press, 2001.

REIS, Ademar Arthur Chioro dos; MALTA, Deborah Carvalho; FURTADO, Lumena Almeida Castro. Desafios para as políticas públicas voltadas à adolescência e juventude a partir da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 9, p. 2879–2890, 2018.

REIS, Eduardo Castellani Gomes dos; VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Desigualdades sociais, territórios da vulnerabilidade e mobilidade urbana. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 26, n. 60, p. 537–560, maio/ago. 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2024-6007>. Acesso em: 29 abr. 2025.

ROCHA, Enid; REZENDE, Valéria. A representação social do estudo e do trabalho na vida cotidiana de jovens de classes populares. *Texto para Discussão - Ipea*, 2021.

ROCHA, Enid; REZENDE, Valéria. Entre o cuidar e o direito de ser cuidado: os jovens nem-nem e os cuidados no contexto da pandemia de Covid-19. In *Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil* (pp. 183–223). Ipea, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/9786556350578cap4>. Acesso em 06 out. 2025.

SALARDI, Paola. The Evolution of Gender and Racial Occupational Segregation Across Formal and Non-Formal Labor Markets in Brazil, 1987 to 2006. *Review of Income and Wealth*, v. 62, p. S68-S89, 2016.

SANTOS, Abrahão de Oliveira. Saúde mental da população negra: uma perspectiva não institucional. *Revista da ABPN*, v. 10, n. 24, p. 23–41, nov. 2017–fev. 2018.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Fora do jogo? Jovens negros no mercado de trabalho. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 63, p. 26-37, 2011.

SANTOS, Marcell Machado dos. Notas breves sobre a subutilização da força de trabalho entre mulheres negras. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*. Brasília, v. 31, n. 79, p. 47-57, abr. 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt79/nt2>.

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 225-244, 2020.

SANTOS MARTINS, C. H.; & COSTA SILVA, H. Juventude negra e práticas escolares: anotações para uma perspectiva não homogeneizante do jovem negro. *Argumentum*, 12(1), 50–66, 2020.

SENKEVICS, Adriano Souza; CARVALHO, Marília Pinto de. Novas e velhas barreiras à escolarização da juventude. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 333-352, 2020. DOI: 10.1590/s0103-4014.2020.3499.020.

SILVA, Maria Edna Bezerra; ANUNCIAÇÃO, Diana; TRAD, Leny Alves Bonfim. Violência e vulnerabilização: o cotidiano de jovens negros e negras em periferias de duas capitais brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 3, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024293.04402023>.

SILVA, Lucas Adriano; FARIA, Antônio Cláudio Lopes de; TEIXEIRA, Evandro Camargos. Desigualdade racial no mercado de trabalho formal brasileiro. *Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas*, v. 11, n. 30, p. 51–67, 2021. Disponível em: DOI: 10.25242/8876113020212029. Acesso em: 06 out. 2025.

SILVA, Talita Pádua Dias da; ANTONINO, Lucas Zenha; HINATA, Sumire da Silva; HENRIQUES, Diógenys da Silva; SOUSA, Mariana Mendes de; MARQUES, Ana Carolina de Oliveira; NASCIMENTO JUNIOR, Francisco de Assis do; LIMA, Susane Patrícia Melo de. Juventude negra: desafios para o ensino médio e ensino superior no Brasil. *Anais do XIV Enanpege*, 2021.

SILVEIRA, Leonardo Souza; SIQUEIRA, Natália Leão. Segregação ocupacional e diferenciais de renda por gênero e raça no Brasil: uma análise de grupos etários. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 38, p. e0151, 2021.

SILVÉRIO, V. R.; TRINDADE L. R. da; CONCEIÇÃO I. A. da; SILVA, N. P. Lei de cotas +10: o financiamento como desafio. *Seção Especial: ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios*. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 43, e254982, 2022. <https://doi.org/10.1590/ES.254982>.

SINHORETTO, Jacqueline; MORAIS, Danilo de Souza. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. *Revista de Estudos Sociais*, n. 64, p. 15-26, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/10010>

SOUZA, Henrique Restier da Costa. A trajetória educacional da juventude negra masculina: do fundamental à pós-graduação. *Cadernos de Estudos Sociais*, 37(2), 2022.

TEIXEIRA E SILVA, Doriana Brito. Combating racism in the labor market through affirmative actions. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v. 17, n. 10, p. 1–20, 2024. Disponível em: <https://revistacontribuciones.com/index.php/inicio/article/view/33>. Acesso em: 02 abr. 2025.

THEODORO, Mário. *A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil*. São Paulo: Zahar, 2022.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.



**PACTO DE PROMOÇÃO
DA EQUIDADE RACIAL**

